



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLIX - Nº 139

QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 154ª SESSÃO, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1994

1.1- ABERTURA

1.2- EXPEDIENTE

1.2.1 - Avisos do Ministro da Fazenda

- Nº 1.630 a 1.634/94, de 1º do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 552, 631, 655, 551 e 600, respectivamente.

1.2.2 - Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

- Nº 253/94, de 8 do corrente, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 270/91 (nº 4.103/93, naquela Casa), de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que torna indisponíveis os veículos envolvidos em acidentes de trânsito.

1.2.3- Requerimentos

Nº 829, de 1994, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando que sejam consideradas como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa nos dias 4, 5, 6, 7, 10, 14, 17, 21, 24, 25, 31-10-94, 1º, 3 e 4-11-94. **Votação adiada, por falta de quorum.**

Nº 830, de 1994, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, solicitando que sejam consideradas como licença autorizada os dias 4, 5, 6, 7, 10, 14, 17, 18, 21, 24, 25 e 31 de outubro do ano em curso. **Votação adiada, por falta de quorum.**

Nº 831, de 1994, de autoria do Senador Carlos De' Carli, solicitando que sejam consideradas como licença autorizada os dias 4, 5, 6, 7, 10, 14, 21, 24, 25, 27 e 31 de outubro do ano em curso. **Votação adiada, por falta de quorum.**

Nº 832, de 1994, de autoria do Senador Nelson Carneiro, de ausência do País, no período de 18 de novembro a 5 de dezembro do ano em curso, para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação do Brasil à 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Nº 833, de 1994, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, de ausência do País, no período de 10 de novembro a 25 de novembro do ano em curso, para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação do Brasil à 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Nº 834, de 1994, de autoria do Senador João Calmon, solicitando que sejam justificadas suas ausências às sessões do Senado Federal, ocorridas no período de 15 a 22 de novembro do ano em

curso, por motivo de doença. **Aprovado.**

Nº 835, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1991 (nº 3.107/92, na Câmara dos Deputados), que regulamenta a profissão de ortoptista e dá outras providências.

Nº 836, de 1994, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Ofício "S" nº 71, de 1994 (Ofício Presi 94/3.335, de 20-10-94, na origem), encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, destinadas à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Estado.

Nº 837, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações que menciona.

Nº 838, de 1994, de autoria do Senador Magno Bacelar, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1994, que altera dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se acha esgotado.

1.2.4 - Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1994, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que estabelece medidas preventivas de proteção às pessoas que trabalham nos aeroportos e bases de serviço de aeronaves agrícolas e aos trabalhadores que se colocam entre as plantações para auxiliar os pilotos das aeronaves a localizar as áreas objeto de pulverizações.

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais e dá outras providências.

1.2.5 - Comunicações da Presidência

Término do prazo sem apresentação de emendas aos seguintes projetos:

Projeto de Resolução nº 90, de 1994, que altera o parágrafo 2º do art. 432 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Projeto de Resolução nº 91, de 1994, que extingue Funções Comissionadas do Quadro do Pessoal do Senado Federal.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

Provisória nº 692, de 4 de novembro de 1994, que dispõe sobre a criação dos cargos que menciona; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 693, de 4 de novembro de 1994, que altera a redação do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, alterada pela Lei nº 8.928, de 10 de agosto de 1994; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 694, de 4 de novembro de 1994, que altera o anexo I da Lei nº 8.885, de 16 de junho de 1994, que autorizou o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário no valor de Cr\$53.156.000.000,00 (cinquenta e três bilhões, cento e cinquenta e seis milhões de cruzeiros reais); designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 695, de 4 de novembro de 1994, que dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 696, de 4 de novembro de 1994, que dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 697, de 4 de novembro de 1994, que dispõe sobre as regras para a conversão, em Real, das mensalidades escolares nos estabelecimentos de ensino e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 698, de 4 de novembro de 1994, que dispõe sobre alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 699, de 4 de novembro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário até o limite de R\$414.254.850,00 (quatrocentos e quatorze milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil,

oitocentos e cinquenta Reais), para os fins que especifica; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

1.2.6 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 824, de 1994, do Senador Dirceu Caneiro, lido em sessão anterior. **Votação adiada** por falta de quorum, após pareceres de Plenário favorável.

1.2.7 – Offícios

– Nº 1.072/94, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, referente a substituição de membros em Comissão Mista.

– Nº 680/94, da Liderança do PPR na Câmara dos Deputados, referente a substituição de membros em Comissão Mista.

1.2.8 – Comunicação

– Do Senador João Calmon, referente à sua ausência do País entre os dias 15 a 22 de novembro do corrente ano.

1.2.9 – Requerimentos

– Nº 839, de 1994, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando a inclusão em *Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 100*, de 1993, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

– Nº 840, de 1994, de autoria do Senador Mansueto de Lavoura, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado "Frei Joaquim do Amor Divino Caneca", de autoria do ex-Deputado Federal e ex-Ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho, publicado no **Diário de Pernambuco** do dia 8 de novembro do corrente ano.

– Nº 841, de 1994, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando a inclusão em *Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 35*, de 1994 (nº 3.172/92, na Casa de origem) que dispõe sobre a criação de procuradorias da República em municípios do interior, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se acha esgotado.

1.2.10 – Fala da Presidência

– Comunicando à Casa que, no período de 10 a 16 de novembro, serão realizadas apenas sessões extraordinárias, mediante convocação específica.

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Chamando a atenção do Governo para os aumentos e diferenças de preços de diversos produtos, denunciados diariamente pela Imprensa, que poderão comprometer o Plano Real.

SENADOR MANSUETO DE LAVOR – Apreensão ante as notícias veiculadas recentemente pela imprensa sobre a proposta de extinção, pelo próximo Governo, de órgãos públicos, tais como a Sudene e Banco do Nordeste, sem prévio e amplo debate sobre a

questão.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES – Solidariedade ao Sr. Genésio Araújo, proprietário do *Correio do Piauí*, protestando contra a violência ocorrida contra a sede do jornal. Denunciando a irregularidade da transmissão do programa da TV Rádio Clube de Teresina com entrevista do Sr. Átula Lira, quando da ausência do candidato Mão Santa ao debate programado para aquele horário.

SENADOR JOAQUIM BEATO – Comentários acerca do artigo intitulado "De 3 delicadas e urgentes separações", de autoria do Sr. Rubem César Fernandes, publicado no *Jornal do Brasil* de 7 do corrente, sobre as operações a serem desenvolvidas para a segurança pública no Município do Rio de Janeiro e denunciando discriminação racial que delas se depreendem.

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Razões para a apresentação do Requerimento nº 837/94, de sua autoria, solicitando informações ao Ministro das Minas e Energia a respeito do montante preciso e atualizado dos custos excedentes da operação da Usina de Angra I e das obras de construção das usinas nucleares de Angra II e III, dos quais o Poder Executivo pretende desonerar a empresa Furnas transferindo-os à União, conforme o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1994, que trata da absorção pela União dos "custos excedentes" de construção e operação das usinas nucleares.

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Sugestão de estudo à equipe econômica do Governo sobre o Programa de Renda Mínima. Evolução preocupante da política cambial.

1.2.12 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 832 e 833, de 1994, lidos no Expediente da presente sessão. **Votação adiada**, após parecer de plenário.

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RONAN TITO – Críticas ao Plano Real pela ausência de políticas cambial, fiscal e tributária. Considerações sobre a liberdade e a ética da imprensa brasileira.

SENADOR ÁUREO MELLO – Congratulando-se com todos os responsáveis pela organização da Feira do Livro realizada

recentemente no Distrito Federal. Importância do estímulo ao movimento cultural brasileiro através do apoio às entidades de cultura e afins. Falta de divulgação dos discursos proferidos nas tribunas do Congresso Nacional.

SENADOR AIRTON OLIVEIRA – Provável vitória do Senador Jonas Pinheiro, candidato ao Governo do Amapá no pleito de 15 de novembro, e as perspectivas favoráveis de progresso para aquele Estado.

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Crescimento econômico do Brasil. Desempenho da agricultura de Mato Grosso, consolidando o Estado como o 2º maior produtor de soja do País.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Comentários sobre a distribuição desigual da riqueza mundial, em particular no Brasil, apontada no Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e as sugestões de comissão da ONU para resolvê-la.

SENADOR MARCO MACIEL – Solenidade de ingresso do jornalista Carlos Chagas na Academia Brasileira de Letras e o discurso de saudação do escritor Kurt Pessek.

SENADOR JOÃO FRANÇA – Premência da concessão de reajuste salarial aos servidores civis e militares com a finalidade de repor as antigas perdas salariais da categoria.

1.2.14 – Comunicações da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia, da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã às 15 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

– Do Senador Mauro Benevides, pronunciado na sessão de 25-10-94. (Republicação.)

3 – ATO DO PRESIDENTE

– Nº 337, de 1994

4 – MESA DIRETORA

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 154ª Sessão, em 9 de novembro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues, Carlos Patrocínio e Jaques Silva

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES

OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Airton Oliveira – Alfredo Campos – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Gilberto Miranda – Humberto Lucena – Irapuan Costa Júnior – Jacques Silva – João Calmon – João França – João Rocha – Joaquim Beato – José Eduardo – José Paulo Bisol – Júlio Campos – Jutahy Magalhães – Louremberg Nunes Rocha – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Maurício Correa – Moisés Abrão – Reginaldo Duarte – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 1.630/94, de 1º do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 552, de 1994, de autoria do Senador Aureo Mello;

Nº 1.631/94, de 1º do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 631, de 1994, de autoria do Senador Esperidião Amin;

Nº 1.632/94, de 1º do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 655, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge;

Nº 1.633/94, de 1º do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 551, de 1994, de autoria do Senador Ney Maranhão; e

Nº 1.634/94, de 1º do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 600, de 1994, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópias,

aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 253/94, de 8 do corrente, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1991 (nº 4.103/93, naquela Casa), de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que torna indisponíveis os veículos envolvidos em acidentes de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 829, DE 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, na forma do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, sejam consideradas como licença autorizada as minhas ausências registradas nos dias 4, 5, 6, 7, 10, 14, 17, 21, 24, 25, 31-10-94, 1, 3 e 4-11-94, tendo em vista atividades políticas, no Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1994. – **Nelson Carneiro.**

REQUERIMENTO Nº 830, DE 1994

Requeiro, na forma do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, sejam consideradas como licença autorizada as minhas ausências registradas nos dias 4, 5, 6, 7, 10, 14, 17, 18, 21, 24, 25 e 31 do mês de outubro do ano em curso, em vista de estar tratando de assuntos partidários no meu Estado.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1994. – **Senador Lourival Nunes Rocha.**

REQUERIMENTO Nº 831, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, requeiro seja considerado como licença autorizada o meu afastamento dos trabalhos desta Casa, nos dias 4, 5, 6, 7, 10, 14, 21, 24, 25, 27 e 31 de outubro, quando estive no estado tratando de assuntos políticos e administrativos da Região Amazônica.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1994. – **Senador Carlos de' Carli.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A votação dos requerimentos fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 832, DE 1994

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação do Brasil à 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição, e 40, § 1º, alínea "a", do Regimento Interno. Esclareço que devo estar ausente do País no período de 16-11-94 a 5-12-94.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – **Senador Nelson Carneiro.**

REQUERIMENTO Nº 833, DE 1994

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação do Brasil à 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição, e 40, § 1º, alínea "a", do Regimento Interno. Esclareço que devo estar ausente do País no período de 10-11-94 a 25-11-94.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – **Senador Lourival Nunes Rocha.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Os requerimentos lidos serão remetidos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser apreciados após a Ordem do Dia, nos termos do art. 40 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 834, DE 1994

Nos termos do art. 43 Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência licença para ausentarme dos trabalhos da Casa no período compreendido entre 15 e 22 de novembro do corrente ano para tratamento de saúde.

Sala de Sessões, 8 de novembro de 1994. – **Senador João Calmon.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 835, DE 1994

Nos termos do artigo 172, I, do Regimento Interno, solicito a inclusão em Ordem do Dia da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1991 (nº 3.107/92, na Câmara dos Deputados, que "regulamenta a profissão de ortoptista e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1994. – **Senador Júlio Campos.**

REQUERIMENTO Nº 836, DE 1994

Com fundamento no art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a inclusão em Ordem do Dia do Ofício "S" nº 71, de 1994 (Ofício Presi- 94/3.335, de 20-10-94, na origem), encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFT – RS, destinadas à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Estado.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – **Senador Pedro Simon.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Os requerimentos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 255, II, c, nº 3, do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 837, DE 1994

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, se-

jam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

1 - montante preciso e atualizado dos "custos excedentes" da operação da usina nuclear de Angra I e das obras de construção das usinas nucleares de Angra II e III, dos quais o Poder Executivo pretende desonerar a empresa Furnas transferindo-os à União, conforme o Projeto de Lei nº 3.231/92, ora em exame pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal;

2 - A forma, o prazo e cronograma desse desembolso; e

3 - O volume de recursos a serem levantados com alienação dos ativos de Angra III.

Justificação

O Legislativo está correndo o sério risco de passar ao Governo Federal um verdadeiro cheque em branco, na forma do Projeto de Lei nº 3.231/92, do Executivo, que trata da absorção pela União dos "custos excedentes" de construção e operação das usinas nucleares.

Iniciadas sob a responsabilidade da Nuclebrás, as usinas nucleares passaram à administração do complexo de Furnas.

A leitura do projeto e de sua respectiva "exposição de motivos" indica que ele tem por finalidade básica desonerar o passivo de Furnas.

Ora, dados não oficiais, veiculados pela imprensa, dão conta de que o País já teria gastado cerca de US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares) apenas com a manutenção de máquinas e equipamentos suficientes para montar duas usinas nucleares, no valor aproximado de US\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e meio de dólares), os quais, no entanto, permanecem encaixotados, apinhando dez gigantescos galpões. Notícia-se, também, que, de seis em seis meses, todas as máquinas seriam, desencaixotadas por técnicos das seguradoras dos fabricantes e dos bancos. Os equipamentos seriam vistoriados, guardados em embalagens especiais, conservados com produtos químicos contra a maresia da praia de Itaorna, Angra dos Reis (litoral do Rio de Janeiro) e, em seguida, reencaixotados.

Apenas com a construção de Angra II, prevista no marco do acordo nuclear Brasil-Alemanha, de 1975 (Angra I fora construída anteriormente, utilizando tecnologia norte-americana, mas, ainda assim, faz parte do projeto nuclear do País), o Brasil já haveria gastado, até o momento, US\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de dólares). Segundo cálculos igualmente extra-oficiais, o País teria de investir mais US\$1.400.000.000,00 (Hum bilhão e quatrocentos milhões de dólares) para concluir a obra de Angra II.

Quanto à usina de Angra III, cuja construção, ao que indicam várias declarações de autoridades governamentais, não será retomada, cumpre examinar alternativas objetivando a minimização do ônus a ser transferido à União e, portanto, ao contribuinte. A ser verdadeira a informação de que o reator da usina já estaria pronto e estocado, haveria a possibilidade de recuperação parcial das despesas até aqui efetuadas através da alienação dos ativos correspondentes via mercado.

Em vista da magnitude do ônus prestes a ser imposto ao Erário, por conta do retumbante fracasso da política nacional de energia nuclear, tem o Governo Federal a obrigação de subsidiar o Legislativo com informações oficiais precisas e atualizadas que permitam o correto dimensionamento do montante dessa pesada "fatura", bem como o conhecimento do esquema de desembolso

destinado a saldá-la.

Diante do exposto, entendo de grande relevância para o pleno exercício das atribuições conferidas a esta Casa pela regra contida no inciso X do artigo 49 da Lei Maior, o encaminhamento dos elementos alternativos que ora requiro ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. - Senador **Gilberto Miranda Batista**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - O requerimento, na forma regimental, irá à comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 838, DE 1994

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requiro a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1994, que "altera dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo", cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. - Senador **Magnó Bacelar**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - O requerimento que vem de ser lido será, nos termos regimentais, incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 1994

Estabelece medidas preventivas de proteção às pessoas que trabalham nos aeroportos e bases de serviço de aeronaves agrícolas e aos trabalhadores que se colocam entre as plantações para auxiliar os pilotos das aeronaves a localizar as áreas objeto de pulverizações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os trabalhadores nos aeroportos e bases de serviços de aeronaves agrícolas terão as suas atividades classificadas pelo órgão competente do Poder Executivo, no grau de insalubridade compatível com as suas condições de trabalho.

Art. 2º Os trabalhadores expostos às substâncias venéficas nas atividades desenvolvidas por aeronaves agrícolas, principalmente aqueles que lidam ou manuseiam com fósforo e dinitro ou outras substâncias tóxicas, serão submetidos a medidas de controle médico e toxicológico periódicos, bem como à inspeção no local de trabalho quanto à adoção e uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva indicados.

Art. 3º As pessoas que se colocam entre as plantações para auxiliar o piloto da aeronave agrícola a localizar as áreas a ser pulverizadas, além de receberem os cuidados necessários quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, deverão submeter-se a exames toxicológicos e médicos por ocasião do exercício de sua atividade.

Art. 4º As pessoas físicas e jurídicas envolvidas nas atividades objeto da presente lei são responsáveis pelo seu cumprimento, estando sujeitas, em caso de infração às suas disposições, às penalidades estabelecidas no art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1993, com a redação dada pelas Leis nº 6.986, de 13 de abril de 1982, e

nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A presente proposição legislativa tem por escopo reparar gritante omissão das normas em vigor quanto à segurança e higiene do trabalho de segmento dos trabalhadores de aeroportos e bases de serviço de aeronaves agrícolas, que de uma forma ou de outra estão em contato com substâncias tóxicas, nem sempre esclarecidos quanto a este fato e quase sempre vítimas de intoxicações insidiosas e cumulativas.

Outro grupo de trabalhadores atingidos são os agricultores que se colocam entre as plantações para indicar ao piloto de aeronave agrícola o local onde se deve efetuar as pulverizações.

Tais trabalhadores, conquanto desenvolvam atividades notoriamente insalubres, não recebem quaisquer ações de órgãos competentes, visando à promoção, proteção e prevenção de sua saúde no local do trabalho.

Presentemente, os dados estatísticos relativos à morbimortalidade por intoxicações exógenas são sabidamente subestimados, quer pela ausência de normatização jurídica e técnica de inúmeras atividades insalubres e penosas, quer por desconhecimento, pelos próprios profissionais de saúde, do nexo de causa e efeito ou de contaminação, sintomatologia e causa mortis, principalmente nos casos de intoxicação insidiosa e crônica.

Este projeto de lei objetiva, além da correção de injustificável injustiça, chamar a atenção das autoridades sanitárias para o enorme rol de atividades que lidam com material venéfico, passível de danos ao trabalhador e ao próprio espaço ambiental. Tais atividades laboriais podem ser objeto de ações de saúde que eliminem o risco ou que o diminuam a um mínimo possível, mediante o uso de medidas preventivas e de equipamentos de proteção coletiva e individual.

Isto posto, esperamos dos nobres pares o apoio e a aprovação a esta iniciativa, em razão do seu alcance social e oportunidade.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. - Senador Dirceu Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Institui a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 201. As infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de 30 (trinta) a 300 (trezentas) vezes o valor de referência previsto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concernentes à segurança do trabalho com multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentas) vezes o mesmo valor (Redação art. 7º, L. 6.986, 13.4.82 - V. pag 65).

Parágrafo único. Em caso de reincidência, embargo ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo.

LEI Nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977

Altera a denominação funcional de Insalubres, e a categoria funcional de Insalubres de Trabalho, código 05-933 ou 11-05-933, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, contida no Anexo II do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a categoria funcional de Insalubres, código 05-933 ou 11-05-933, com as referências de vencimento ou salário por classe, estabelecidas na forma do Anexo à presente Lei.

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - A categoria funcional de Insalubres de Trabalho, código 05-933 ou 11-05-933, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, contida no Anexo II do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a denominar-se Insalubres de Trabalho, código 05-933 ou 11-05-933, com as referências de vencimento ou salário por classe, estabelecidas na forma do Anexo à presente Lei.

Art. 2º - Os atuais cargos efetivos e empregos permanentes de Insalubres de Trabalho, código 05-933 ou 11-05-933, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, contidos no Anexo II do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os atuais cargos efetivos e empregos permanentes de Insalubres de Trabalho, código 05-933 ou 11-05-933, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, contidos no Anexo II do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passarão a denominar-se Insalubres de Trabalho, código 05-933 ou 11-05-933, com as referências de vencimento ou salário por classe, estabelecidas na forma do Anexo à presente Lei.

Parágrafo único - O servidor abrangido por esta Lei será mantido na mesma referência de vencimento ou salário de cargo ou emprego em que se encontrar, salvo se for superior por referência inferior à 05-80, inicial prevista para a Classe "A" da categoria, caso em que será mantido localmente.

Art. 3º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 4º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 5º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 6º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 7º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 8º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 9º - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 10 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 11 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 12 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 13 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 14 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 15 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 16 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 17 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Art. 18 - A Gratificação de Produtividade, em vigor desde a publicação desta Lei, de 13 de fevereiro de 1975, terá seus valores superiores (inferiores da categoria funcional de Insalubres de Trabalho, do Grupo-Diversas Atividades do Nível Superior, código 05-933 ou 11-05-933, observadas as disposições desta Lei).

Table with columns: CATEGORIA PROFISSIONAL, VENCIMENTO, REFERÊNCIA DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE. Includes rows for 'GRUPO DIVERSAS ATIVIDADES' and 'NÍVEL SUPERIOR' with various class levels (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z).

Decreto-Lei nº 2.140, de 21 de fevereiro de 1965

Inclui no Anexo II do Decreto-Lei nº 2.141, de 22 de agosto de 1974, a classificação do desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, em uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, item III, da Constituição.

SECRETARIA

Art. 1º - Fica incluída no Anexo II do Decreto-Lei nº 2.141, de 22 de agosto de 1974, a classificação do desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho, na forma do anexo desta Lei.

Art. 2º - O Anexo II consta do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 5.769, de 11 de maio de 1961, em vigor, sob o texto anterior, e a classificação do artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.141, de 22 de agosto de 1974, aplicando-se o sistema de pontuação sobre o valor do vencimento ou salário de maior referência da Categoria Profissional de que for integrante o que corresponde ao cargo atual.

Art. 3º - Os servidores de que trata o artigo 1º desta Lei terão sua classificação de nível superior.

Art. 4º - Somente se concederá a classificação de que trata o artigo anterior aos servidores em efetivo exercício das respectivas funções, empregos ou funções.

§ 1º - Considerar-se-á como de efetivo exercício, para fins deste artigo, os afastamentos na seguinte forma:

- a) férias;
b) comissões;
c) 1960;
d) licença para tratamento de saúde, à pedido do ou em decorrência de acidente no serviço;
e) licença especial;
f) desligamento em objeto de serviço;
g) substituição para substituir outro no mesmo emprego, desde que observada a ordem legal e regulamentar pertinentes;
h) substituição para funções integrantes de área essencial de instituições;
i) substituição, na Administração Direta ou no âmbito de atuação do Distrito Federal, de outros em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (GDA-100 e GDA-100), de função de nível superior de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (GDA-150), de nível, em função de Assessoramento Superior (AS) e que se refere ao artigo 123 do Decreto-Lei nº 201, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 500, de 24 de setembro de 1968.

§ 2º - Os benefícios de que trata o artigo 1º de que trata o artigo anterior serão aplicados sobre o vencimento ou salário de maior referência de que trata esta Lei.

§ 3º - O exercício de cargo e função de provimento em comissão ou função de confiança do Trabalho em efetivo exercício e percepção de gratificação de que trata esta Lei.

Art. 5º - A classificação do desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho, em que incidirá o aumento de vencimento ou salário, será determinada de acordo com o Anexo II desta Lei.

Art. 6º - As Comissões de Avaliação e de Pontuação de Fiscalização do Trabalho de Atividade de Fiscalização de Trabalho em função do método de pontuação de que trata o Anexo II desta Lei.

Art. 7º - A comissão de classificação do desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho em função do método de pontuação de que trata o Anexo II desta Lei, em função do método de pontuação de que trata o Anexo II desta Lei.

Art. 8º - As Comissões de Avaliação e de Pontuação de Fiscalização do Trabalho de Atividade de Fiscalização de Trabalho em função do método de pontuação de que trata o Anexo II desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de novembro de 1964.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto-Lei nº 2.141, de 22 de agosto de 1974, e o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 5.769, de 11 de maio de 1961.

Brasília, 21 de fevereiro de 1983; 1849 de Independência e 179 de fundação.

JOÃO PROVEREDO
Mário Almeida

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE Imprensa Nacional
MARCIA LUIZA DE MELLO
Chefe de Serviço
GRANDE OFICIAL - 1983
Cópia digitalizada e publicada em meio eletrônico
EXEMPLOS
Publicação de legislação em meio eletrônico no Portal do Brasil. A versão original em PDF está disponível no mesmo endereço de acesso.
Anúncio de licitação pública para o fornecimento de materiais de consumo para o Departamento de Imprensa Nacional.
Autenticação: 140.511 28.200 12.012
Páginas: 02/02

Table with financial data:
Vn. despesas (Brasil) 12.800 7.300 15.840
Vn. despesas (Estrangeiro) 128.800 62.300 128.800
Vn. despesas (Brasil) 71.300 46.320 71.300
Mês de publicação: 2 de 14 anos
Telefone: (0) 400 226.781, 226.782, 226.783, 226.784, 226.785, 226.786, 226.787
Diretor: Carlos César de Sá, Diretor de Publicação: 1223-6453
Av. Afonso Pena 121 - Centro - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP: 80001-900

Decreto-Lei nº 2.141, de 22 de agosto de 1974
Art. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º

Table with 3 columns:
1. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DE TRABALHO
2. DEFINIÇÃO
3. BASE DE CÁLCULO
Row 1:
1. Classificação do Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho (GDA-100 e GDA-100)
2. Classificação de nível superior sobre o valor do vencimento ou salário de maior referência da categoria profissional de que trata o Anexo II desta Lei.
3. Até 120% sobre o valor do vencimento ou salário de maior referência da categoria profissional, segundo critério estabelecido pelo Ministério do Trabalho

LEI Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977

Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Econômicos - decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 1994

Dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As reservas cambiais brasileiras em poder do Banco Central poderão ser aplicadas em projetos de infra-estrutura econômica.
Parágrafo único. O momento da aplicação de que trata o artigo anterior dependerá de autorização do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Conforme a Lei nº 4.595/64, cabe ao Banco Central a guarda e gestão das reservas cambiais. Não existe legislação específica que discipline a aplicação desses recursos. Entretanto, por consenso internacional dos Bancos Centrais, as aplicações não podem ser agressivas, mas sempre objetivando a segurança e liquidez.

Atualmente, as aplicações estão distribuídas em depósitos a prazo fixo em instituições internacionais de primeira linha, em títulos governamentais americanos e alemães, principalmente, e em moedas e ouro.

Entretanto, o programa do Senador Fernando Henrique Cardoso prevê a aplicação de parte desses recursos em infra-estrutura.

As reservas cambiais, hoje, giram em torno de US\$52 bilhões e, se aplicados US\$5 bilhões anuais em infra-estrutura, significa quintuplicar o volume previsto para 1995 em recursos públicos de inestimável importância para o sucesso da política governamental e o bem-estar da coletividade.

Nesse sentido é que proponho esse projeto de lei como contribuição, e espero contar a grandeza e apoio de meus Pares.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. - Senador Júlio Campos.

(À Comissão de Assuntos Econômicos - Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Os projetos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Na sessão de ontem terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 90, de 1994, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera o § 2º do art. 432 do Regulamento Administrativo do Senado Federal; e

– Projeto de Resolução nº 91, de 1994, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que extingue Funções Commissionadas do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Os projetos não receberam emendas e serão despachados às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 692**, de 4 de novembro de 1994, que dispõe sobre a criação dos cargos que menciona.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Cid Saboia de Carvalho	PMDB Ronaldo Aragão
Ruy Bacelar	Jacques Silva
Airton Oliveira	PFL Dario Pereira
Lourenberg Nunes Rocha	PPR Lucídio Portella
Mário Covas	PSDB Almir Gabriel
Francisco Rollemberg	PMN
Aureo Mello	PRN Ney Maranhão

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Werner Wanderer	BLOCO Aldir Cabral
Tarcísio Delgado	PMDB Germano Rigotto
Celso Bernardi	PPR João Tota
Jabes Ribeiro	PSDB Sigmaringa Seixas
Valdenor Guedes	PP Mário De Oliveira
Luiz Salomão	PDT Carlos Cardinal
José Carlos Vasconcellos	PRN Paulo Octávio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 9/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 10/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 12/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 21/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 06/12/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 693**, de 04 de novembro de 1994, que altera a redação do Inciso I do Art.

65 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, alterada pela Lei nº 8.928, de 10 de agosto de 1994.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
José Fogaça	PMDB Cid Saboia De Carvalho
Gilberto Miranda	Ruy Bacelar
João Rocha	PFL Airton Oliveira
Levy Dias	PPR Affonso Camargo
Mário Covas	PSDB Almir Gabriel
Magno Bacelar	PDT Júnia Marise
Meira Filho	PP Nelson Carneiro

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
José Jorge	BLOCO Tourinho Dantas
Tarcísio Delgado	PMDB Germano Rigotto
Fetter Júnior	PPR Carlos Virgílio
Jabes Ribeiro	PSDB João Faustino
Pedro Valadares	PP Vadão Gomes
Luiz Salomão	PDT Carlos Cardinal
Welinton Fagundes	PL Getúlio Neiva

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 9/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 10/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 12/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 21/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 6/12/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 694**, de 04 de novembro de 1994, que altera o Anexo I da Lei nº 8.885, de 16 de junho de 1994, que autorizou o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário no valor de CR\$ 53.156.000.000,00 (cinquenta e três bilhões, cento e cinquenta e seis milhões de cruzeiros reais).

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Gilberto Miranda	PMDB Amir Lando
Ronan Tito	Ruy Bacelar

Dario Pereira	PFL	Carlos Patrocínio
Levy Dias	PPR	Lourenberg Nunes Rocha
Mário Covas	PSDB	Almir Gabriel
José Eduardo	PTB	Jonas Pinheiro
Eduardo Suplicy	PT	

Alberto Goldman	PMDB	João Natal
Leomar Quintanilha	PPR	Pedro Pavão
Jabes Ribeiro	PSDB	Sigmaringa Seixas
Mário Chermont	PP	Benedito Domingos
Luiz Salomão	PDT	Carlos Cardinal
Renildo Calheiros	PCdoB	Jandira Feghali

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Lael Varella	BLOCO	Jonival Lucas
Tarcísio Delgado	PMDB	Germano Rigotto
Sandra Cavalcanti	PPR	Basílio Villani
Munhoz Da Rocha	PSDB	Vittório Mediolli
Marcelo Luz	PP	Pedro Valadares
Luiz Salomão	PDT	Carlos Cardinal
Sérgio Guerra	PSB	Roberto Franca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
 Dia 9/11/94 – designação da comissão mista;
 Dia 10/11/94 – instalação da comissão mista;
 Até 12/11/94 –prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
 Até 21/11/94 – prazo final da comissão mista;
 Até 6/12/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 695**, de 04 de novembro de 1994, que dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Onofre Quinan	PMDB	Márcio Lacerda
Coutinho Jorge		Ruy Bacelar
Odacir Soares	PFL	Jônice Tristão
Affonso Camargo	PPR	Epitacio Cafeteira
Mário Covas	PSDB	Almir Gabriel
Francisco Rollemberg	PMN	
Aureo Mello	PRN	Ney Maranhão

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Tourinho Dantas	BLOCO	Ciro Nogueira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
 Dia 9/11/94 – designação da comissão mista;
 Dia 10/11/94 – instalação da comissão mista;
 Até 12/11/94 –prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
 Até 21/11/94 – prazo final da comissão mista;
 Até 6/12/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 696, de 04 de novembro de 1994, que dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Ronan Tito	PMDB	Gilberto Miranda
José Fogaça		César Dias
Odacir Soares	PFL	João Rocha
Lucídio Portella	PPR	Moisés Abrão
Mário Covas	PSDB	Almir Gabriel
Nelson Wedekin	PDT	Lavoisier Maia
Nelson Carneiro	PP	Meira Filho

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
José Carlos Aleluia	BLOCO	Maurício Calixto
Dejandir Dalpasquale	PMDB	Hilário Braun
Ronivon Santiago	PPR	Eraldo Trindade
Marco Penaforte	PSDB	Tuga Angerami
Delcino Tavares	PP	Ermani Viana
Luiz Salomão	PDT	Carlos Cardinal
Edi Siliprandi	PSD	Pascoal Novaes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 9/11/94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 10/11/94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 12/11/94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 21/11/94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 6/12/94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, que dispõe sobre as regras para a conversão, em real, das mensalidades escolares nos estabelecimentos de ensino e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Ronan Tito	PMDB Cid Saboia de Carvalho
Gilberto Miranda	Amir Lando
Hugo Napoleão	PFL Júlio Campos
Lucídio Portella	PPR Jarbas Passarinho
Mário Covas	PSDB Almir Gabriel
Marluce Pinto	PTB José Eduardo
Eduardo Suplicy	PT

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Paes Landim	BLOCO Ângelo Magalhães
João Henrique	PMDB Valter Pereira
Armando Pinheiro	PPR Arno Magarinos
Ubiratan Aguiar	PSDB Osmânio Pereira
Carlos Sant'Anna	PP Costa Ferreira
Luiz Salomão	PDT Carlos Cardinal
Roberto Freire	PPS Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 9/11/94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 10/11/94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 12/11/94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 21/11/94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 6/12/94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 698, de 04 de novembro de 1994, que dispõe sobre alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 02 de maio de 1994, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
1.Cid Saboia de Carvalho	PMDB 1.Mansueto de Lavor
2.Alfredo Campos	2.Ruy Bacelar
3.Dario Pereira	PFL 3.João Rocha
4.Hydekel Freitas	PPR 4.Levy Dias
5.Mário Covas	PSDB 5.Almir Gabriel
6.Francisco Rollemberg	PMN 6.
7.Aureo Mello	PRN 7.Ney Maranhão

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
1.Werner Wanderer	BLOCO 1.Luciano Pizzatto
2.João Almeida	PMDB 2.Marcelo Barbieri
3.Arnaldo Faria de Sá	PPR 3.Jair Bolsonaro
4.Paulino Cícero de Vasconcelos	PSDB 4.Moroni Torgan
5.Edmar Moreira	PP 5.Mauro Borges
6.Luiz Salomão	PDT 6.Carlos Cardinal
7.Sidney de Miguel	PV 7.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 09/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 10/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 12/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 21/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 06/12/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 699, de 04 de novembro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário até o limite de R\$ 414.254.850,00 (quatrocentos e quatorze milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), para os fins que especifica.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
1.Gilberto Miranda	PMDB 1.Mansueto De.Lavor..
2.Jacques Silva	2.Coutinho Jorge
3.Raimundo Lira	PFL 3.Jônice Tristão

4. Lucídio Portella	PPR	4. Lourenberg Nunes Rocha
5. Mário Covas	PSDB	5. Almir Gabriel
6. Júnia Marise	PDT	6. Darcy Ribeiro
7. João França	PP	7. Meira Filho

OF. PSDB/I/Nº 1.072/94

Brasília, 9 de novembro de 1994

Senhor Presidente,
Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência, os Senhores Deputados José Serra, como membro titular, e Ariosto Holanda, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 684/94, em substituição aos indicados pelo Presidente do Congresso Nacional.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e apreço. – Deputado **José Abrão**, Vice-Líder do PSDB.

Ofício nº 680/94.

Brasília, 1º de novembro de 1994

Senhor Presidente,
Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Reformador – PPR, os Deputados LEOMAR QUINTANILHA e IBRAHIM ABI-ACKEL para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 683, de 31 de outubro de 1994, que "cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, altera os artigos 4º, 39, 82 e 98 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências". Em substituição aos Deputados Marcelino Romano Machado e Amaral Netto.

Atenciosamente. – Deputado **Gerson Peres**, Líder do PPR em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte.

Em 8 de novembro de 1994

Senhor Presidente,
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que de acordo com o disposto no art. 39, alínea "a", do Regimento Interno, me ausentarei do País, no período compreendido entre 15 e 22 de novembro do corrente ano, para tratamento de saúde.

Atenciosas saudações. – Senador **João Calmon**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 839, DE 1994

Senhor Presidente,
Nos termos do art. 172 do Regimento Interno, requeiro a V. Exª a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1993, de cópia anexa.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – Senador **Jutahy Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 840, DE 1994

Requeiro, nos termos do art. 210 do Regimento Interno, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

1. Pedro Corrêa	BLOCO	1. Fátima Pelaes
2. João Henrique	PMDB	2. Ivandro Cunha Lima
3. Otto Cunha	PPR	3. Ricardo Izar
4. Antônio Faleiros	PSDB	4. Osmânio Pereira
5. Jofran Frejat	PP	5. Carlos Sant'anna
6. Luiz Salomão	PDT	6. Carlos Cardinal
7. Regina Gordilho	PRONA	7.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 09/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 10/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 12/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 21/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 06/12/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 824, de 1994, do Senador Dirceu Carneiro, solicitando, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no período mencionado, a fim de participar da 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Solicito ao nobre Senador Mansueto de Lavoura o parecer, que será dado em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. MANSUETO DE LAVOURA (PMDB-PE. Para proférir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Itamar Franco, datado de 31 de outubro do corrente ano, o Senador Dirceu Carneiro foi designado observador parlamentar, integrante da delegação brasileira na 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

O requerimento de S. Exª se refere aos termos do art. 55, § 3º, da Constituição, e ao art. 40, § 1º, a, do Regimento Interno.

Estando, portanto, embasado em termos constitucionais e regimentais, o meu parecer é pela aprovação do citado Requerimento de nº 824, de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O parecer é favorável.

A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

"Frei Joaquim do Amor Divino Caneca", de autoria do ex-Deputado Federal e ex-Ministro da agricultura *Oswaldo Lima Filho*, publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 8 de novembro do corrente ano, na página A2, seção Opinião, cuja cópia segue anexa.

Frei Caneca é figura exponencial da História brasileira. Sua vida, sua luta e seu martírio são lições vivas para o nosso País; enquanto o ilustre autor da matéria transcrevenda, Dr. *Oswaldo Lima Filho*, é um autêntico seguidor dos ideais do Frei Caneca, destacando-se sua luta pela democracia, pela defesa dos interesses nacionais e contra as pragas do neocolonialismo e do neoliberalismo, com suas visíveis seqüelas de dominação, opressão e elevados custos sociais.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – Senador **Manueto de Lavor**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigueus) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 841, DE 1994

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requerido a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto Lei da Câmara nº 35, de 1994 (nº 3.172/92, na Casa de origem), cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – Senador **Cid Sabóia de Carvalho**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O art. 2º, parágrafo único, do Regimento Interno determina que, no período de dois meses que precede as eleições gerais, o Senado funcione como definido pelo Regimento Comum do Congresso.

Esse funcionamento consiste na convocação de sessões extraordinárias, sempre que as matérias o exigirem, a juízo da Presidência.

O ano de 1994 é ano de eleições gerais que reúnem não apenas as eleições parlamentares, mas também as executivas. Aliás, doravante, todo ano eleitoral a cada quadriênio é geral, pois a Emenda Constitucional de Revisão nº 5, de 1994, ao modificar a duração do mandato presidencial, faz coincidirem os mandatos estaduais e federais.

Ora, as eleições majoritárias para os cargos executivos prevêem, pela definição constitucional insculpida nos arts. 28, 32, § 2º, e 77, § 3º, da Carta Magna, a possibilidade de realização de um segundo turno de votação. Assim, esse segundo turno está claramente incluído no conceito de eleição geral.

Na maioria das unidades da Federação será realizado o segundo turno no próximo dia 15 de novembro. Diversos Srs. Senadores são diretamente – como candidatos a cargos de governo – ou indiretamente – como vinculados ao processo eleitoral – chamados a atuar nas eleições.

A regra regimental aplica-se analogicamente, pois, ao período que antecede a realização desse segundo turno, como se aplicou, de forma imediata, ao período que precedeu o primeiro turno, em 3 de outubro último.

A Presidência comunica, então, à Casa, que, do dia 10 ao dia 16 de novembro, serão realizadas apenas sessões extraordinárias, mediante convocação específica.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra, por permuta, ao nobre Senador *Josaphat Marinho*.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como em junho deste ano, a imprensa volta a noticiar e a criticar o constante aumento de preços de diferentes produtos. Nessa oportunidade, aqui desta tribuna, sugeri ao Governo algumas medidas corretivas, que impedissem a prática prejudicial à economia popular.

Sem que negue o interesse do Governo, sobretudo de sua equipe econômica, em dar tratamento adequado ao assunto, certo é que as medidas corretivas mais eficazes não foram então adotadas. Resultado: com a entrada em vigor do Real, teve-se a oportunidade de apurar a quanto haviam subido abusivamente os preços. E o fenômeno foi de tal ordem que o abuso repercutiu logo sobre a nova moeda.

Depois de um período de relativo equilíbrio – e devo dizer, graças, sobretudo, ao poder de comunicação do Ministro *Rubens Ricupero* –, a população prestou vigorosa solidariedade ao Plano, e os preços se contiveram.

Agora, reabre-se o curso da exploração, e a imprensa comenta que os empresários já não asseguram solidariedade ao Governo. Ainda hoje, o *Jornal do Brasil* faz os seguintes comentários:

A equipe econômica já admite a existência de repique inflacionário, problema que mobilizou ontem o atual e o futuro governo.

Acrescenta:

O Presidente eleito *Fernando Henrique Cardoso* reuniu-se com os principais autores do Plano Real no Palácio do Alvorada, e seu provável Ministro do Planejamento, *Paulo Renato de Souza*, participou do encontro de avaliação da equipe no Ministério da Fazenda. Um ministro do governo admitiu que o problema da inflação, neste momento, é muito sério, e um integrante da equipe disse que não há muito a fazer para enfrentá-lo.

Se se noticia a gravidade da situação e ao mesmo tempo se acentua que membros do Governo entendem que não há muito o que fazer para conter o abuso, o fenômeno é de assustar.

Tanto mais é de assustar, porque, na mesma notícia, o jornal acrescenta, por intermédio de seus repórteres *Sérgio Léo* e *Lu Aiko*:

Acabou a lua-de-mel do empresariado com o plano. As medidas adotadas até agora tiveram pouco efeito, disse um importante interlocutor de *Ciro Gomes*.

Concretamente, informa a notícia:

Em novembro, já foram retirados os descontos concedidos sobre chocolates, duas marcas de papel higiênico, algumas marcas de palmito e de vinagre.

Essas notícias confirmam o que todos, como pessoas comuns que frequentamos o comércio, estamos observando.

Ainda no último sábado, no Conjunto Nacional, aqui, em Brasília, vi e observei que o preço de um par de sapatos para mulher, do mesmo tipo, variava entre os três andares: o térreo, o superior e o subsolo. Em um, custava 25 reais; no outro, 32 e, no terceiro, 19 reais. Num mesmo conjunto comercial, um mesmo sapato.

Como justificar-se? Se eu, como frequentador eventual, pude observar, por que não há quem, em nome do Governo, observe e adote a medida punitiva devida?

Porém, há mais: o preço de um corte de cabelo, em Brasília, subiu, nos últimos 15 dias, de 10 para 15 reais. Não há também ninguém que, em nome do Governo, tenha conhecimento do fato?

São apenas pormenores, porque essas indicações mostram que o abuso se está generalizando. Os jornais dos Estados não in-

formam diversamente.

Ora, se não houver a medida punitiva adequada, evidentemente que passam a correr risco o Plano de Emergência e o resultado do Real, com graves conseqüências para o próximo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Mansueto de Lavour – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mansueto de Lavour – Eminentíssimo Senador Josaphat Marinho, o pronunciamento de V. Ex^a destaca uma situação que já ocorreu em planos anteriores, principalmente no Plano Cruzado: o desabastecimento, desabastecimento já verificado nas prateleiras dos supermercados e em suprimentos essenciais para a mesa da população. O desabastecimento leva ao ágio, e o ágio é exatamente a medida contrária ao remédio que combate a inflação. Então, ou o Governo assume uma postura firme diante desta situação, ou o Plano Real estará correndo os mesmos riscos dos planos anteriores. Não me refiro apenas ao papel, que subiu 40% durante o Plano Real, mas principalmente aos alimentos fundamentais. Portanto, sou inteiramente solidário ao seu pronunciamento e reforço que são urgentes as medidas preconizadas por V. Ex^a neste momento. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – O acréscimo que V. Ex^a traz ao debate, nobre Senador Mansueto de Lavour, é da maior oportunidade. De um momento para outro, começa o desabastecimento; de um momento para outro, desaparecem os carros populares das revendedoras, mas os carros existem para quem estiver disposto a pagar o ágio. O Governo não tem condições de ir ao encontro desses fraudadores do comércio e da economia popular?

O fenômeno se generaliza. E se generaliza a tal ponto – é a conclusão a que chegamos legitimamente – que, ainda ontem, como o jornal também noticiou, o Presidente eleito se reuniu com a equipe econômica, com toda a cautela, – para não suscetibilizar o atual Presidente, – de certo para examinar o quadro e apurar que medidas devem ser tomadas para impedir o fracasso do plano.

O problema, entretanto, cresce de gravidade, porque, com a exploração no comércio e na indústria, lava uma grave crise, ao longo de todo o País, por efeito da seca prolongada. A própria Televisão revela o quadro dantesco de reses morrendo por falta de alimentação. Os jornais anunciam como cresce o aumento dos que, não tendo onde morar, estão procurando as grandes cidades para morar debaixo dos viadutos. Isto, num instante em que a violência ultrapassa, no País, todos os limites admissíveis.

O Presidente Itamar Franco, cujo governo se caracterizou e se tem caracterizado até aqui pela correção, não pode tolerar esses fatos, sem que sua autoridade seja envolvida na falta das providências apropriadas. A situação exige tanto mais cautela, porque, chegando o Governo ao fim do mandato, a tendência é que se dilua a autoridade. Mas, se se diluir a autoridade num quadro como este, a situação geral do mecanismo da administração ficará em posição gravemente ofendida diante da opinião geral.

É preciso não confiar, em demasia, na tolerância do povo. O povo, sem dúvida, é tolerante, mas há um momento em que as dificuldades transformam a tolerância em irritação e a irritação em violência. Cumpre que os que têm a responsabilidade de resguardar a economia popular e de guardar a ordem pública adotem as providências que a sociedade em geral está reclamando.

Faço essas observações não com o intuito de criticar, mas de colaborar, de despertar o ânimo do Governo, para que não venha a perder-se, neste momento, na discussão das irregularidades correntes na Receita Federal.

Não é tempo de desviar a atenção para tais fatos. Quanto a estes, basta puni-los devidamente e prestar os esclarecimentos necessários à opinião pública. Mas para os outros fatos, os que se re-

lacionam com a sociedade em geral, o Governo precisa estar atento, pois que, de todos os pontos do País, as notícias mostram que há graves dificuldades em crescimento, sobretudo em função da queda de produção, inclusive – se não notadamente – por efeito da seca que tem perturbado as atividades em diferentes regiões.

Essas ponderações, julguei prudente trazê-las hoje à Casa, para que o Governo, se possível, delas tome conhecimento e, tomando conhecimento, desperte para a ação que lhe cabe, antes que não possa adotá-la.

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.

O SR. MANSUETO DE LAVOUR – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues, concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Mansueto de Lavour.

O SR. MANSUETO DE LAVOUR (PMDB-PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, causa espécie o fato de que, às vésperas da instalação de um novo governo, o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, venham a público propostas indiscriminadas de extinção de órgãos públicos.

Entre os órgãos que seriam extintos, relacionam-se a SUDENE e o Banco do Nordeste, que queiram ou não os setores desavisados, são da maior importância e vêm prestando relevantíssimos serviços ao desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

O que causou maior surpresa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi o fato de essas propostas serem oriundas não de segmentos desengajados das responsabilidades públicas, mas de próceres partidários, dirigentes nacionais do maior partido de sustentação do novo governo, o Partido da Frente Liberal. Daí a nossa estranheza.

Faça-se a ressalva, por dever de justiça, que outros dirigentes do PFL, de grande destaque nacional, tais como o Vice-Presidente eleito, Senador Marco Maciel, e o Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente da Câmara dos Deputados, posicionaram-se contra a proposta de extinção da SUDENE e do Banco do Nordeste, alegando que aquela não era a posição desse grande Partido, que hoje tem imensas responsabilidades em relação ao País, e mais ainda quando se instalar o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Qual a razão da existência dessa proposta, justamente numa hora como essa? Será que ela vem contribuir com o governo que queremos, de acerto, de desenvolvimento, de prosperidade, de extinção dos desequilíbrios regionais, de resgate da dívida social?

O Sr. Chagas Rodrigues – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOUR – V. Ex^a tem o aparte, eminentíssimo Senador.

O Sr. Chagas Rodrigues – Como V. Ex^a, li anteontem essa notícia em um grande jornal do País. Ontem, no entanto, li notícia diferente, ou seja, que o assunto não encontrou eco nem mesmo entre os Parlamentares do PFL. Pode V. Ex^a ficar certo – fui Vice-Líder do eminentíssimo Senador Fernando Henrique Cardoso e o sucedi na Liderança – de que o pensamento do Presidente eleito é precisamente em sentido contrário: S. Ex^a pretende combater os desníveis regionais e sociais. A extinção do DNOCS, da SUDENE e do Banco do Nordeste é idéia inteiramente absurda. Esses órgãos precisam ser, isto sim, revitalizados e rigorosamente defendidos, para que, em nenhuma hipótese, venham a ser objeto de qualquer ato menos correto, de politicagem. Esses órgãos públicos serão devidamente corrigidos, razão pela qual, talvez, alguém tenha tido a

idéia de extingui-los. Mas isso não vai acontecer, porque a consciência nacional e os novos responsáveis pelos destinos do País não permitirão. V. Ex^a tem a nossa solidariedade, o Nordeste tem a nossa solidariedade. Os brasileiros de todas as regiões que lutam pelo fim dos desníveis regionais e sociais podem ficar certos de que essas idéias absurdas não prosperarão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues.

Com este pronunciamento, não estou concluindo que haja essa intenção por parte do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. S. Ex^a tomou conhecimento da situação do Nordeste e, com certeza, colheu elementos sobre a função e o papel desses organismos, principalmente da SUDENE e do Banco do Nordeste. *Se houve realmente distorções, desvios das funções desses órgãos, decorrentes da atuação isolada dessa ou daquela pessoa, isso não invalida as propostas de desenvolvimento, de busca de equilíbrio social, quer da SUDENE, como órgão planejador, quer do Banco do Nordeste, como órgão executor da política financeira voltada para a superação dos desequilíbrios regionais entre os próprijs nordestinos.* Daí por que não nos passa absolutamente pela cabeça que o Presidente Fernando Henrique Cardoso vá aceitar de pronto proposta esdrúxula e extemporânea como essa.

A minha preocupação – repito – deve-se ao fato de que a proposta partiu de próceres de um grande partido de sustentação do futuro governo.

Podem alegar que defendo com unhas e dentes a manutenção desses organismos por ser nordestino; podem alegar que são instituições já sucateadas, que só levam ao desperdício de recursos públicos. Esses são os argumentos que se colocam quando um Parlamentar pertencente à Bancada do Nordeste vem à tribuna em defesa da SUDENE ou do Banco do Nordeste. Não, não é bem assim. Há poucos dias, desta mesma tribuna, defendi a manutenção do Conselho Federal de Educação, que não é um órgão de Pernambuco, nem do Piauí, nem do Ceará, mas de abrangência nacional. Para nossa surpresa, mediante uma medida provisória, o Conselho Federal de Educação, que reúne os maiores educadores brasileiros, foi extinto, com base em acusação de que esse ou aquele Conselheiro estaria recebendo propina. Fui contra. As instituições não se confundem com as pessoas. No caso de prevaricação, punam-se as pessoas e fortaleçam-se as instituições.

Portanto, não se pode dizer que se trata de mera defesa de interesses regionalistas, o que me leva a repelir a proposta de extinção da SUDENE, do Banco do Nordeste e de outros organismos que servem à Região Nordeste, principalmente ao semi-árido.

É claro que essas entidades públicas não são eternas, podendo chegar a um estágio sem retorno na sua depreciação. Assim como as pessoas, também as instituições e os organismos públicos nascem, crescem, vivem e podem vir a morrer.

Nós sabemos, Senador Chagas Rodrigues, que nem a SUDENE nem o Banco do Nordeste estão tão envelhecidos e inviáveis a ponto de fecharem suas portas definitivamente. Como V. Ex^a muito bem disse, é proposta inadiável a revitalização da SUDENE, que, por sinal, tem à sua frente um homem público do maior quilate, uma surpresa como Superintendente, que é o General Nilton Moreira. Ele saiu diretamente do quartel da VI Região Militar de Salvador para a SUDENE. Então, devemos reconhecer seu esforço. E, para nossa surpresa, o Presidente Itamar Franco acertou em cheio quando colocou esse militar na Superintendência da SUDENE, onde está desempenhando o seu papel, com seriedade, patriotismo e grande visão dos assuntos nordestinos.

Acredito que, com apoio, com melhor orçamento, com recursos e, sobretudo, com incentivos vindos do Governo Federal, com certeza, na próxima Administração Federal do Presidente

eleito Fernando Henrique Cardoso, tanto a SUDENE como o Banco do Nordeste poderão ser revitalizados a ponto de cumprirem as suas respectivas funções dentro do contexto não apenas regional, mas nacional, conforme análise feita pelo Senador Beni Veras em seu relatório na importantíssima Comissão do Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, não quero mais me alongar nem tampouco tomar o tempo de V. Ex^s. Meu intuito é somente repelir tal proposta que não contribui em nada para o novo Governo.

Desejo que o Governo do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso saiba revitalizar os organismos regionais do Nordeste e do Norte do País para que os desequilíbrios, que fazem com que este País seja composto de vários "Brasis".

Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Mansueto de LAVOR, tenho também observado essas informações relativamente à possível extinção ou substituição de órgãos ou ministérios. Já no início deste ano, ou final do ano passado, havia o Governo considerado extinguir o Ministério da Integração Regional e do Bem-Estar Social, tendo, inclusive, chegado a apresentar proposta de orçamento com recurso zero para tais Ministérios, tal era a intenção do Governo. Posteriormente, com a designação dos novos Ministros para essas Pastas – e o entendimento que acabou se consolidando na aliança do então candidato e ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso com os Partidos que compuseram a sua base de apoio –, acabou se modificando aquela intenção. Agora, novamente, fala-se na possibilidade de extinção desses Ministérios e de alguns órgãos – não se fala a respeito da substituição desses órgãos. Seria importante, se porventura houvesse a intenção de modificar essas instituições ou organismos que hoje se preocupam com o desenvolvimento regional, que o Governo, ou o candidato, ou a sua equipe esclarecesse quais as propostas de substituição existentes e em que medida essas propostas seriam superiores em termos dos objetivos de alcançar maior equilíbrio regional, maior equilíbrio na distribuição da renda e da riqueza. Enquanto não houver tal atitude, obviamente essas propostas causarão reações como as de V. Ex^a e as do Senador Chagas Rodrigues. É necessário que os eventuais proponentes coloquem, com clareza, qual órgão assumiria tal papel e se essa substituição ou extinção seria viável para o Brasil.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – V. Ex^a coloca muito bem essa questão, Senador Eduardo Suplicy.

Ora, o caminho mais fácil, mais cômodo é o de extinguir órgãos. E daí? E os serviços que eles prestam? Como transferi-los? Ninguém responde. Há pouco tempo foram extintos os Ministérios da Integração Regional e o da Ação Social. Logo após, o Governo Federal sentiu que não poderia deixar de amparar milhares de Municípios brasileiros que não estavam aparelhados para sobreviverem sem o apoio da União. Então, foram restaurados esses dois Ministérios, tipicamente de assistência aos Municípios e às Regiões.

Até discutiria esse problema da extinção se todos os Municípios brasileiros tivessem viabilidade financeira suficiente a ponto de não necessitarem do apoio do Governo Federal. Mas a realidade é outra. Extinguir órgãos por que não vão bem?

V. Ex^a conhece muito bem a situação do BANESPA, mas quem vai propor a sua extinção? Reconhecemos que aquela instituição bancária passa por problemas, como desvios, este ou aquele ato de corrupção denunciado – e às vezes até comprovado – pela imprensa, mas pergunto a V. Ex^a: por que iríamos, aqui, propor a extinção do BANESPA, um órgão financeiro do Estado de São Paulo, portanto, também voltado para o desenvolvimento regional e com cunho social da maior importância para esse Estado da Fe-

deração e para o País, dado o reflexo que tem na economia?

Então, não é por causa de uma situação circunstancial que vamos propor a extinção de um órgão. Se assim for, teremos também de extinguir a Polícia Militar do Rio de Janeiro e acabar com aquela unidade do Exército cujo oficial foi assassinado por denunciar militares ligados ao tráfico. Isso não tem sentido!

Essa proposta de fechamento da SUDENE e do Banco do Nordeste é esdrúxula, extemporânea e, em outras palavras, irresponsável.

Não é admissível uma discussão desse tipo quando se preconiza um novo Governo, no qual o povo nordestino, principalmente, deposita tantas esperanças.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy – Nobre Senador, as observações de V. Ex^a me fazem lembrar uma proposta de um dos Senadores eleitos que, certamente, contribuirá para os debates desta Casa, abrilhantando, sobretudo, os debates sobre questões econômicas. Refiro-me ao Professor Lauro Campos, o Senador eleito mais votado no Distrito Federal. A sua proposição diz respeito à extinção de dois organismos de grande importância para a economia brasileira: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Ainda ontem, o Professor Lauro Campos visitou-me em meu gabinete e lembrei a ele ter lido o artigo que publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde coloca como uma de suas principais proposições, como Senador pelo Distrito Federal, no Brasil, essa questão. Fiz até uma sugestão que me parece será objeto de debate aqui, dada a proposição do Senador eleito Lauro Campos, que o Senado Federal venha a convidar o presidente do Banco Mundial e o presidente do Fundo Monetário Internacional – no caso não poderíamos convocar, regimentalmente podemos convidar – para, no plenário do Senado, discutir e debater a história do Banco Mundial, a história do Fundo Monetário Internacional, as suas relações com a economia brasileira ao longo da nossa história. Recentemente houve um encontro onde se comemorou os 50 anos de existência dessa instituição. Que benefícios para o Brasil e para os países da América Latina, em geral, países do Terceiro Mundo, decorreram das relações com essas instituições? Seria interessante até para que os presidentes dessas instituições aqui defendessem a sua existência, porque houve encontro recente de organizações não-governamentais que, inclusive, sugeriram que elas fossem de fato extintas. Faço a lembrança da proposição porque guarda relação com as propostas de V. Ex^a aqui. Teremos oportunidade de ouvir, no Senado, uma profunda análise das razões que levam o Professor Lauro Campos, um historiador econômico, a ter essa preocupação. Gostaria de registrar que, no ano que vem, o Senado Federal estará se internacionalizando, ainda mais, com essa proposta que estaremos ouvindo do nosso novo colega Senador Lauro Campos, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Senador Eduardo Suplicy, lamento profundamente não estar aqui na próxima legislatura para ouvir o eminente Professor Lauro Campos, eleito, com todos os méritos, Senador da República pelo Distrito Federal, e que vem reforçar o seu ingente trabalho em defesa das melhores causas do País, na Bancada do PT, que, aliás, foi a que mais cresceu proporcionalmente nesta Casa – quintuplicou. V. Ex^a é uma andorinha que fez tantos verões sozinho, calcule com mais quatro companheiros, somando cinco nessa Bancada!

Quanto à proposta que o Senador trará, de extinção do Banco Mundial, se fosse seu colega aqui iria colocar-me contra. Primeiro porque, na realidade, já estive algumas vezes, por semanas,

dentro do Banco Mundial, levando e recebendo reclamações, pelos financiamentos que não eram realizados e pelas obras que neste País estavam paralisadas com financiamento do Banco Mundial. E lá, ao invés de apresentar as reclamações, eu recebia outras mais contra os organismos brasileiros, que não cumpriam os contratos, que não votavam as contrapartidas de recursos dentro do contrato com o Banco Mundial. E, sendo assim, obras vitais do desenvolvimento do País, principalmente das regiões pobres, dessas abrangidas pela SUDENE e o Banco do Nordeste, estão paralisadas e sucateadas exclusivamente por falta de vontade do Governo que sequer a contrapartida coloca no orçamento ou libera para que o Banco Mundial possa destinar os seus recursos. Tinha também a mesma visão do Professor Lauro Campos à distância do Banco Mundial, mas, depois de conhecer mais de perto a realidade, modifiquei a minha posição e jamais iria, se pudesse, se fosse da nossa competência, do nosso alcance, propor a sua extinção.

Gostaria de dizer, já que V. Ex^a se referiu a essa questão e sorriu, que o Senador Lauro Campos acrescenta também a essa proposta de extinção ao Banco Mundial uma emenda ao orçamento norte-americano no sentido de que diminua os fabulosos recursos destinados às armas, às invasões e procure destinar mais recursos ao fortalecimento de organismos como o Banco do Nordeste e a SUDENE.

Não quero me alongar, mas acho muito interessante uma discussão sobre o assunto e lamento, mais uma vez, não poder estar aqui ouvindo os marcantes pronunciamentos que com certeza fará aqui o eminente Professor Lauro Campos, que tanto admiro pelas suas posições, pela sua história.

Sr. Presidente, agradeço a paciência com que V. Ex^a tolerou esta minha "breve comunicação", dizendo mais uma vez que a SUDENE precisa realmente de revitalização, o Banco do Nordeste precisa de ser fortalecido, fiscalizado, revitalizado, expurgado das suas distorções, mas jamais extinto.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues, ilustre representante do Estado do Piauí.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, seja-me permitido trazer hoje ao conhecimento desta Casa e, portanto, do País, fatos ocorridos no Piauí, estado que tenho a honra de representar nesta Casa e que merecem, sem dúvida, pela sua gravidade, ser conhecidos a fim de que as autoridades competentes, para que eles não se reproduzam, tomem as providências devidas.

Procurarei ser sucinto e objetivo, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O jornal *O Dia*, de Teresina, em sua edição de 8/11, portanto de ontem, diz o seguinte:

O clima de tensão na campanha eleitoral no Piauí aumentou ontem com a denúncia feita à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pelo proprietário do jornal *Correio do Piauí*, Genésio Araújo. Ele divulgou que seu jornal foi metralhado na madrugada de ontem e está recebendo ameaças de morte desde que passou a fazer críticas ao ex-governador e Senador eleito Freitas Neto (PFL) e apoiar a candidatura de Mão Santa.

Sr. Presidente, este é o único jornal que, na capital do Estado, faz oposição ao candidato situacionista. Foi metralhado, como consta da notícia. O fato ocorreu na capital do Estado. Por que tudo isso?

Ainda aqui quero ser objetivo. *O Dia* de 12 de outubro último dizia:

Átila Lira vence Mão Santa por maioria de 62 mil votos.

O que se esperava, de acordo com as notícias, as pesquisas, é que o candidato situacionista, Deputado Átila Lira vencesse no

1º turno. Não venceu. Será realizado o 2º turno, a semelhança do que ocorrerá em outros Estados da Federação.

Mas o **Diário do Povo** de 29 de outubro diz:

Pesquisa aponta vitória de Mão Santa.

Pelos números da pesquisa do IBOPE, o candidato da "Resistência Popular" venceria com 130 mil votos de maioria.

Se a eleição fosse hoje, o ex-Prefeito de Parnaíba, Mão Santa, venceria o candidato da coligação "Vontade do Povo", *Átula Lira*, por uma maioria de 8% ou 130 mil votos. Isso é o que indica o resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública – IBOPE, e divulgada ontem.

Sr. Presidente, não podemos aceitar, em qualquer município de um estado, principalmente em sua capital, que um jornal, por fazer oposição, seja metralhado. Os tiros atingiram o interior da redação do jornal. Poderiam ter morrido funcionários, servidores, empregados, jornalistas. O próprio diretor do jornal, Sr. Genésio Araújo, se diz ameaçado.

Neste momento, desejo levar a minha solidariedade ao jornal, a todos os seus servidores – na pessoa do seu ilustre diretor, Genésio Araújo –, à imprensa do Piauí, à imprensa do País, a todos os democratas. Ninguém pode aprovar um fato dessa natureza. Diariamente, deputados e prefeitos que apoiaram o Governo no primeiro turno no Piauí, pronunciam-se manifestando apoio aos candidatos da resistência popular, aos candidatos opositoristas. Não desejo que esse clima de violência se agrave.

No primeiro turno, o Deputado *Átula Lira* obteve 379 mil votos; *Mão Santa*, 316 mil; *Nazareno Fonteles*, candidato do PT, ilustre Deputado, 128 mil e, o Dr. *Marciano*, candidato do PRN, 21 mil, em números redondos.

Os dois Deputados Estaduais eleitos pelo PT, *Wellington Dias* e *Olavo Rebelo*, como quase todo o eleitorado daquele Partido e o Dr. *Marciano* estão apoiando o candidato opositorista. Portanto, tudo indica que o Dr. *Francisco de Moraes Sousa*, o *Mão Santa*, será eleito.

Estou trazendo esse fato ao conhecimento desta Nação. Espero que o ilustre Ministro da Justiça, Dr. *Alexandre Dupeyrat*, tome as providências devidas. Espero que o Governador do Estado não permita que se instale e se agrave esse clima de violência, nem na capital, nem no interior. Condeno esse crime e espero que os criminosos sejam punidos.

Sr. Presidente, trago outro fato grave a esta Casa, em relação ao qual também serei objetivo. O já citado jornal **O Dia** de ontem, na página 2, diz o seguinte:

Bastidores 1

Quem assistiu à pesada e pouco atraente entrevista concedida pelo candidato do PFL ao governo do Estado, *Átula Lira*, à **TV Rádio Clube de Teresina**, afiliada da **Rede Globo**, perdeu a melhor parte do programa: o movimento dos bastidores. Até porque, na falta do candidato do PMDB, "...leia-se PMDB, PSDB, PDT, PCdoB, PPS e PMN, seis partidos de oposição –"...*Mão Santa*, o que era o debate terminou sendo um espetáculo exclusivamente pefelista.

Mais adiante, na mesma página:

A **TV Globo** do Rio de Janeiro, por não conseguir reunir ontem, em seus estúdios, para debate, os candidatos ao governo estadual, *Marcelo Alencar* e *Anthony Garotinho*, suspendeu o programa e exibiu, como sempre faz, o seriado **Nova York Contra o Crime**. A

TV Rádio Clube não poderia ter feito o mesmo. Foi comunicada, às 19 horas de *anteontem*, de que *Mão Santa* não ia participar do debate.

Sr. Presidente, a comunicação, em qualquer momento, é irrelevante. Não comparecendo os candidatos, não pode haver debate. Em relação a isso, nem é preciso se consultar a Lei Eleitoral, basta o bom-senso. Não pode haver debate sem partes. Não pode existir debate sem debatedores! É o que se lê, expressamente, na Lei Eleitoral em vigor. Refiro-me à Lei nº 8.713, de 30 de setembro de 1993, que estabelece normas para as eleições de 3 de outubro de 1994.

Sr. Presidente, o art. 71 determina:

Art. 71 – Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão, por emissora de radiodifusão, de debates entre candidatos à eleição majoritária, assegurada a participação de todos os partidos que tenham candidatos.

§ 1º A apresentação dos debates pode ser feita:

- a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos ao mesmo cargo eletivo, realizada num mesmo dia;
- b) em grupos, em dias diferentes, de modo que em cada sessão estejam presentes dois ou mais candidatos.

A lei é expressa. Sem candidatos não pode haver debate! O candidato *Mão Santa* participou de todos os debates no primeiro turno. Tendo sido extraordinária a sua vitória na capital, agora está visitando o interior, onde espera melhorar sua votação. Assim não lhe foi possível participar desse debate, justificando-se plenamente a sua ausência.

Desejo ainda manifestar a esta Casa que essas eleições no Piauí significam uma verdadeira revolução. É a primeira vez na história política do Piauí que um operário, um líder sindical, o Presidente da Associação dos Trabalhadores na Agricultura, *Osmar Araújo*, pertencente ao PSDB, meu Partido, é indicado para ser candidato a Vice-Governador.

Quando fui candidato ao Governo do Estado, em 1958, pela primeira e única vez um líder operário chegou à Assembleia Legislativa, o Presidente do Sindicato dos Estivadores do Piauí, *Tiago José da Silva*.

Agora, pela primeira vez, será eleito Vice-Governador do Piauí um líder sindical, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a FETAG. O povo quer a eleição dessa chapa, formada por *Mão Santa*, o médico-cirurgião, e o líder sindical, *Osmar Araújo*.

Portanto, Sr. Presidente, registro a denúncia dessas irregularidades, dessas ilegalidades. Esperamos que não só o nobre Ministro da Justiça, *Alexandre Dupeyrat*, mas também o ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro *Sepúlveda Pertence*, tomem as providências devidas.

Não pode haver no País, em nenhum lugar, debate sem a presença dos dois candidatos, já que estamos no segundo turno, porque, se não, a emissora estará apenas fazendo propaganda de um dos candidatos.

Encerro minhas palavras, manifestando a minha condenação veemente ao ato criminoso praticado contra o **Correio do Piauí** e a este fato irregular, ilegal, de se permitir, no meu Estado, um debate sem debatedores, com a presença apenas de um dos candidatos. Espero que as providências sejam tomadas por quem de direito e que tais fatos não se reproduzam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Concedo a palavra

ao ilustre professor Senador Joaquim Beato.

O SR. JOAQUIM BEATO (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tendo participado, por três vezes, no tempo em que era Ministro da Justiça nosso ex-Senador Paulo Brossard, de uma Comissão da Sociedade Civil, convidada pelo então ministro para discutir a questão da violência no País, passei a me interessar pela segurança do cidadão.

O **Jornal do Brasil**, na edição do dia 7 último, em sua página **Opinião**, trouxe um excelente artigo sobre a questão da segurança pública no Rio de Janeiro, assinado pelo antropólogo Rubem César Fernandes, Coordenador do Movimento Viva Rio. Sob o título de "Três Delicadas e Urgentes Separações", o artigo trata não apenas dos benefícios imediatos que o acordo firmado entre os Governos Federal e Estadual pode proporcionar, mas também dos benefícios futuros, se a operação desencadeada tiver continuidade no futuro governo. O Professor Rubem César Fernandes fala da necessidade de separar a polícia da criminalidade, sem o que não é possível falar em segurança. Para ele, o estímulo, sob vários aspectos, à carreira policial é o primeiro passo para uma revitalização desse profissional.

Vou ler agora o final do parágrafo que trata desse assunto:

Propiciar, enfim, as condições para que possamos, um dia, pensar no policial como uma fonte de segurança para as pessoas comuns, suas famílias e seus vizinhos. Isto é possível. Sem isto, não se faz democracia.

O outro ponto levantado com firmeza, conforme o antropólogo Rubem César Fernandes, é que durante as operações nos morros cariocas se saiba distinguir o que é morador da favela e o que é criminoso. Diante da situação tão delicada, o antropólogo sugere que representantes da sociedade civil conheçam com profundidade a vida nos morros e se juntem aos especialistas em segurança.

Leio o seu artigo:

Aquela frase arrogante e tristemente famosa ("não se faz omelete sem quebrar os ovos") foi pronunciada de público há poucos dias. Mas acontece que gente não é ovo para virar omelete, e a brutalidade burra e racista acobertada por esse tipo de raciocínio não é jamais esquecida.

As pessoas que justificam a morte de inocentes por balas perdidas, aceitando isto como uma consequência natural da repressão e que dizem então que "não se pode fazer omelete sem quebrar os ovos", segundo a opinião do Professor, têm uma brutalidade burra, uma brutalidade racista. Ele tem toda razão, porque neste País está mais do que evidente que a pirâmide social embranquece a partir das bases e que os moradores de favela são, na sua grande maioria, na sua quase totalidade – pesquisas há que falam em 90% –, negros; além de pobres, negros. É essa população que está correndo o risco de ser confundida com criminosos ou então de ficar entre os dois fogos, pagando pelo crime de ser pobre, pagando pelo crime de ser negro. Portanto, é necessário distinguir o que é morador da favela e o que é criminoso.

Continua ele:

Os traficantes armados que controlam territórios dos bairros pobres contam-se, em cada caso, às dezenas, enquanto os moradores pacatos desses mesmos bairros são contados às dezenas de milhares.

É crucial, que, de ora em diante, ações que impliquem em favelas façam distinção operacional a mais nítida entre os criminosos a perseguir e os moradores a proteger.

Esta distinção é tão delicada e urgente que deve ser objeto de discussão específica, da qual participem não apenas especialistas em segurança, mas também representantes da sociedade civil que conheçam o assunto por dentro e sejam capazes de contribuir para os esforços de mediação entre as duas cidades – podia dizer aqui entre os dois brasis.

Por fim, o antropólogo Rubem César Fernandes defende uma ação diversificada no que diz respeito ao combate às armas e às drogas. Ele sustenta a tese de que o consumo de drogas somente será controlável a partir de uma nova legislação sobre o assunto. Quanto às armas clandestinas e aos poderes paralelos delas decorrentes, são casos de polícia. Mas o antropólogo acha que isso pode ser combatido, oferecendo-se uma amnistia a quem entregar as suas armas, conforme proposta já formulada por Caio Ferraz, da Casa da Paz. Mas tratar como uma questão só, unificada, as armas clandestinas e as drogas, é, segundo o antropólogo, o pior caminho.

Diz ele:

Não há polícia ou exército que controle o mercado. O consumo de drogas será apenas controlável através de outros instrumentos – uma legislação específica e diferenciadora, um marketing inteligente, a educação dos consumidores, o apelo moral" (e nós diríamos, a reestruturação das famílias, tanto as pobres como as ricas). "Armas clandestinas e poderes paralelos, estes sim, são caso de polícia. Para a rapaziada do "movimento", que se dispuser a entregar as suas armas, urge colocar na agenda das prioridades nacionais uma nova legislação sobre o consumo de drogas.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOAQUIM BEATO – Com todo o prazer, Senador.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – Ouvindo o discurso de V. Exª, tenho que confessar que alguns tópicos me surpreendem, principalmente na condição de Constituinte, de uma pessoa que cooperou na elaboração da atual Constituição Federal. Veja V. Exª que, depois da Constituição, nem é lícito distinguirmos, mesmo quando falamos de uma problemática, falamos de algo criminal, não é perfeito que se distinga a população pelo tipo racial. V. Exª cita antropólogos e outras pessoas dotas que cuidaram de advertir sobre a sorte das populações faveladas do Rio de Janeiro ou localizadas nas áreas de maior perigo. Hoje, temos aquele cuidado de encontrar o cidadão brasileiro; e a sociologia, essa sim, é que distingue, para a formação da pirâmide social, para estudo do espaço social, da mobilidade social, horizontal ou vertical, a sociologia distingue as pessoas segundo a condição econômica. Há aquelas que estão na base da pirâmide, a massa, o povo, como se diz, até num sentido que parece pejorativo, mas que é científico, a classe média baixa, média média, média alta e a elite propriamente dita, que por certo têm suas divisões não muito perceptíveis, como no caso da classe média. Exatamente por tratarmos de 5% da humanidade é que chegam a uma classificação como integrantes dessa hipotética elite, do ponto de vista somente econômico. A antropologia, que estuda o tipo humano, o ser humano, o homem em si, dá a palavra "antropo" com "logia" é o estudo do homem como ser, como animal, digamos assim, como um ente integrante da natureza, a antropologia estuda, naturalmente com detalhes, tudo com respeito a essa tipificação. Mas, saindo do campo científico, entrando na questão ética, as evocações antropológicas são perigosas mesmo quando tratamos de uma advertência, sábia como essa, que faz V. Exª hoje no Senado Federal, porque, por uma questão racial dos brasileiros, aqueles cidadãos, aqueles seres humanos que com-

põem a classe baixa, a massa, o povo, como diz o sociólogo, normalmente, se localizam nesse segmento, nessa parte, nesses estamentos da pirâmide social situam-se pessoas mais próximas da raça negra; mas isso se não soubermos distinguir a presença do índio, do degredado português ou até mesmo do francês, do holandês, em misturas formidáveis que ocorreram no caldeirão etnológico brasileiro. O negro no Brasil, em pequena quantidade, guarda as características de sua origem; nunca o negro tem aquelas características absolutamente puras, uma vez que o Brasil experimentou algo formidável: a mistura das raças. Quando estive na África do Sul, ouvi de brancos, de negros, indianos ou africanos, de mestiços, aquele verdadeiro elogio ao Brasil quando se dizia: "Que bom seria se a África do Sul fosse como no Brasil, onde as raças se tocaram, se misturaram!" E, vale dizer, até se confundiram, como ocorre nessa citação que faz V. Ex^a, incorrendo em um pequeno equívoco antropológico quanto ao tipo racial residente no Rio de Janeiro. Mas a verdade é que as elites guardam pessoas de todos os tipos físicos; a classe média também se compõe de pessoas de todos os tipos físicos e raciais e *idem* na classe mais baixa, na base da pirâmide, onde se percebe uma identificação numérica maior, já que o negro chegou aqui escravizado, o índio era o habitante original da terra que foi massacrado, e essa mistura mais pura, mais próxima do amarelo ou mais próxima do negro caracterizou socialmente o nível econômico mais compatível com a classe baixa. Vejo nessa preocupação de V. Ex^a algo muito nobre e importante, pois, procura advertir as autoridades, notadamente a esta altura dos acontecimentos, ligadas a uma situação de defesa da sociedade e do Estado, para que pessoas, somente pela sua aparência física, não sejam então combatidas, como se fossem criminosos. Sim, é verdade, V. Ex^a tem razão. Mas depende da tipificação do crime. Que crime? O uso da droga consuma-se numa classe baixa, numa classe média, mas é coisa de elite. Não existiria o grande tráfico de drogas sem que esse crime tivesse o patrocínio portentoso de forças econômicas. Criminosos, sim, porque vamos combater seqüestradores, banqueiros do jogo do bicho, traficantes de drogas; não vamos combater estelionatários, especulatórios, porque assim iríamos encontrar pessoas mais próximas da raça branca, pessoas de outro tipo físico, sem excluirmos aqueles que, através de delitos vários, chegaram, sim, aos píncaros, ao ponto mais alto da pirâmide, exatamente pelo caminho do ilícito. Por isso V. Ex^a me permita apenas dizer, com todo o respeito e com toda a amizade, que um Constituinte da minha estirpe já não distingue as pessoas pelo tipo racial. Mesmo dentro de uma patologia criminal, mesmo dentro de um aspecto patológico, devemos ter muito cuidado na distinção das pessoas pelo tipo físico para não ofendemos a moral constitucional como está na Carta Magna. Mas, de resto, quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso que hoje traz ao Senado Federal, da maior valia e de um caráter de advertência que é realmente de grande oportunidade no dia em que V. Ex^a assume a tribuna do Senado para abordar esse cancro social que domina as carnes do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM BEATO – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Cid Saboia de Carvalho, e fico honrado com a contribuição que acaba de dar para o tema que estamos procurando desenvolver. Concordamos com o final do seu aparte, pensamos que pessoas do nível de V. Ex^a, que consideramos um intelectual de alta formação acadêmica e política, a do nível de V. Ex^a não pode realmente considerar os seres humanos em função da origem racial, mas infelizmente o Brasil não se forma apenas de homens do nível do Senador Cid Carvalho, e as diferenças que há, no Brasil, entre a questão de trabalho e de renda, de moradia, de poder político, não por acaso, também marcam diferenças raciais. E não é também por acaso que a comunidade economicamente menos desenvolvida, menos poderosa, seja a comunidade dos afro-brasileiros.

Não é à toa – e não estamos condenando ninguém por isto – que, entre os japoneses recém-chegados ao País, apenas 2% ga-

nham menos de cinco salários mínimos e, entre os negros, apenas 2% ganham mais de cinco salários mínimos. É uma diferença econômico-social que denuncia uma infra-estrutura de preconceito e racismo que não se pode mais esconder neste País, que não vale a pena esconder e que, num plenário democrático como este, precisa ser estudado, trabalhado e resolvido.

Os legisladores têm a incumbência de caracterizar esse crime fugidio que, durante trinta anos, a Lei Affonso Arinos não conseguiu marcar: o crime da discriminação. Não basta condenar a discriminação em geral; é preciso caracterizar esse crime, pois, do contrário, depois de trinta anos de duração da Lei Affonso Arinos, continuaremos a não ter ninguém condenado neste País por atitudes racistas.

As relações raciais do mundo todo estão sofrendo um retrocesso. Temos o renascimento de movimentos xenófobos, de movimentos racistas na Europa, principalmente na Alemanha. E estamos vendo, em nosso País, o renascimento do neonazismo.

Esses movimentos ameaçam a paz social, a democracia e a integridade do nosso País. É preciso, então, que a comunidade afro-brasileira seja ouvida, porque, depois de mais de 100 anos da abolição, continua a ter muito poucas oportunidades no mercado de trabalho e na educação. Estes seriam os dois caminhos para a igualdade que a democracia exige e para a cidadania que prega. Sendo assim, insisto em que sejam distribuídas igualmente a todos.

Sr. Presidente, são estes, portanto, os comentários que tenho a fazer sobre o artigo do antropólogo Rubem César Fernandes. E diante da magnitude das sugestões nele contidas, encaminho-o à Mesa para que seja inserido nos Anais desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOAQUIM BEATO EM SEU DISCURSO:

TRÊS DELICADAS E URGENTES SEPARAÇÕES

O primeiro passo foi dado, um outro capítulo se inicia. Antes mesmo das eleições e da posse dos eleitos, vivemos já a sensação de ingressar num novo período de tempo. O dia da mudança foi o 31 de outubro, dois meses mais cedo no calendário, como se já não pudéssemos esperar pela chegada ritual do novo ano. Pela manhã, instalou-se solenemente um "Conselho da Cidade", abrindo vistas longas de investimentos no futuro de Rio; e pela tarde, o presidente e o governador assinaram um protocolo de unificação das forças sob um único comando, para o enfrentamento do mal que hoje nos assola.

Mudou, portanto, a pergunta. Ao invés da insistente demanda por uma ação maior que interrompesse uma dinâmica que nos parecia, a todos desagregadora, surge a questão mais grave: e agora, como fazer? Sabemos dos riscos e mal nos permitimos sequer imaginá-los. Transformações rumo a que futuro? A cidade que desejamos? Escalada dos conflitos? Um rio-Medelin? Especulando sobre as alternativas, vejo três combinações perversas que devem ser desarticuladas para que possamos, em sã consciência, fazer augúrios de boas entradas.

A primeira, exigentemente, é a que entrelaça polícia e criminalidade. Sem que estas coisas se separem, não é possível caminhar em segurança. Por isto, é bem-vinda hoje a intervenção das Forças Armadas. Espera-se delas que tenham a isenção e o poder para comandar esta delicada separação. Não será feito num dia, mas o choque de autoridade provocado pela unificação dos comandos possibilita iniciar uma operação sistemática e duradoura. Nesta medida, o novo governo, paradoxalmente, já começou. Ou melhor, há de começar com a obrigação de dar continuidade a um processo já iniciado. Dito ainda de outro modo, o comando que ora se instala tem a missão de preparar o terreno para que o próxi-

mo governo, qualquer que seja eleito, possa bem governar nesta matéria.

Não se trata, aqui, de propor um retorno ao ambiente macabro de caça às bruxas, ainda que desta vez dirigido contra a própria corporação dos caçadores. Cumpre, isto sim, afirmar os princípios da legalidade no interior dos aparelhos de repressão e fazer judiciosamente as devidas distinções: premiar a integridade, impor controles sobre os quadros ambíguos em sua ética profissional, estimulando-os a uma mudança de comportamento; isolar e punir os criminosos.

Propiciar, enfim, as condições para que possamos, um dia, pensar no policial como uma fonte de segurança para as pessoas comuns, suas famílias e seus vizinhos. Isto é possível. Sem isto, não se faz democracia.

A segunda distinção a fazer, com a maior gravidade e cuidado, é entre "bandido" e morador de favela. Há uma gana difusa no ar contra estes bairros pobres, cujas conseqüências podem ser as mais desastrosas para a cidade como um todo, sua cultura e seu futuro. Aquela frase arrogante e tristemente famosa ("não se faz omelete sem quebrar os ovos") foi pronunciada de público há poucos dias, mas acontece que gente não é ovo para virar omelete, e a brutalidade burra e racista acobertada por este tipo de raciocínio não é jamais esquecida. Os traficantes armados que controlam territórios nos bairros pobres contam-se, em cada caso, às dezenas, enquanto os moradores pacatos destes mesmos bairros são contados às dezenas de milhares. Os primeiros não perfazem sequer um por cento da população local. É crucial que, de ora em diante, ações que impliquem favelas façam a distinção operacional a mais nítida entre os criminosos a perseguir e os moradores a proteger. Nesta nova fase, uma tragédia que aconteça será da responsabilidade não apenas de uma delegacia local ou de maus policiais escondidos atrás de máscaras ninja: por ela serão responsáveis, perante a opinião pública mundial, o próprio presidente da República, o governador do Estado e os comandantes das forças unificadas. Esta distinção é tão delicada e urgente, que deve ser objeto de discussão específica, da qual participem não apenas especialistas em segurança, mas também representantes da sociedade civil que conheçam o assunto por dentro e sejam capazes de contribuir para os esforços de mediação entre as duas cidades. Neste sentido, o Viva Rio apresentou aos candidatos ao governo do Estado a proposta de um seminário que reflita sobre uma política de segurança para as favelas, a ser realizado na mais breve ocasião.

A terceira distinção é entre armas e drogas. Hoje circulam como os dois lados de uma mesma moeda, gerando um "tráfico armado" cujo potencial destrutivo desafia até mesmo as grandes potências. A diferença de outras situações, no Rio de Janeiro, é que este poder paralelo encontra-se disperso, com características mais bem anárquicas e segmentares do que as de um cartel centralizado. Por isto não é feliz a metáfora de uma "guerra civil". As zonas de conflito são, na verdade, múltiplas e diversas. As lideranças são instáveis e muito jovens. Suas relações com a comunidade são diferenciadas. Há entre elas todo tipo de despotismo – do bondoso ao cruel, do esclarecido ao insano. Proliferam nas margens sociais pouco frequentadas pelo poder público. Mais adequado é pensá-las como uma forma de anarquia instaurada nas bases e nos interstícios da estrutura social.

Não é fácil prever os padrões de resposta destes grupos ao movimento repressivo que sobre eles se inicia. É possível, no entanto, que diante de uma ação unificada façam um movimento reativo simétrico, no sentido da unificação. É uma possibilidade assustadora que pode nos levar a um nível mais elevado e mais sofisticado de violência, onde as instituições da sociedade civil e do Estado sejam diretamente comprometidas. É o caso colombiano.

Cumpre impedir que isto ocorra. E para tanto, o melhor remédio é separar a força da droga da força das armas. Não há polícia ou exército que controle o mercado. O consumo de drogas será apenas controlável através de outros instrumentos – uma legislação específica e diferenciadora, um marketing inteligente, a educação dos consumidores, o apelo moral. Armas clandestinas e poderes paralelos, estes sim, são caso de polícia. Favorecer a mistura entre drogas e armas é preparar o pior dos cenários. Por esta razão, além de medidas táticas sutis, como a que foi sugerida por Caio Ferraz, da Casa da Paz, de uma oferta de anistia (e segurança) para a rapaziada do "movimento" que se dispuser a entregar as suas armas, urge colocar na agenda das prioridades nacionais uma nova legislação sobre o consumo de drogas. Na Europa, o tema já foi reconhecido pela sua importância sócio-cultural. Aqui é mais grave, importa para a própria construção da democracia no País.

Durante o discurso do Sr. Joaquim Beato, o Sr. Jacques Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Poder Legislativo está correndo o sério risco de passar ao Governo Federal um verdadeiro cheque em branco. Trata-se do Projeto de Lei nº 3.231/92, do Executivo, que dispõe sobre a absorção, pela União, dos "custos excedentes" da operação da usina nuclear de Angra I, popularmente conhecida como "vaga-lume", e das obras de construção de Angra II e III. O projeto ora se encontra em exame na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e, com ele, o Poder Executivo pretende desonerar a empresa Furnas, que passou a administrar as usinas nucleares, antes sob a responsabilidade da NUCLEBRÁS.

Ora, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a maior parte dos dados disponíveis sobre a questão é extra-oficial, vez por outra veiculadas pela imprensa, dando conta de que o País já teria gasto cerca de 5 bilhões de dólares, nos últimos dez anos, apenas com a manutenção de máquinas e equipamentos suficientes para montar duas usinas nucleares, no valor aproximado de 2,5 bilhões de dólares. A parafernália, no entanto, permanece encaixotada, apinhando dez gigantescos galpões.

Notia-se também que, de seis em seis meses, todas as máquinas seriam desencaixotadas sob a supervisão dos técnicos das seguradoras, dos fabricantes e dos bancos. Os equipamentos seriam vistoriados, guardados em embalagens especiais, conservados com produtos químicos contra a maresia da praia de Itaormã, Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro, e, em seguida, reencaixotados. Por amarga ironia da História, o megalômano projeto do regime militar autoritário, concebido e formulado pela elite tecnoburocrática sem a mínima preocupação de ouvir a opinião pública ou discutir com os representantes eleitos do povo acerca de seus impactos tecnológicos, sócio-econômicos e ambientais, esse projeto se transformou agora num miliardário pesadelo kafkiano!

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, apenas com a construção de Angra II, prevista no marco do acordo nuclear Brasil-Alemanha, em 1975, o Brasil já haveria despendido, até o momento, 10 bilhões de dólares. Note-se, parenteticamente, que Angra I fora construída anos antes, utilizando tecnologia norte-americana, mas, ainda assim, faz parte do projeto nuclear oficial do País.

Segundo cálculos igualmente extra-oficiais, o País precisaria investir mais 1,4 bilhões de dólares para concluir a obra de Angra II.

Quanto à usina de Angra III, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, cuja construção, ao que indicam várias declarações de autoridades governamentais, não será retomada, cumpre examinar alternativas objetivando a minimização do ônus a ser transferido à União e, portanto, ao contribuinte. A ser verdadeira a informação de que o reator da usina já estaria pronto e estocado, haveria a possibilidade de recuperação parcial das despesas até aqui efetuadas através da alienação dos ativos correspondentes via mercado.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em vista da magnitude do ônus prestes a ser imposto do Erário, por conta do retumbante fracasso da política nacional de energia nuclear, tem o Governo Federal a obrigação de subsidiar o Legislativo com informações oficiais precisas e atualizadas que permitam o correto dimensionamento do montante dessa pesada fatura, bem como a clarificação do esquema e do cronograma de desembolso destinado a liquidá-la. Nesse segundo aspecto, então, a "exposição de motivos", anexa ao Projeto de Lei 3.231/92, é afrontosamente omissa!

Diante da gravidade desses fatos, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho submeter à Mesa requerimento de informações, endereçado ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, instando-o a prestar os seguintes esclarecimentos:

1 – O montante dos "custos excedentes" de construção e operação das usinas nucleares;

2 – A forma, o prazo e o cronograma desse desembolso; e finalmente,

3 – O volume de recursos a serem levantados com a alienação dos ativos de Angra III.

O Executivo precisa se livrar, de uma vez por todas, de hábitos herdados da ditadura militar, convencendo-se de que questões tão sérias, como a da definição de matriz energética brasileira e a da participação da energia nuclear na mesma, têm de ser clara e amplamente discutidas com a sociedade, já que sempre caberá a esta arcar com todas as conseqüências econômico-financeiras e sócio-ambientais de tais decisões estratégicas. E o Legislativo é a arena legítima desse debate.

Só assim, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, teremos condições, uma vez por todas, de reanalisar o programa nuclear brasileiro, a retomada da construção de Angra II e a não construção de Angra III.

É vergonhoso e lamentável mantermos ainda esse tipo de projeto em seis galpões monstruosos, estocando, há mais de dez anos, todo esse tipo de mercadoria, enquanto há hospitais neste País sem a menor condição de atender a toda a população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, algumas fontes da equipe governamental do futuro Presidente Fernando Henrique Cardoso têm-se manifestado – o que já foi comentado, hoje, pelos Senadores Mansueto de Lavor e Chagas Rodrigues – pela possibilidade de extinção de alguns órgãos governamentais.

Gostaria de aqui fazer uma colocação. É muito importante, caso a nova equipe do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, de fato, esteja cogitando extinguir os Ministérios de Integração Regional e o do Bem-Estar Social, bem como certas entidades como a SUDENE, a SUDAM, o DNOCS, a CODEVASF, a LBA, que se pense como será desenvolvida uma política de desenvolvimento regional, uma política de melhoria de distribuição de renda e, sobretudo, de ataque direto à miséria.

Na medida em que, neste Senado, já se votou favoravelmente à instituição de um programa de garantia de renda mínima, que custaria algo em torno de 3 a 3,5% do Produto Interno Bruto e que teria por propósito colocar nas mãos dos cidadãos adultos deste País um rendimento em forma monetária para todos aqueles que não obtivessem um mínimo de renda – e isso como um direito à cidadania –, então, quando se estudou essa proposição, colocou-se que, para se destinar tais recursos, obviamente em volume significativo, haveria de se cortar despesas, organismos, que, embora existindo, não cumprem tanto a finalidade fundamental inscrita na Constituição brasileira de se erradicar a miséria e melhorar a distribuição da renda e da riqueza.

Gostaria aqui de ressaltar que se o Governo estiver efetivamente cogitando fazer algo em termos de tornar os gastos governamentais de muito melhor qualidade, então deverá ser estudada, com atenção, a proposição colocada por alguns membros da nova equipe governamental.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria também de comentar a respeito da evolução da política cambial que vem sendo objeto de atenção, cada vez mais preocupante, de inúmeros analistas bem como de empresários.

Na última revista **Exame**, de 9 de novembro de 1994, há uma reportagem de capa sobre a evolução do real em relação ao dólar.

Nessa reportagem há o relato do empresário Cláudio Bardella, que ilustra bastante a situação vivida por alguns exportadores brasileiros. Este empresário, presidente de um grupo que fabrica guindastes usados em portos, prensas para a indústria automobilística americana e outros tipos de máquinas, tinha uma decisão difícil a tomar porque a empresa Bardella fora classificada numa concorrência internacional para fornecer uma dúzia de guindastes a serem instalados num projeto de modernização do porto de Los Angeles, Estados Unidos. A citada empresa, detentora de certificado e ISO 9002, conseguira superar na concorrência competidores americanos, europeus e asiáticos, mas enfrentava, todavia, dois problemas para levar a cabo a encomenda de pouco mais de 40 milhões de dólares.

Primeiro problema: custos em alta e receita em baixa. A mão-de-obra, que corresponde a 40% do custo global numa empresa como a sua, ficou 12% mais caro no período. As matérias-primas, que respondem por outros 40% do custo, aumentaram 7% em quatro meses. Feitas as contas, a fabricação de cada guindaste passou a custar 10% mais. Ao mesmo tempo, em quatro meses a receita em reais diminuiu 15%, devido à política cambial do governo. Segundo problema: mudança de regras. A título de breca a entrada de dólares no País o Banco Central inviabilizou um adiantamento de 15% do valor da encomenda que o porto de Los Angeles faria à Bardella. O pagamento acabou sendo enquadrado nas regras que limitaram a realização dos contratos de adiantamento de câmbio, os ACC. "Aí foi demais. Nossos custos subiram 10%, a receita caiu 15% e ainda ficamos impedidos de receber um sinal do cliente", diz Cláudio Bardella, "tive de pular fora da concorrência.

A revista **EXAME**, traz ainda, o relato de inúmeras outras empresas exportadoras que começam a viver dificuldades crescentes como, por exemplo, a indústria de calçados, instalada na região serrana do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, onde são fabricados sapatos de preços populares, de até 12 dólares o par. Ali há 400 empresas que produziram, no ano passado, 146 milhões de sapatos dos 183 milhões que o Brasil vendeu no exterior naque-

le período.

Agora as vendas estão minguando, porque as empresas não conseguem enfrentar a nova situação de câmbio. "Com o dólar valendo 85 centavos de real - 83 ontem - temos que pagar para exportar", diz o empresário Horst Volk, dono da Calçados Ortopé e presidente da associação que reúne os calçadistas. Além de não conseguir manter as exportações, os fabricantes enfrentam agora a concorrência dos fabricantes chineses. Produzindo a partir de mão-de-obra muito barata, a China consegue entregar sapatos populares no Brasil ao preço de 1 a 4 dólares.

Ressalta a revista **Exame** que os empresários brasileiros que tiveram excelentes lucros nos últimos oito anos não realizaram investimentos suficientes para aumentar a sua produtividade e aqui, obviamente, há algo que precisa ser levado em conta.

Foram dois economistas, com visões diferentes, que chamaram a atenção para o problema, gradativamente, crescente da taxa ou da política cambial. De um lado, o Professor Mário Henrique Simonsen, que, na revista **Exame**, coloca que o mercado é o melhor juiz para o câmbio; ele analisa a teoria do comércio internacional, a teoria de política de manutenção da paridade de poder aquisitivo, aquela que mantém a taxa real de câmbio inalterada no tempo, ou seja, que ajusta o preço da moeda estrangeira na proporção do diferencial entre as taxas de inflação interna e externa.

As críticas à atual política cambial partem do pressuposto, segundo ele, de que a política certa seria a da paridade do poder aquisitivo. Ele ressalta que o objetivo da política cambial é equilibrar o balanço de pagamentos, ou seja, manter inalteradas as reservas cambiais do País, desde que estejam em nível adequado. O mérito da paridade do poder aquisitivo é alertar para o fato de que a variável economicamente relevante não é a taxa nominal de câmbio, mas a real. Só que ela ignora o fato de a taxa real de câmbio de equilíbrio variar em função de três fatores, e aqui o ex-Ministro tem razão: o índice de relações de trocas do País com o exterior, que resulta da divisão do índice de preços das exportações pelo índice de preços das importações; do diferencial das taxas de crescimento e de produtividade no País e no exterior e da capacidade de absorção dos capitais estrangeiros pelo País. A melhoria de qualquer um desses três fatores valoriza a taxa real de equilíbrio, ou seja, baixa o preço da moeda estrangeira, ajustado pelo diferencial da inflação.

O Professor Simonsen faz então um histórico da política cambial brasileira, mostrando como as minidesvalorizações cambiais praticadas no Brasil nunca ignoraram essas simplificações da política de paridade do poder aquisitivo. O que se aplicou entre nós foi a paridade do poder aquisitivo temperada por ajustes para cima e para baixo, conforme as condições de desempenho do balanço de pagamentos, mas com três exceções principais à regra básica praticadas durante o Governo Figueiredo. Em 7 de dezembro de 1979, a primeira maxi-desvalorização cambial, elevando em 30% o preço do dólar. Durante o ano de 1980, o reajuste cambial foi pré-fixado em 50%. Em 18 de fevereiro de 1983, o Banco Central decretou nova maxi-desvalorização cambial de 30%.

Depois de uma análise da política cambial, conclui o Professor Simonsen que a valorização real da moeda brasileira com o programa de estabilização era perfeitamente previsível por qualquer economista bem treinado.

A questão, portanto, é encontrar nova taxa cambial de equilíbrio, e aí o Banco Central está adotando o que, provavelmente, é a melhor política: deixar a cargo das forças de mercado. Trata-se do avesso da maxidesvalorização de fevereiro de 1983.

Gostaria de ressaltar, aqui, o risco que poderemos correr caso o Governo brasileiro venha a adotar uma política de taxa de câmbio fixa, atrelando o real ao dólar. Isso significaria uma política de desvalorização indevida e poderia significar a perda de soberania, a perda de flexibilidade por parte das autoridades monetárias.

Outra economista que analisou o Plano, chamando a atenção para os riscos relativos à condução da política cambial, foi a Professora e Deputada Federal, eleita em 3 de outubro, Maria da Conceição Tavares, do Partido dos Trabalhadores. Em artigo publicado domingo na **Folha de S. Paulo** ela relata quanto a perguntas difíceis que teve de responder em sua recente visita ao Chile, quando conversou com um grupo de especialistas nessa área. Foram estas as perguntas:

1 - Por que, no Brasil, deixaram o real sobrevalorizar-se nominalmente em 15% em menos de dois meses, em cima de uma inflação residual de cerca de 12%?

2 - Levando em conta o repique da inflação de outubro para cerca de 3%, se esta se mantiver, a sobrevalorização do real em 30 de junho e 30 de dezembro pode alcançar cerca de 40%. Esta é a mais rápida e brutal sobrevalorização de todas as experiências recentes de estabilização que escolheram o câmbio como "âncora". Por acaso, o objetivo é provocar uma abertura externa com déficit comercial, em tempo recorde para os padrões latino-americanos, que levaram em média mais de 3 anos para obter esse resultado?

3 - Por que puseram uma meta monetária tão estreita, sabendo que não detinham o controle do crédito interno e muito menos o do crédito externo? A monetização brusca, os vasos comunicantes do mercado financeiro e a desregulação da conta de capital do balanço de pagamentos não iriam anular qualquer possibilidade de política monetária ativa e eficaz?

4 - As expectativas de volta da inflação não tenderiam a restabelecer a reindexação voluntária?

Maria da Conceição Tavares levantou algumas hipóteses. Em relação às medidas corretivas que acabaram de ser anunciadas, ocorreram as inevitáveis comparações com o "invernadero chileno" e as dúvidas sobre se o IOF seria um instrumento eficaz para regular a entrada de capitais.

O simples manejo para cima do IOF não poderia ser repassado à taxa de arbitragem dos agentes financeiros que operam em dólar, seguindo-se um aumento do **spread** bancário e uma elevação da taxa de juros nominal interna, que apenas sancionaria o aumento das expectativas inflacionárias? Os fatos da semana passada parecem confirmar a pergunta.

Sobre a dinâmica futura do plano, podemos pensar em duas fases. Na primeira, a sobrevalorização continuará como mecanismo de abertura radical da economia. Dado o grande fechamento histórico, parece querer-se chegar, com um atraso de um a dois anos, a um déficit comercial. Este seria julgado essencial para que a "absorção de recursos externos" seja compatível macroeconomicamente com o superávit da conta de capitais.

Trata-se de uma hipótese convencional, defendida pela maioria dos economistas do Consenso de Washington (ver, como exemplo, o artigo de Armínio Fraga na **Gazeta Mercantil** de 14/10/94). Esta política foi adotada pelo plano de estabilização do México, com a diferença de que a sobrevalorização foi mais lenta (dado o mecanismo de deslizamento do peso em relação ao dólar).

No México, a destruição da indústria tradicional pela concorrência externa (decorrente da abertura tarifária e da sobrevalorização cambial) foi em parte compensada pelo crescimento fortíssimo da indústria "maquiladora" da fronteira que transaciona diretamente em dólar com os EUA.

O processo de privatização acelerou a entrada de capitais (e a sobrevalorização cambial), a qual continuou depois acompa-

nhando o ciclo de negócios e a demanda por crédito do setor privado.

A entrada de capitais, para ser esterilizada monetariamente, teve de ser absorvida pelo crescimento da dívida pública, o que por sua vez requereu um superávit fiscal primário crescente.

Há mais de um ano, o México encontra-se numa situação de desequilíbrio potencial permanente no balanço de transações correntes e no orçamento fiscal, que foi compensado mais recentemente por um endividamento crescente do setor público nas praças financeiras internacionais, em particular na Bolsa de Nova Iorque.

As expectativas de entrada e saída de capital financeiro são dificilmente manejáveis em condições de desequilíbrio macroeconômico crescente e de especulação na Bolsa de Valores. Assim, no México, mais do que em qualquer parte da América Latina, o "rabo financeiro especulativo balança continuamente o cachorro".

Estruturalmente, o ciclo de negócios mexicano depende cada vez mais do ciclo de negócios dos Estados Unidos, já que o Nafta, ao contrário do MERCOSUL, não é um acordo de livre comércio, mas, sim, um acordo de proteção de investimentos de origem americana.

Isso dá uma certa solidariedade ao pacto das elites mexicanas, ficando com o governo do México a tarefa de tentar sentar em cima das flutuações da conjuntura e conter as pressões sociais através das chamadas "políticas sociais compensatórias" ou, de outro modo, mais violento, conforme a natureza e a localização dos conflitos.

Portanto, a experiência do maior país latino-americano do Norte indica que a "mexicanização" da economia ou da política brasileira não são de nenhum modo recomendáveis para o Brasil.

No caso do Brasil, passado em certo estágio de "reestruturação microeconômica", podemos passar a uma segunda fase onde as pressões dos exportadores manufatureiros, que não agüentam a concorrência, induzam expectativas de desvalorização.

Essas expectativas serão agravadas se a recente elevação de preços das *commodities* – que representam 50% das exportações – e a tendência à desvalorização do dólar não se mantiverem.

Como as importações reagem lentamente, enquanto não houver um crescimento interno suficiente para reativar a demanda interna de insumos e bens de capital para investimento, as pressões por desvalorização cambial e reindexação podem se tornar insustentáveis, desestabilizando o plano.

Para dar nova força ao plano seria preciso uma nova onda de privatizações, o que estimularia a entrada de capitais e sustentaria a sobrevalorização cambial. Desta vez, seriam provavelmente envolvidos os setores estratégicos protegidos pela Constituição e recomendado o estabelecimento de uma nova paridade fixa entre o real e o dólar, com plena conversibilidade e depósitos em dólar, desembocando em alguma versão do Plano Cavallo.

Dada a dimensão do Brasil, o seu maior grau de industrialização e os seus gigantescos bolsões de pobreza, os resultados desse tipo de políticas seriam piores que os verificados em outras experiências de liberalização latino-americanas.

Do ponto de vista operacional, o mercado financeiro deixa de a si mesmo não vai parar de pressionar no sentido da especulação cambial, como na semana que antecedeu as medidas de intervenção.

Mas o Banco Central (além de ter de jogar o jogo de "gato e rato", em que os operadores da mesa de câmbio conseguem várias vezes ganhar o jogo derrotando um ou outro especulador mais afoito) deveria ter uma política cambial de longo prazo mais coerente com metas mais lentas e coordenadas de abertura econômica e absorção de capitais, sem o que não haverá política monetária nem política fiscal compensatória possíveis.

Os mentores da política econômica brasileira devem conhecer a experiência internacional recente em matéria das dificuldades e contradições que derivam da opção por uma política de câmbio fixo ou flutuante que leva continuamente à sobrevalorização, usando-se o câmbio nominal como âncora antiinflacionária permanente.

Restou-me, assim, uma possível resposta sobre o porquê da política tão agressiva de sobrevalorização cambial, acompanhada de redução da tarifa externa e antecipação das regras do MERCOSUL: a equipe quer aproveitar a lua-de-mel da eleição e o prestígio do novo presidente para dar um tratamento de choque em matéria de "política de abertura". Tratar-se-ia de malhar o ferro enquanto está quente para evitar a organização e arregimentação de interesses a favor de uma "abertura lenta, gradual e segura".

Como é característica da história das elites, tudo será feito em nome da estabilidade duradoura, da mobilização e da eficiência (com as devidas salvaguardas "microeconômicas" para os agentes mais relevantes). O pressuposto é que o povo pagará qualquer preço para ter estabilidade de preços, mesmo à custa do desemprego e da anomia social.

Assim, como ocorreu com a industrialização, o último país a se ajustar ao modelo vigente da nova "ordem" continental seria o primeiro em termos de impacto nos destinos da "modernização conservadora" latino-americana."

Sr. Presidente, considero essa uma advertência importante feita pela Deputada Maria da Conceição Tavares.

Corre risco a economia brasileira se acabar adotando-se uma política semelhante ao que aconteceu ao Plano Cavallo na Argentina. As condições da economia brasileira são inteiramente diversas. Um País de tamanho continental deve ter a sua moeda definida de forma soberana e não uma moeda identificada a longo prazo com o valor do dólar, em termos fixos. Isso significaria que a nossa política monetária estaria dependendo de outros fatores que não propriamente os fatores internos mais importantes da economia brasileira *vis-à-vis* da economia internacional. Basta lembrar que, se viesse o Governo brasileiro a dizer que, de forma permanente para o próximo ano ou para os próximos dois ou três anos, tal como na Argentina, o real viesse a valer uma quantia fixa em dólar, para usar, então, a longo prazo, o dólar como âncora da política de estabilização, isso significaria que tudo o que viesse a ocorrer com o dólar, decorrente de fatores internos de uma economia tão importante como a dos Estados Unidos, e também em relação ao que ocorre entre os Estados Unidos e o resto do mundo, acabaria afetando a política monetária e econômica brasileira.

Faz-se necessário, portanto, que as autoridades monetárias entendam que a moeda brasileira deve ser definida por fatores soberanos que considerem nossas necessidades de política econômica que leve sempre em conta o crescimento estável da economia brasileira, portanto, crescimento com estabilidade de preços, com melhoria da distribuição da renda, com ataque frontal direto e muito mais enérgico à miséria em nosso País.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de registrar que começo a observar os efeitos das amarras do Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje Presidente eleito. Ele resolveu enviar uma carta ao Senador Valmir Campelo, apoiando-o para Governador do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que seu próprio partido, o PSDB, apóia Cristóvam Buarque.

Hoje, pela manhã, o Presidente eleito recebeu o candidato a Governador do Espírito Santo, Vítor Buaiz, do Partido dos Trabalhadores, por recomendação de seu partido e do Prefeito de Vitória, Paulo Hartung, do PSDB.

Tenho a impressão de que passaremos a assistir a inúmeras situações como essas nos próximos quatro anos, decorrentes das

dificuldades inerentes da composição estabelecida pelo Presidente eleito, porque, em menos de 24 horas, observa-se uma contradição como essa em relação ao próprio partido.

Fico imaginando situações em que, para realização de reformas de profundidade, o Presidente eleito, por vezes, encontrará amarras tão fortes junto à Aliança que o apoiou que terá de dialogar com os partidos de oposição para a consecução dessas reformas. Isso poderá até acontecer, por exemplo, no que diz respeito à estrutura administrativa do Governo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 832/94, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro.

Solicito ao nobre Senador Jutahy Magalhães o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mediante decreto, o Presidente Itamar Franco, no dia 27 de outubro de 1994, resolveu designar o Senador Nelson Carneiro para, como observador parlamentar, integrar a delegação do Brasil na 49ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não teria nada a obstar à concessão desta permissão que o Senado tem que dar, principalmente fazendo jus à experiência parlamentar do Senador Nelson Carneiro, que muito poderá dar de contribuição à embaixada brasileira na Conferência da ONU.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O parecer é favorável. A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Passa-se agora à apreciação do Requerimento nº 833/94, lido no expediente, de autoria do nobre Senador Lourenberg Nunes Rocha.

Solicito ao nobre Senador Jutahy Magalhães o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o meu parecer também será favorável. Não sou daqueles que consideram que é desnecessária essa participação dos observadores, pelo contrário, penso que essa participação, quando efetivamente executada, traz muita experiência aos Srs. Parlamentares que participam dessa Conferência, como já tive eu mesmo oportunidade de comparecer. Sei o quanto isso representa de conhecimento da política internacional, quando há essa participação efetiva.

Portanto, meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O parecer é favorável. A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Retomando a lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO – (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, formalmente se sustenta uma política econômica de um país num tripé: política cambial, política fiscal e tributária e a política monetária. Esse tripé tem que ser igualmente forte para que a política econômica do país se desenvolva normalmente.

No entanto, o Brasil vem insistindo, de anos para cá – não sei se em razão de os titulares das Pastas ou pelo menos os homens do segundo escalão serem todos pertencentes à linha monetarista – em abandonar duas pernas do tripé e permanecer sustentando a sua política econômica apenas na política monetária. Para tudo o remédio está nos juros.

Não sei se há uma expansão de consumo indesejada. Se há atualmente, não a estimo, não a avalio indesejada, e sim desejada. Mas como não temos política cambial nem fiscal e tributária, o

que faz o Sr. Ministro ou, às vezes, o boneco que fala em nome da equipe econômica? É chamado boneco de ventríloquo aquele que abre a boca, que mexe com os lábios, mas, afinal, quem está falando é outra pessoa completamente diferente.

Continuamos com a política monetária sempre. Assim, por exemplo, foi tirado o IPI do automóvel, na chamada Câmara de Acordo Setorial, que sempre acontece no Brasil para atender a alguns grupos organizados. No caso do automóvel, tal Câmara foi criada para atender ao pessoal do ABC, à indústria automobilística e também ao anseio da população de possuir um carro mais barato, um carro popular.

Quem paga por isso? Sempre que alguém ganha, alguém paga. É todo o povo que paga. Falta arrecadação de IPI para a Saúde, para a Educação, para a Previdência, para a construção e manutenção das estradas, afinal, para tudo. Os trabalhadores daquele setor ganham, mas todos os outros trabalhadores dos demais setores pagam por isso. Trata-se do corporativismo associado a grupos interessados.

Infelizmente, quando não se tem uma política estável, estribada num tripé de política cambial, fiscal e tributária, apela-se sempre para políticas monetárias. Agora, o que me assusta, Sr. Presidente, é que apareceu o ágio, o qual surgiu mais ou menos no valor da importância do tributo, a Receita generosamente "abriu mão" de tal importância. Quem passou a receber? O Tesouro passou a não ter o seu IPI, o consumidor passou a não dispor do benefício do carro mais barato, e passaram a ganhar os especuladores e alguns títulos do atual Ministro.

Continuamos sem política cambial. Não sou economista, de maneira que posso cometer aqui alguns escorregões. Mas veja, Sr. Presidente, quando foi criada a URV, foram feitos estudos aprofundados, e o valor da URV passou a ser acertado com o valor do dólar, internacionalmente. Dessa forma, por decreto, o valor estabelecido para uma URV era o de um dólar.

Também diria que, se examinássemos a cesta de valores naquele momento, iríamos verificar que há uma certa razão de ser.

Muito bem. A previsão da inflação do dólar, neste ano, é de 3 e 4%, e a nossa inflação, depois da URV e do Real, já está na ordem de 15%.

Então, se verdadeiramente tivéssemos uma política cambial, um Real estaria custando em torno de 1,14 e 1,15 dólares. No entanto, não está. Na verdade, houve a seguinte inversão: um dólar hoje é cotado em 0,84 centavos de Real, artificialmente.

Quem paga? Pagamos nós todos, por falta de uma política cambial correta, séria, de uma política fiscal e tributária, que é o âmago do meu pretense discurso. Paga sempre o povo.

Portanto, estamos vendo aqui coisas extraordinárias como essas. Quando o Real deveria estar custando 1,15 mais ou menos para dar um dólar, estamos com o dólar sendo cotado a 0,84 de Real.

Isso é por uma anomalia da nossa política cambial. Temos uma reserva cambial extraordinária, em torno de 48 bilhões de dólares. É uma reserva chamada de inflacionária pelos economistas, porque cada um dólar que entra tem que ser emitido um correspondente em moeda nacional. Daí por que quanto mais moeda entra, mais moeda nacional temos que jogar na base. Por isso, temos uma base encharcada.

Temos, hoje, Sr. Presidente, a maior reserva cambial da humanidade, relativa ao PIB, é claro. Somos a terceira reserva cambial em termos absolutos e a maior reserva cambial em relação ao PIB.

Essa reserva cambial para nós todos seria um motivo de orgulho e até um motivo de segurança para a nossa política se tivés-

semos uma política fiscal e uma política monetária. No entanto, não temos uma política fiscal e tributária, mas, *sim*, um cipoal de leis que criam armadilhas aqui e acolá, abrindo imensas janelas na mesma dimensão. Para que se criem condições, afinal de contas, para que não necessariamente só os ricos – os bem assessorados paguem menos e os bem menos assessorados paguem mais. Também os assalariados já têm seu Imposto de Renda descontado na fonte; não têm, portanto, como fugir do imposto.

Se compararmos o Imposto de Renda que paga um funcionário médio do Senado Federal com o que paga qualquer um dos detentores de grandes fortunas no Brasil, vamos verificar que, como pessoa física, contribui mais para os cofres do Tesouro Nacional um funcionário médio do Senado do que um magnata. Descobriu-se, não através da sonegação mas da elisão, que se um empresário retira recursos de sua empresa através de, por exemplo, bonificações, ações, ele mantém seu padrão de vida sem precisar retirar esse valor do **pro labore**. Então, ele faz uma retirada **pro labore** de R\$ 1000, sobre a qual paga 25%, e do resto dos recursos que retira paga apenas 8%.

A revista **Veja** fez uma reportagem bastante interessante que teve o mérito de despertar o povo brasileiro para a questão de que os ricos não pagam impostos. É uma meia verdade.

Eu daria, neste plenário, meu testemunho a respeito de dois homens que, há mais de 20 meses, estão lutando na CPI da Evasão Fiscal, não no intuito de armar escândalos nem com o intuito de se promover: O Senador João Calmon, o principal inspirador da CPI, e o Senador Jutahy Magalhães, seu Relator, que, em nenhum momento, pretenderam promover qualquer tipo de escândalo.

Infelizmente, neste País, só o escândalo dá notícias; interessa aos donos das "folhas", dos jornais e das revistas. Os proprietários dos jornais não descobriram ainda que a conquista da população brasileira e dos políticos, na sua luta contra a ditadura, a liberdade de imprensa, não objetivou promover escândalos para vender jornal, mas garantir o direito do cidadão à informação correta.

A propósito, nesses últimos tempos, tenho lido muito pouco os nossos jornais porque vivencio no Congresso Nacional – aqui estou sempre presente – os fatos mais importantes da vida parlamentar e política deste País. E há duas realidades: o que realmente acontece e a versão do fato pelos jornais desta Nação. As explicações são dadas de acordo com o interesse do jornal em vender mais ou negociar menos o periódico.

Evidentemente existem associações de políticos com alguns órgãos da imprensa em que esses Parlamentares são utilizados para que um determinado jornal venda mais ou para que uma determinada rede de televisão tenha maior audiência. De vez em quando, a "fera" alimenta um Parlamentar para ter o escândalo e depois engole o próprio Parlamentar. Já assistimos a isso aqui.

Aprovamos aqui um projeto de lei de regras, de leis, de determinações sobre as limitações da imprensa. Ouve-se: "Ah! mas a imprensa é livre!" É claro que é uma luta de cidadania a imprensa livre. Mas não a imprensa que está acima da lei; esta não existe em países democráticos.

Pensei até que todos nossos jornalistas tinham desaprendido a fazer jornalismo.

No entanto, li o livro **Chatô – o Rei do Brasil** – e constatei que é uma obra de jornalismo perfeito. O grande jornalista Fernando Moraes acabou de fazer a maior reportagem dos últimos anos no Brasil. Não entrou em juízo de valor hora nenhuma. Relatou todos os fatos como uma testemunha que a cada momento estava presente em cada ato. E quando, na apresentação do seu livro em Belo Horizonte, foi assim instado: – "Mas tal fato que ocorreu na vida de Assis Chateaubriand, o senhor não o relatou no seu livro", respondeu: – "Primeiro porque era impossível relatar tudo da vida

daquele homem num livro só; um homem de uma biografia riquíssima. Por outro lado, só retratei neste livro quando podia checar em três fontes diferentes um fato."

Isso é jornalismo, o resto é especulação. Alguns inventaram o tal do jornalismo especulativo; outros, o investigativo. E chegamos ao jornalismo "julgativo", em que o indivíduo vê o fato sem muitas vezes ouvir o autor do fato; faz uma análise e o julgamento final. E alguns chegam a dar o veredicto. É uma vergonha!

O que é isso? Será que é possível dar a um cidadão, diante de uma sociedade "civilizada", tanto poder assim, em que a parte não é ouvida, em que o indivíduo não é consultado? E chama-se a isso de jornalismo investigativo?

Sr. Presidente, já repeti aqui diversas vezes uma assertiva de um grande estudioso de política, o francês Gustave Le Bon. Le Bon asseverou que agrada mais ao povo quem excita suas paixões do que quem resolve seus problemas.

Estou no ocaso da minha vida parlamentar. Termina o meu mandato de Senador. Não quis submeter o meu nome ao julgamento do povo mineiro, não por temê-lo. Tive um medo. Sabe qual foi o meu medo? O de ser reeleito. Não estou aqui para excitar paixões. Não é do meu feitio e acho que seria menoscar, de maneira irrefutável, a confiança que o povo mineiro em mim depositou.

Apesar de verificar que eu estava navegando contra a maré, tentei resolver alguns dos problemas.

Se as reservas do Brasil hoje são tantas e enormes como são é também porque brigamos nesta Casa, e brigamos para valer, para fazer a negociação da dívida externa. E fizemos isso porque tínhamos certeza de que, no dia em que negociássemos a dívida externa, passaríamos a ter reservas. Quem iria investir num país que não reconhece as suas dívidas, que não negocia sequer as suas dívidas? Quem vai emprestar dinheiro para um país que sequer debate o seu débito? Não é um país sério.

Discutimos, fizemos o acordo, fomos chamados até, por alguns jornais, de traidores, e o resultado está aí: as reservas estão beirando os 50 bilhões dólares. E mais do que isso: temos uma fila de ingressos de recursos de risco neste País; temos oferta de dinheiro – Quanto? Cem bilhões de dólares? Duzentos bilhões de dólares? Trezentos bilhões de dólares? – não só das empresas, mas dos fundos de pensões, para emprestar ao Brasil, que neste momento não necessita deles.

Sr. Presidente, já que assinalei o meu caso aqui, sairei frustrado se não implantarmos no final deste ano uma reforma fiscal e tributária. Por quê? Todos nós vimos o artigo da revista **Veja** desta semana que diz que só os ricos não pagam impostos. Não é verdade. Paga imposto neste País só os assalariados e quem quer pagar.

Todos sabem do cipoal de leis criado, recriado e engordado durante a ditadura, também pós-ditadura, quando no final de ano o Governo muitas vezes queria mais um recurso adicional e editava mais uma lei sobre tributos.

Uma vez, Ives Gandra Martins disse que nós temos 58 tributos e taxas; eu já contei mais de 70! Ora, não é um país sério!

Um País como a Inglaterra, como os Estados Unidos, como a França tem em torno de seis a oito tributos!

Há três emendas do PMDB à Constituição para fazer uma reforma tributária séria. Os partidos ditos heróicos obstruíram a tramitação delas, não permitiram a sua apreciação porque querem que este País continue navegando em águas turvas para pescar.

Não fizemos a reforma tributária. É uma frustração.

Não tenho, de minha autoria, nenhum projeto de reforma tributária, mas tenho uma constatação: ajudaram-me muitos companheiros da CPI da Evasão Fiscal. Cito aqui o nobre Senador João Calmon, o Senador Jutahy Magalhães. A propósito, o primei-

ro Relator desta CPI foi o Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje Presidente da República proclamado pelo TSE.

O livro de **Jean Jacques Servan Schreiber**, "O Desafio Americano", constata que os Estados Unidos da América do Norte têm uma condição muito superior à da Europa, não pelos seus recursos naturais, mas porque é capaz de rever os seus erros, de se reajustar prontamente, enquanto o europeu fica discutindo. E nós, Sr. Presidente? O que estamos discutindo?

Nesses dias, fui muito procurado por três órgãos de imprensa dos Estados Unidos sobre os escândalos da questão tributária, porque sou Presidente da CPI da Evasão Fiscal. Perguntaram-me se eu poderia fornecer alguns nomes, bem como se eu não iria revelar a lista do Deputado José Genoíno, que foi para o Deputado Miro Teixeira, sendo também remetida a mim. Trata-se de uma lista de computador, que não determina a sua origem. Para mim, funciona como uma carta anônima. E o destino das cartas anônimas no meu gabinete é o cesto de lixo. Não leio cartas anônimas. O que estão querendo as pessoas que se escondem atrás do anonimato para fazer denúncias? Há uma diferença muito grande entre a denúncia e o dedurismo. Isso é dedurismo, e não denúncia.

Temos mantido – e pedi o testemunho dos Senadores João Calmon e Jutahy Magalhães para que S. Ex^{as} confirmassem –, a cada momento, o contato estrito com a Receita Federal, porque as informações dignas de nota e de crédito na questão da evasão fiscal só podem ser fornecidas pela Receita Federal.

Não queiram os senhores jornalistas transformar nossa CPI em auditores fiscais do Imposto de Renda. É uma posição muito honrosa, já foram chamados de "os Príncipes da Nação"; mas não somos. Apenas somos Senadores com objetivos em uma CPI, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está observando os desvios de uma política, tentando mostrar os caminhos. Mas para quê? Para tentarmos colocar o Brasil nos eixos e termos um país que não fique à merce dos espasmos, espasmos de crescimento e recessão. E quem paga? Será que os ricos só sonégam mais, ou eles sabem administrar os espasmos? Como sabem. Os espasmos de inflação todos sabem reajustar. Como é que meu irmão que ganha salário mínimo vai administrar uma inflação de 46% ou 30% ao mês? Todos da classe média, mais conscientes, quando recebem o dinheiro, colocam-no na poupança, no dólar ou em outra aplicação. Alguns, inclusive, contam com a ajuda de assessores para saber qual a melhor aplicação; os jornais têm páginas e páginas ensinando onde se deve aplicar os recursos. Isso, contudo, serve para quem tem recursos. É os que não têm recursos para fugir dessa situação?

O Sr. Jutahy Magalhães – Senador Ronan Tito, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RONAN TITO – Com todo prazer, ouço o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães – Gostaria apenas de abordar, neste instante, esse problema momentâneo da divulgação de uma relação, pela revista *Veja*, de nomes de pessoas que tenham maiores recursos e que pouco pagam ou não pagam Imposto de Renda. Temos tido a grande preocupação de não transformar – como V. Ex^a afirmou – a CPI em uma fonte de escândalos. Neste caso, tenho dito que recebi um documento utópico. Obviamente, penso que, como houve uma manifestação da Receita de que os nomes estariam corretos e que os números é que não estariam tão corretos, deveríamos indagar a precisão desses dados junto ao órgão competente, que é a Receita Federal. Afirmei a esses jornalistas que nos abordaram que, há três anos, estamos levantando dados e procurando discutir essas questões, além do que o relatório não será para tratar de nomes. Devemos apresentar o relatório do que

se passou na Comissão, ou seja, uma análise das propostas que foram feitas. Espero que, já no final da próxima semana, possamos ter pronto o esboço do meu relatório, a fim de serem apresentadas sugestões. Na minha opinião pessoal, não deveríamos estar preocupados em fazer projetos de lei ou propostas de emenda constitucional, mas apresentar sugestões sobre como tapar os furos que existem na legislação, a fim de que possamos acabar com essas falhas. O que vemos nesses casos de que tanto se falam por aí é que as pessoas físicas, que têm os seus impostos declarados através das pessoas jurídicas, estão sujeitas às mesmas limitações para os descontos. A pessoa física está sujeita a descontar isto, isso e aquilo; as pessoas jurídicas, ao contrário, não estão sujeitas a essas limitações, podendo descontar uma séria de itens, o que não tem nada a ver. Isso, a meu ver, deverá ser colocado na tal revisão fiscal, porque seria muito forte dizer que se trata de uma evasão legalizada, que não pode existir. Todavia, no caso, seria mais ou menos isto: deixa-se de pagar baseado em furos de uma legislação em que advogados tributaristas são altamente competentes em burlar. Essa é uma tentativa de tentar tapar esses buracos e sugerir algo – e V. Ex^a também ouviu o ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Osiris Lopes Filho, dizer que não era necessária uma reforma tributária. Creio que é preciso alguma coisa nesse sentido. Depois discutiremos as propostas apresentadas – e, pelo que já ouvi de V. Ex^a, penso que nossos pontos de vista vão coincidir, bem como o do próprio Senador João Calmon –, para elaborarmos um relatório, decidirmos na Comissão e, então, trazermos para a apreciação do Plenário, até o final deste mês, porque não podemos deixar que isso passe para o próximo ano. Sei que V. Ex^a e o Senador João Calmon darão o toque no relatório para termos algo mais competente.

O SR. RONAN TITO – Nobre Senador Jutahy Magalhães, V. Ex^a tem competência reconhecida, isenção e proficiência para elaborar o relatório. Mas também conheço o espírito democrático de V. Ex^a. Por isso, não que houvesse necessidade do concurso dos companheiros para fazer o relatório – aprecio a atitude de V. Ex^a quando os convida para discuti-lo antes de sua apresentação.

Eu não gostaria de passar aqui a idéia de que, em homenagem ao Senador João Calmon, não quisemos apurar a questão da evasão fiscal com relação aos mais ricos. No requerimento do Senador João Calmon, um dos nossos primeiros atos nessa CPI foi examinar as declarações de bens e de renda dos mais ricos deste País, publicadas pelas revistas *Forbes* e *Fortune*. Se examinarmos aquelas declarações, vamos verificar o que eu já havia dito: trata-se de uma lição de equilíbrio, de uma lição de didática de como fugir dos tributos, mas tudo dentro desse cipoal de leis que existem por aí.

O ex-Secretário da Receita Osiris Silva, quando disse que acreditava não ser preciso uma reforma tributária, ele tinha em mente a proposta de reforma tributária do Deputado Luís Roberto Ponte, que prevê a arrecadação de impostos não-declaratórios – são auto-arrecadadores esses impostos. Ele, como homem da Receita, tinha que falar em nome da corporação, porque podia parecer que a corporação estava ameaçada, que não precisávamos mais dos fiscais. Devo dizer que não gostei muito de uma assertiva dele que dizia: "imposto bom é o imposto velho" e, a pretexto disso, se pultar uma reforma tributária.

Mas não comungo do mesmo pensamento dele porque se não voltaríamos ao imposto do chá, ao imposto do sal, que são os mais antigos que existem. Então, se o imposto bom é o velho, vamos voltar ao imposto do sal, que derrubou a Monarquia, e ao imposto do chá que desencadeou os acontecimentos sucessivos, iniciados pela famosa Guerra do Chá, que acabou dando a Independência dos Estados Unidos da América do Norte.

Penso que o imposto bom é aquele sintonizado com o momento econômico que o País vive. E se temos condição e criatividade para criar impostos que arrecadam razoavelmente o que precisamos com a maior justiça fiscal possível, não podemos esquecer que a questão da distribuição de renda começa pela tributação.

O americano tem expressões extraordinárias. Quando se vê esbulhado em um de seus direitos, diz: "Sou um pagador de impostos. **I am a tax payer.**"

Pois bem, também entendo que a pessoa humana se insere na cidadania a partir do ponto em que se matricula no imposto, passa a ser contribuinte e, como tal, pode passar a ser um cidadão não só prestante, mas também exigente de seus direitos.

Desgraçadamente, pelo PT e o PDT, que lideraram o Congresso Nacional, não pudemos aproveitar um momento que eu considerava da maior oportunidade: a Revisão Constitucional. Tenho duas mágoas: uma, porque se perdeu esse momento histórico, e a outra é que o autor do art. 3º das Disposições Constitucionais Transitórias é este Parlamentar que vos fala.

E por que fiz essa emenda à época? Porque senti que, naquele momento em que elaborávamos a Constituição de 1988, a ditadura estava muito recente e fizemos uma Constituição reativa, reagindo à ditadura, quando a Constituição deve ser pró-ativa, olhar para frente, projetar um novo país. Mas o corporativismo, principalmente, ditou a não-revisão da Constituição.

Senador João Calmon, depois de tantos anos, tantos meses de debate e de discussão, sei que este País não pode viver com essa legislação tributária e fiscal que está aí.

Apesar do aumento extraordinário de 15% reais, alcançados no ano passado pelo Sr. Osiris e que este ano deverá chegar a 30% reais, ou seja, uma arrecadação de 22% do PIB, a Argentina está arrecadando 32% do PIB. Em 1992, num almoço com o Ministro da Fazenda da Argentina, Domingo Cavallo, estava muito difícil dirigir-lhe a palavra pois éramos poucos os comensais e todos queriam falar-lhe. Então, o Ministro da Fazenda do Brasil, Marcílio Marques Moreira, gentilmente, convidou-me a fazer uma pergunta. E perguntei-lhe quanto a Argentina estava arrecadando de impostos naquele ano de 1992. Ele respondeu-me que deveria arrecadar 30% do PIB. Disse-lhe, então, que eles estavam nadando em dinheiro. Ele explicou-me que, se não arrecadassem mais 2% do PIB, a Previdência Social estaria falida. Assim disse e assim fez, já que tem o chamado "decretão" do Presidente Menem e a Argentina deve fechar este ano arrecadando 32% do PIB.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já imaginaram o que poderia ser feito com mais 10% da arrecadação do nosso PIB, ou seja, mais 50 bilhões de dólares ou 50 bilhões de reais em caixa? Os professores estariam ganhando melhor. Talvez isso não interessasse a muitos porque o professor não reclamaria, não faria greve e eles não lhe poderiam ser solidários, fazendo política às suas custas. Não teríamos tantos buracos na estrada, não morreriam tantas pessoas de desastre. Mas isso talvez também não fosse bom porque senão como se denunciariam os buracos na estrada?

Se tivéssemos mais 50 bilhões de dólares em caixa, a Previdência Social poderia estar cumprindo o seu compromisso com os aposentados; mas é muito melhor dizer-se assim: "É um absurdo o que o aposentado recebe". E depois ser até líder dos aposentados. São treze milhões de pessoas! É um contingente eleitoral da maior importância!

Teríamos energia elétrica. Estamos com mais de trinta usinas hidrelétricas a serem construídas – iniciadas e não terminadas –, mas não temos recursos para fazê-lo. E se o Brasil crescer os 7% estimados para o ano que vem – anotem! –, não sou pitonisa, mas faltará energia elétrica no final do ano que vem.

E os senhores já imaginaram a falta de energia elétrica

numa sociedade tocada a computador, a elevador, a ar condicionada? Mas isso será ótimo para os apregoadores do caos – "Olha o absurdo, aonde é que viemos parar?! Falta de energia elétrica!"

Se tivéssemos mais 50 bilhões de dólares, os funcionários públicos não estariam ganhando a miséria que estão ganhando hoje! A Justiça não seria tão lerda quanto é. Ela poderia se aparelhar, ter computadores, contratar mais juizes; o cidadão poderia ter mais segurança; a Polícia poderia ganhar melhor, não precisaria estar inteirando o seu salário com os bicheiros. Será que isso interessa a todos?

Gustave Le Bon disse que "agrada mais ao povo quem excita suas paixões do que quem resolve seus problemas".

Ouçõ com prazer o nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon – Nobre Senador Ronan Tito, V. Exª consegue sempre superar-se batendo recordes, batendo seus próprios recordes em termos de generosidade em relação a este seu humilde e permanente admirador e amigo. Diria, nobres Senadores Ronan Tito, Jutahy Magalhães, Eduardo Suplicy, Aureo Mello, João França, que neste momento estou dominado por um sentimento de grande otimismo. V. Exª citou numerosas vezes o meu nome nessa batalha contra a sonegação de impostos. Entretanto, o crédito maior dessa CPI deve ser dado ao Presidente eleito da República Federativa do Brasil, o nosso ainda Colega Senador Fernando Henrique Cardoso. Neste mesmo plenário, falei várias vezes – todas as minhas palavras foram gravadas, o texto dos meus pronunciamentos foram publicados, portanto, não há como negar a veracidade do que estou afirmando neste momento.

Certo dia, por um feliz acaso, recebi um convite da Drª Maria Isabel, que era Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional – SINDIFISCO, para participar de um debate em São Paulo, no auditório do Hotel Danúbio, onde tive o imenso prazer de ver um outro eminente e combativo colega nosso, que, neste momento, nos honra com sua presença e com sua atenção, nobre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Naquele momento, fiquei espantado com as revelações que ouvi dos funcionários do Sindifisco em relação à sonegação astronômica de impostos. O Senador Eduardo Suplicy também teve uma atuação marcante nessa oportunidade.

Para ficar em paz com a minha consciência, senti-me no dever de propor aos representantes do Sindifisco que fizéssemos, em público, uma confissão. Citei que essa confissão era comum no Concílio dos Cardeais do Vaticano e no Presidium do Soviete Supremo, da antiga União Soviética, quando mais de cinco mil delegados das várias repúblicas socialistas soviéticas eram obrigados a fazer a sua autocrítica diante de milhares de colegas.

O SR. RONAN TITO – A velha Igreja Católica também tinha esse hábito: as confissões eram públicas.

O Sr. João Calmon – Naquele momento, os fiscais do Imposto de Renda concordaram com a minha sugestão sobre a confissão em público. Para dar o bom exemplo, fiz a minha autocrítica como parlamentar e pedi então que eles fizessem também a sua autocrítica, respondendo a algumas perguntas. Não diria que fossem perguntas provocativas, mas capazes de detonar um processo de revelação de fatos realmente de extraordinária gravidade. Os funcionários do Sindicato de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional agiram impecavelmente. O Senador Eduardo Suplicy teve uma brilhante atuação. Eu me senti no dever de comentar neste plenário o que ocorreu em São Paulo. Após alguns meses, recebi um novo convite do Sindifisco. Dessa vez, não tive mais o privilégio de contar com a companhia do Senador Suplicy Matarazzo; contei – o que foi um prazer para mim – com a companhia do Deputado Roberto Freire, um combativo líder que, depois de uma fulgurante atuação na Câmara, virá honrar o Senado Federal. Lá se repetiu o

mesmo episódio: todas as verdades foram ditas sem limitações. Senti-me no dever de também resumir para este Plenário, sentado nesta mesma poltrona tudo o que ocorrera em Belo Horizonte. Não decorreram, nobres Senadores, duas semanas, quando tomei conhecimento, neste plenário, da leitura do requerimento do Senador e Presidente eleito da República, Fernando Henrique Cardoso, pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre sonegação fiscal. O responsável principal pela criação dessa CPI foi o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RONAN TITO – V. Ex^a, o inspirador.

O Sr. João Calmon – V. Ex^a é recordista mundial de generosidades. Não, não sou inspirador. Cumpri o meu dever para ficar em paz com minha consciência, Senador Ronan Tito. Repeti pela vigésima vez neste plenário a lição que aprendi na Academia Política da República Federal da Alemanha...

O SR. RONAN TITO – Mas que nunca é demais repetir.

O Sr. João Calmon – O primeiro dever de um homem público é ficar em paz com a sua consciência. Vem em segundo lugar o dever de defender os interesses do seu país. Terceiro ponto: seguir as diretrizes do seu partido. Vejam a sabedoria desses três pontos! Portanto, estou querendo ficar em paz com minha consciência defendendo também os interesses também de meu País. O Senador Fernando Henrique Cardoso não teve, ao contrário do que ocorria até com bastante frequência, cobertura quando tomou essa iniciativa. Não vi essa matéria publicada com destaque em manchete em três ou quatro colunas. A CPI foi requerida e aprovada. Surgiu pressão sobre mim no sentido de que eu deveria ser o presidente desta Comissão. V. Ex^a se lembra disso.

O SR. RONAN TITO – Lembro-me perfeitamente disso.

O Sr. João Calmon – Recusei-me terminantemente, alegando que não teria isenção para ser presidente desta Comissão, sequer relator. O Senador Fernando Henrique Cardoso foi o relator escolhido pela feliz inspiração de todos nós, e depois substituído por esse combatente admirável, o nobre Senador Jutahy Magalhães. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida com dinamismo por V. Ex^a, Senador Ronan Tito, com um espírito de isenção realmente impecável e inexcedível contou, ao longo de vários meses, com a presença de um número extremamente reduzido de Parlamentares e com a cobertura jornalística praticamente inexistente. V. Ex^a se lembra de que até pedi fossem solicitadas as informações daqueles que apareceram como "os bilionários em dólares" nas revistas **Forbes** e **Fortune**. Isso foi aprovado. Foram enviadas para a CPI todas as informações solicitadas. E V. Ex^a, com a nobreza de caráter e de patriotismo que o caracterizam, a primeira coisa que fez foi passá-las a mim. Como V. Ex^a se lembra, eu me recusei a recebê-las.

O SR. RONAN TITO – Lembro-me bem.

O Sr. João Calmon – Porque entre eles há um que notoriamente não mantém comigo relações de amizade que só existiram num passado remoto. Cito esse detalhe, nobre Senador Ronan Tito, apenas para confirmar a V. Ex^a, aos nobres Senadores Eduardo Suplicy, Jutahy Magalhães, Carlos Patrocínio, Ney Maranhão e Aureo Mello e a todos que me honram com a sua atenção, que este momento deve ser de grande otimismo para nós. Primeiro, porque daqui a poucas semanas será Presidente da República Federativa do Brasil o atual Senador Fernando Henrique Cardoso, relator e autor do requerimento de instalação dessa Comissão de Inquérito. Eu não me julgava suficientemente isento para relatar a matéria. Quem não me conhece bem poderia pensar que eu estava utilizando um instrumento no Parlamento do País, o Senado Federal, para tentar algo que não está incluído na minha personalidade: o sentimento de vingança. V. Ex^a é testemunha desse fato. Creio, nobre

Senador Ronan Tito, que temos todas as condições, com a presença de um Presidente da República que teve a iniciativa de pedir essa Comissão Parlamentar de Inquérito, de ganhar a batalha contra a sonegação de impostos. É sabido que a sonegação de impostos é tão alta que, segundo as informações da Receita Federal, só um Estado da Federação tem um total de sonegação de impostos que supera um pouco o total do Orçamento-Geral da República Federativa do Brasil. E outra coisa: os contribuintes desse Estado não são desonestos, não são criminosos. Muitos deles consideram que a carga tributária, em consequência do alto nível de sonegação, é demasiadamente pesada ou demasiadamente insuportável. Ninguém pode, baseado nessa revelação, querer passar um diploma de desonestidade aos que sonegam impostos num volume tão grande, superior ao total do Orçamento-Geral da República. Estendi-me por demais neste aparte, porque desejo, nobre Senador Ronan Tito, deixar este depoimento gravado aqui em áudio e em vídeo, por motivos que neste momento não convém revelar. Já não poderei continuar nesta luta. Aproxima-se do fim a minha atuação parlamentar. A convenção do meu partido, o maior partido político deste País, não me admitiu como candidato à reeleição para o Senado. Preferiu um outro, que na eleição recebeu 1,8% dos votos. E mais, Senador Ronan Tito, Senador Eduardo Suplicy e demais Colegas aqui presentes, apurados os votos ficou constatado este detalhe: quase 80% dos eleitores do meu amado Estado natal votaram em branco ou anularam os seus votos para o Senado. Enquanto que o candidato escolhido para me substituir teve 1,8% dos votos. Eu não desejo discutir agora esse golpe nefando, que será divulgado no devido tempo. Por isso mesmo, nobre Senador Ronan Tito e demais Colegas que me honram com a sua atenção, quero manifestar a minha gratidão a V. Ex^a, pela sua extrema generosidade em relação a mim. Desejo enfatizar mais uma vez que teremos uma oportunidade de ouro para resolver esse problema, porque quem teve a coragem de fazer a denúncia aqui no plenário, quem teve a coragem de pedir a Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter, agora, em suas mãos, todos os instrumentos para montar dispositivos capazes de reduzir drasticamente se não totalmente, a hedionda e criminosa sonegação de impostos. Fico profundamente grato a V. Ex^a pela oportunidade que me deu. Também gostaria, para encerrar as minhas palavras, de render a minha homenagem a V. Ex^a, que ainda nos honra com a sua companhia e que vai levar até o final os trabalhos dessa CPI, que é um marco indelével da atuação deste Parlamento, tão criticado. Este Parlamento, obviamente, é constituído de seres humanos; não é constituído de santos, nem de anjos. Em todos segmentos da humanidade há pessoas de níveis diferentes em termos de moralidade, em termos de honestidade. Voltando os meus olhos para o passado, diria que sou parlamentar há 34 anos, com atuação principalmente na área de educação. Depois preocupei-me com a sonegação de impostos por amor à educação, que não tem recursos, está falida, de acordo com afirmação do atual Ministro da Educação, Murílio Hingel, que mereceu manchete do **Jornal do Brasil** e de **O Estado de S. Paulo**. Essa afirmação, tão dramática, sobre a falência da educação caiu no vazio. Perdoe ter abusado da paciência de V. Ex^a e dos demais Colegas. Todos nós vamos lamentar que parlamentares da alta categoria moral e cívica de V. Ex^a e do Senador Jutahy Magalhães não continuem os quadros do Senado Federal, que tanto honram, deixando aqui uma marca indelével, como modelos e fontes de inspiração para os novos Parlamentares e para os que continuam aqui nesta trincheira. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO – Agradeço nobre Senador João Calmon, não é preciso pedir desculpas, pois ouvir V. Ex^a é sempre um privilégio. Sempre. V. Ex^a é professor, que ensina todos nós.

Acho que não há título maior para darmos a uma pessoa

que professor. Assim pensava Mao Tsetung. Quando quiseram dar-lhe o título de presidente, ele disse: "Um povo livre não precisa de presidente". Quiseram chamá-lo de general, e ele disse que nunca fora um general; então observou que se sentiam necessidade de dar-lhe um título poderiam chamá-lo de professor, porque a Longa Marcha só teve um intuito: a pedagogia.

Jesus Cristo rejeitou todos os títulos, inclusive o de bom. Quando disseram a ele – "Bom Mestre", ele perguntou quem era bom e disse: "Bom é o Pai que está no céu". O título de rei ele rejeitou, afirmando que seu reino não era deste mundo. Um dia um discípulo se dirigiu a ele e o chamou de rabone, então ele disse: "Você me chamou de mestre, e eu o sou".

Não existe nada mais nobre neste mundo que ser professor e V. Exª, durante muitos anos aqui, foi e continuará a ser o professor que nos ensinará o caminho, caminho que ainda não aprendemos.

Só existe uma saída, não há outra: é pela educação.

De maneira que, nos dias seguintes ao que eu deixar o Senado, vou também bancar o avô. Quero me juntar aos netos e, quando eu me juntar a eles, terei o direito até de contar vantagens. E uma das vantagens que quero contar é que fui colega do Senador João Calmon.

Sr. Presidente, ou este Brasil faz uma reforma fiscal e tributária ou vamos viver de espasmos: espasmos de crescimento, espasmos de inflação, espasmos de recessão. Não teremos estabilidade.

Por outro lado, penso que é hora de as autoridades econômicas deste País pensarem na política cambial. Essa distorção de o dólar valer R\$ 0,84 pode trazer um prejuízo imensurável ao País. É difícil de imaginar. O que provocou essa queda foi uma reserva mal-administrada. Desculpem-me, mas sou obrigado a dizer. Se essa reserva tivesse sido bem-administrada, estaríamos com uma política cambial boa e teríamos desenvolvimento interno suficiente para fazer concorrência internacional e invadir o mercado externo.

No entanto, preferimos guardar o dinheiro aqui e pagamos 20%, ao ano, para esse dinheiro. Depositamos esse dinheiro no BIS – Bank for International Settlement, espécie de banco central internacional, na Suíça, recebendo 2,8% ao ano. Essa diferença, que pesa no bolso do brasileiro, é da ordem US\$ 9 bilhões por ano, todo ano. Um país que sofre com a evasão fiscal, que tem esse prejuízo por falta de uma política cambial séria, como é que sobrevive?

Eu também sou otimista, nobres Senadores. Sou otimista porque acredito no espírito criativo do brasileiro; sou otimista porque – e não vou aqui bancar Isaías – acredito no futuro deste País. Acredito, Sr. Presidente, que um dia os brasileiros de consciência vão se sentar e dizer que o inimigo está lá fora. Não serão, contudo, os brasileiros que alimentam essa estúpida, imbecil e famosa idéia da luta de classes.

O Japão, em 1950, sentou-se e disse: "A luta é o mercado; a disputa é o mercado". Patrões, empregados e Estado têm que se dar as mãos. Assim, uma ilha ou um conglomerado de ilhas de 360 mil Km², dos quais apenas 19% é habitável e agricultável, hoje assusta a grande potência dos Estados Unidos; não na guerra, mas no mercado. O Brasil tem de se atualizar para disputar no mercado. Não há mais dois mercados, Srs. Senadores, a bipolaridade acabou; agora só existe um mercado.

Não sou um liberal, não me queiram colocar como liberal, mas gostei muito de uma assertiva de Michel Rocard, ex-Primeiro Ministro do regime socialista francês: "A liberdade precisa do mercado para o seu exercício; mas o mercado não distribui, o que distribui é a regra, é a lei". E a lei que precisamos, neste momento, é a lei tributária e fiscal porque senão vamos continuar, todos heróicos, bradando contra a pobreza, mas talvez até vivendo, como diz La Fontaine: "Tout le flatteur vit ou depend de celui qui

l'écoute" – todo adulador vive ou depende de alguém que o escute.

Creio que este seria um momento de reflexão para tentarmos juntos – não o leão, mas o rato –, todos os brasileiros – empresários, empregados, desempregados e Governo – descobrirmos que temos algo em comum neste País para transformá-lo em pátria: a Constituição.

Teotônio Vilela dizia nas suas pregações: "Pátria quer dizer pai e quer dizer mãe. E, se formos filhos da mesma pátria, somos irmãos". Vamos tentar construir essa pátria.

Vou terminar meu pronunciamento do jeito que gosto, do jeito que sou, com um provérbio roceiro, porque sou um roceiro: "Ou nós tudo faz o que nós têm que fazer, ou nós não faz nada". Ou cada um de nós faz o que tem que ser feito ou não se constrói a democracia. Nenhum país conseguiu verdadeiramente criar cidadãos independentes, dignos, a não ser na democracia. Srs. Senadores, nunca houve guerra entre dois países de regime democrático: ou é uma ditadura contra uma democracia ou uma democracia contra outra ditadura. Vamos tentar construir a democracia para inserir nesta Pátria os irmãos, os cidadãos.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Exª permite-me um breve aparte, Senador Ronan Tito?

O SR. RONAN TITO – Ouço V. Exª com prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Desejo falar sobre a questão relativa à política cambial a que V. Exª se referiu. Estranha-se que, desde 1º de julho, quando se instituiu o real, tendo havido um aumento do nível médio de preço da ordem de 15 ou de 17%, segundo os últimos índices de outubro, estamos com uma inflação acumulada superior a 17%, enquanto que, nos Estados Unidos, a inflação anual é de 3,5%. Isso significaria pela teoria da paridade do poder aquisitivo que seria quase lógico que houvesse uma desvalorização do real em relação ao dólar e não o movimento contrário que se registrou. Eu estava comentando artigos dos Professores Mário Henrique Simonsen e Maria da Conceição Tavares, que se referiram na revista **Exame** e na **Folha de S. Paulo**, de domingo, a esse fenômeno, oportunidade em que fizeram uma avaliação sobre o movimento de capitais. Hoje, a **Gazeta Mercantil**, analisando o movimento de ontem no mercado de câmbio, indicou que a ação do Banco Central não evitou a alta do real cujo valor era US\$ 0,83. Esse fator decorre não tanto do movimento comercial, visto que as exportações estão tendo dificuldades crescentes e as importações facilidades crescentes, mas porque está havendo um movimento ainda muito forte de ingresso de dólares. É esse o assunto sobre o qual gostaria de refletir com V. Exª. Certamente teremos de dialogar com o Ministro Ciro Gomes e com o Presidente do Banco Central, Pedro Malan. O encontro estava marcado para hoje, mas foi transferido para o dia 23, após o segundo turno. Por que motivo estão ingressando dólares num valor maior e mais forte a esse movimento de capitais do que o lado da balança comercial? Em boa parte porque se oferecem taxas de juros significativamente altas no Brasil que, ao lado do saldo da balança comercial, contribuam – o Banco Central e as autoridades monetárias tiveram isso em mente – para a acumulação das reservas, referidas por V. Exª, da ordem de quarenta e poucos milhões de dólares. Esse movimento ainda continua. Sendo assim, precisamos refletir juntos sobre o outro lado da medalha de uma taxa de juros tão alta que, de certa maneira, acaba tendo reflexos sobre o Orçamento da União, sobre o custo de vida e, inclusive, sobre o volume de investimentos na economia, pois sendo a taxa de juros muito alta, existe dificuldade de investimento no setor produtivo. Há também outros aspectos que temos de analisar, como, por exemplo, a emissão de títulos, da ordem de 1 bilhão e 600 milhões de dólares, para o Go-

verno do Estado de São Paulo e mais 600 milhões em títulos que a Prefeitura de São Paulo está solicitando. Outros governos também têm solicitado autorização para emissão de títulos. De alguma forma, o fato de cada uma dessas unidades da Federação, ou prefeituras, solicitar autorização para emitir títulos, significa que haverá uma tentativa, por parte dessas unidades, de captar recursos que virão desde que a taxa de juros seja suficientemente alta. Entretanto, há o outro lado da medalha. Por esse motivo, levanto esse tema, pois precisaremos tirar o maior proveito da vinda das autoridades monetárias na Comissão de Assuntos Econômicos. Essa situação não está bem resolvida. Há alguns economistas que têm proposto como solução a paridade fixa – um dólar igual a um real – forma que não considero como a mais adequada, pois significaria identificar o real ao dólar, ou seja, uma tentativa de dolarização. Na Argentina a dolarização teve alguns efeitos negativos e outros positivos, mas para nós julgo que significaria perda de soberania para as autoridades monetárias brasileiras. Penso que é interessante haver maior flexibilização, mas precisamos ter em conta os dois lados da medalha. Agora a política está sendo de sobrevalorização, com dificuldades crescentes para os setores exportadores. De um lado isso pode estar ajudando a estabilização, mas com conseqüências inadequadas. Não estou concluindo este assunto; apenas queria acrescentar esses elementos à reflexão de V. Ex^a.

O SR. RONAN TITO – Concorde com tudo que V. Ex^a disse. Precisamos aproveitar a vinda dessas duas autoridades financeiras e monetárias aqui para discutirmos esse assunto e cobrarmos delas algumas atitudes.

Perdoe-me V. Ex^a, mas tenho uma observação a fazer: São Paulo é tão importante, que um parlamentar paulista ao falar do Brasil sempre fala de São Paulo pelo menos duas vezes. Isso ocorre sempre. Não é somente V. Ex^a. Sempre que o oráculo desta Casa, Senador Mário Covas, começa um discurso sobre o Brasil, brinco com os colegas: garanto que ele vai falar de São Paulo, pelo menos, duas vezes. Isso me dá até certo complexo. Fiz essa peroração bastante demorada e chata e não citei Minas Gerais nenhuma vez. Minas Gerais é tão pequeno que cabe dentro do Brasil.

Temos de discutir os temas do Brasil, embora todos nós saibamos a importância de São Paulo, com a grandeza que os assuntos brasileiros merecem. Devemos tratar do Brasil como um todo. Sem dúvida nenhuma nos orgulhamos, como diz sempre o Senador João Calmon, do maior Estado da Federação, dessa locomotiva extraordinária, que é São Paulo. Vamos fazer as análises.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a citou São Paulo no seu pronunciamento. Mencionou os episódios do ABC, mencionou o que aconteceu com a indústria automobilística...

O SR. RONAN TITO – Perdão, em Minas também há indústria automobilística.

O Sr. Eduardo Suplicy – Exatamente, V. Ex^a teria sido mais justo com a indústria automobilística se houvesse mencionado também Betim e a Fiat. Foi V. Ex^a que se referiu a São Paulo.

O SR. RONAN TITO – Peço perdão a V. Ex^a.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ronan Tito, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de falar a V. Ex^a e aos demais companheiros a respeito do encerra-

mento da Feira do Livro, que se realizou aqui em Brasília, promovida pela Câmara do Livro do Brasil Central, dirigida pelo editor Vítor Alegria.

No Brasil, a Cultura precisa de muitos estímulos. O Ministro da Cultura, com quem estive em várias ocasiões, disse-me que, inclusive, as verbas destinadas a essa área são as mais "magras", as mais exíguas que se pode imaginar.

Quando era membro da Comissão do Distrito Federal, tive o ensejo de fazer aprovar nesta Casa verba destinada à criação do Palácio da Cultura, no qual funcionaria aqui no Distrito Federal, em um prédio muito bonito, com diversos segmentos. Em cada um desses, funcionaria uma instituição cultural, como o Clube da Madrugada, a Casa do Poeta de Brasília, a Academia Brasiliense de Letras, a Academia de Letras de Brasília, o Elos Clube de Brasília e outros órgãos desse tipo. Na parte inferior do prédio, haveria três auditórios, um justaposto ao outro, permitindo, assim, que houvesse várias assembleias. As três não poderiam ocorrer ao mesmo tempo, mas seriam de grande utilidade. Ali funcionaria o Sindicato dos Escritores e numerosos órgãos que não têm sede aqui.

Em Brasília as artes atingiram um ponto de efervescência, de crescimento fantástico, inclusive as artes plásticas. A coletividade cultural do DF é extraordinária, fantástica.

O palácio da cultura é realmente uma necessidade em Brasília. Desde já formulo um apelo ao futuro Governador do Distrito Federal, no sentido de pensar na criação desse órgão. Com aquela verba que eu havia colocado no orçamento, o palácio da cultura quase se tornou realidade, mas, infelizmente, à última hora, fatores imprevisíveis evitaram que isso acontecesse.

A verdade é que essas instituições são de grande significação, principalmente agora. O Sindicato dos Escritores de Brasília é de grande importância. Dentro de alguns dias, haverá eleições gerais no referido sindicato, em que são candidatos à Presidência Ezio Pires, um intelectual de grande potência nesta cidade, e Joannyr de Oliveira, que vem de uma longa temporada nos Estados Unidos e é também de uma liderança incontestável. Essas instituições de cultura dão a impressão de serem reduzidas. Mas, se as reunirmos, verificaremos que são milhares e milhares de pessoas interessadas nesse ramo.

Temos, em Brasília, a Academia Taguatinguense de Letras – em breve, também, a Academia de Letras do Distrito Federal –, a Casa do Poeta de Brasília, presidida por uma senhora maravilhosa, Maria de Lourdes Reis, uma poetisa incomparável; e o Clube da Madrugada.

O movimento cultural brasileiro precisa ser estimulado não somente no Distrito Federal, mas em todos os Estados do Brasil.

Por exemplo, a Academia de Letras do Amazonas, com a qual estive recentemente reunido – é composta de verdadeiras sumidades, homens de capacidade intelectual comprovada em diversas ocasiões. Entretanto, a Academia não dispõe de verba para editar os seus livros. Na minha emenda de bancada, lancei uma dotação substancial para essa Academia, um cenáculo que existe no meu Estado.

Considero que essa ação é necessária. Há poucos dias, Jorge Amado, fazendo a propaganda da Feira do Livro dizia que é no livro que está consolidada a própria formação nacional. O indivíduo que deixa o livro para o lado e que se fia apenas naquilo que se chamaria a **verba volant** está sujeito a perder, justamente, os elementos concretos daquilo que se chama a **scripta manent**, a escrita que fica, enquanto o verbo voa.

É necessário mesmo que alguém fale nos assuntos de cultura aqui. No apagar das luzes desta sessão, avaliei que seria importante abordar este assunto. Estou aproveitando meus dias finais de Senador para deixar aqui as minhas jóias – se é que elas o são –

mas as jóias pelo menos de intenção para que fiquem marcadas. Não sei qual o destino que tomam nossas palavras aqui proferidas. Quantos discursos fazemos, quantas frases veementes, ditas com ênfase, com calor! A impressão que temos é que caem inteiramente numa concha de vácuo, numa ausência total de repercussão. Falamos aqui, neste plenário, e muitas vezes é uma fala – permitam-me a irreverência e a falta de ética parlamentar – onanística, uma fala masturbatória. Há um desinteresse total dos órgãos de divulgação em expandirem aquilo que aqui proferimos, às vezes com grande erudição da parte de alguns elementos que vêm falar na tribuna. É uma sensação horrível, é como escrever um jornal que não tem circulação. Já tive essas experiências no Rio de Janeiro. Era algo realmente aflitivo escrever para um jornal que poucos liam.

A sociedade não recolhe, não aceita e não tem a repercussão do que é, por exemplo, produzir num órgão de grande tiragem, como o jornal *O Globo*, o *Jornal do Brasil* ou mesmo a *Folha de S. Paulo*.

Sr. Presidente, congratulo-me muito com a Câmara do Livro do Brasil Central, com o Governo do Distrito Federal, que ceudou aquela imponente construção destinada a iniciativas desse gênero; com o mundo editorial brasileiro, que pôde estar presente nesta Feira do Livro, particularmente com o meu dileto confratão e amigo, o escritor Márcio Souza, que veio diretamente de uma reunião, se não me engano, em Düsseldorf, na Alemanha, para aqui também vender seus livros diretamente ao público e, conseqüentemente, prestigiar aquela iniciativa.

Vamos ver o que o nosso Fernando Henrique fará pela cultura no Brasil. A cultura pode ser considerada um lado meio aristocrático, até mesmo antipático, quando sabemos que existem os poeirentos da periferia, os sofridos e famélicos que não estão interessados no contato com esse campo de atividade. Mas a verdade é que a atividade cultural se entrosa perfeitamente com a atividade artística. A atividade dita cultural, hoje em dia, é talvez mais atividade artística do que propriamente científica. Ela precisa de apoio material, de ajuda, de discernimento e de promoção para que ela possa se estribar, ter as suas sedes, os seus palácios de cultura, onde esse cidadão vá se reunir com aquela coletividade para espalhar o pensamento e a arte, para que a coletividade estudantil, a grande comunidade populacional, as pessoas de todo porte, venham a receber esses frutos de uma árvore, que é a árvore estética dos pensadores, dos cineastas, dos cultores das artes plásticas, de atividades desse campo.

Ninguém, creio eu, pode viver sem a arte.

Vejamus uma sala como esta aqui do Senado Federal: a arte tem que estar presente. Está presente na cambiância do colorido que aqui se apresenta nos tapetes, nas poltronas, que são artísticas, no colorido da própria bandeira nacional, que é uma forma de expressão artística.

Ai do consultório, ai da sala de reuniões, ai do auditório que não tiver um bom quadro, ou um belo mural para expressar a sua força e o sentido de civilização, de elevação pensamentar daquela coletividade que ali se reúne.

Sr. Presidente, encerro essas breves e lacônicas palavras, agradecendo a atenção de V. Ex^a, dos colegas, principalmente dos nobres Senadores João Calmon e João França. Os Jões sempre são santificados. Não é à toa que existe um colega deles com muito prestígio lá na equipe de Jesus Cristo.

Formulo votos de que este fato, esse acontecimento da Feira do Livro, realizada no Brasil e no Distrito Federal, seja um lembrete para o Governo que se avizinha e para os homens aprimorados na cultura e no pensamento; votos ainda de que tenhamos essa classe, a classe cultural, escritores, pintores, cineastas, pessoas de todos os campos cada vez mais prestigiados e fortalecidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Airtton Oliveira.

O SR. AIRTON OLIVEIRA (PFL-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna trazer o meu testemunho sobre o crescimento de uma candidatura que, se era modesta no início, tornou-se um grande acontecimento no Amapá. Refiro-me à candidatura do Senador Jonas Pinheiro, que disputa o governo do Amapá pela Frente Parlamentar Cabralzinho. Essa Frente é integrada pelo PFL, PSDB, PTB, PSD, PPS E PMN, devendo sair vitoriosa no segundo turno da eleição que se realiza no próximo dia 15 de novembro.

Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Tolledo e Associados, o petebista Jonas Pinheiros já está cinco pontos à frente do candidato da oposição, o Sr. João Alberto Capiberibe. O que mais surpreende a nós todos, que acompanhamos há tanto tempo a trajetória de Jonas Pinheiro, é ver a vitória da modéstia e da humildade numa carreira política. Poucas pessoas no Amapá acreditavam, no começo do ano, que Jonas Pinheiro fosse capaz de chegar ao segundo turno dessa eleição. Ele não apenas chegou, como promete sair vitorioso no pleito.

O crescimento de Jonas nessa campanha é também uma vitória da perseverança na luta política. Além do espírito democrático e das virtudes da humildade, da fidelidade e do companheirismo, esse senador é um exemplo de homem persistente nos seus objetivos. Ele jamais deixou de lutar por seus ideais, mesmo quando eles pareciam inatingíveis. O desempenho de Jonas Pinheiro na corrida sucessória para o governo do Amapá é um exemplo para todos nós.

Consequindo eleger-se governador daquele Estado, como prevêem as pesquisas de opinião, Jonas tem plenas condições de realizar um excelente governo, levando adiante o programa do atual titular desse cargo, o comandante Aníbal Barcellos. Num dos mais altos índices de popularidade do País, nosso governador deixa o Palácio do Sententrião, em janeiro, com 77% do apoio da população amapaense. É um índice invejável, que deverá beneficiar o sucessor de Aníbal Barcellos, caso ele leve adiante o trabalho realizado até agora no Estado.

O Amapá tem plenas condições de acompanhar o crescimento que se projeta para o Brasil no próximo ano. Caso se eleja governador, Jonas Pinheiro pretende levar adiante a idéia de investir na agricultura do Estado, a fim de tornar o Amapá um Estado auto-suficiente em produção agrícola e não mais um importador. Meu prognóstico é que o Brasil ingressa no próximo ano numa excelente fase de crescimento. E se depender de Jonas Pinheiro, o Amapá não ficará atrás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Brasil parece estar preparando-se para viver um momento privilegiado na história do seu desenvolvimento, segundo atestam as taxas de crescimento, que surpreendem até mesmo os mais otimistas dos observadores.

Houve um momento em que os analistas só conseguiam explicar os índices de crescimento pelo que chamaram então de "bolsões de prosperidade".

Índices animadores de crescimento econômico quase mágicos, que teimavam em contrariar todas as análises e insistiam em desafinar em meio ao grande coro de desgraças da crise econômica em que todos estávamos metidos. Nesse momento falou-se em "bolsão de prosperidade", como um esforço acadêmico para expli-

car o fato inegável do dinamismo da nossa economia, mesmo reduzindo o seu sucesso aos limites de um mero fenômeno localizado.

Houve, ainda, é verdade, quem se arriscasse a atribuir aqueles surpreendentes sintomas de retomada de crescimento ao dinamismo da chamada economia informal, colocando em cheque os dados do Estado oficial e trazendo à cena o fantasma de uma economia oculta que, mais que informal, seria na realidade uma economia clandestina.

Hoje os estudiosos e analistas falam em taxas que vão de 4 a 5 por cento de crescimento para a economia brasileira, sem que se tenha podido agregar a esta tendência os frutos evidentes da estabilização que se promete agora com a implementação do plano anti-inflacionário em início de operação. Taxas de crescimento que, se confirmadas, ultrapassam o nível alcançado pela economia mexicana no último período.

Houve mesmo quem chegasse a falar em um novo "milagre econômico", com taxas de crescimento acima de 10 por cento, como as que nos embalaram há tempos atrás, ainda que o tenham feito ao som enganador dos generosos empréstimos da banca internacional, o que nos lançou no pesadelo de uma dívida externa que até hoje nos corrói a receita.

Talvez haja agora, de fato, um milagre brasileiro a ser registrado.

Nada de muito espetacular, é verdade. Um milagre simples e sem grandes mistérios, mas um milagre bem maior que os milagres dos tigres asiáticos, que conseguem suas altas taxas de crescimento escorados em leis iníquas e em uma exploração aviltante do trabalho do seu povo, submetido em muitos deles, a turnos de doze horas de trabalho e sujeito a leis trabalhistas, no mínimo, draconianas.

Se existe mesmo um milagre brasileiro, ele parece vir de outra fonte.

Se isto é milagre, ele se dá em pleno exercício de um regime democrático que já demonstrou, apesar de sua pouca idade, uma competência que acaba de nos presentear agora com o magnífico espetáculo dessas eleições gerais que acabamos de realizar, sem traumas e sem recuos, como se fôramos velhos calejados nas lides democráticas.

O milagre brasileiro, prenunciado nas fases derradeiras do período de crise que, sabemos agora, está chegando ao fim, se deve, indubitavelmente, à capacidade de luta e à competência gerencial de um empresariado maduro e competente. Uma classe dirigente indiscutivelmente mais madura e mais competente do que se costuma mostrar entre nós.

O milagre, se milagre existe, se explica ainda pela capacidade de trabalho do operário nacional, mais dedicado, mais competente e mais produtivo do que nos pretende fazer crer uma certa imagem negativa que alguns teimam em difundir.

Se fôssemos o povinho indolente que uma certa propaganda teima em difundir, deixaríamos sem a mais elementar explicação lógica o fato de termos conseguido construir um País deste tamanho e com esta força.

Como explicar a vitalidade e o dinamismo de uma economia que figura entre as dez maiores do planeta, sobre os alicerces da preguiça de um povo inteiro?

Não existe nenhum milagre, a não ser o milagre da nossa capacidade de gerar riqueza e de produzir, uma qualidade ainda muito pouco reconhecida até por nós mesmos, que diante dos fatos irrefutáveis que apontam para o nosso próprio sucesso, preferimos apelar para as explicações mágicas.

Se alguma mágica existe, ela se funda no suor do trabalhador brasileiro, na capacidade que tem o empresário brasileiro de enfrentar desafios, na criatividade do nosso povo, e no dinamismo

otimista de nossa gente.

E é no bojo destas considerações que quero registrar daqui desta tribuna o fato de termos conseguido, no Mato Grosso, a nossa consolidação como o segundo Estado maior produtor de soja do Brasil.

Não há mágica nem milagre, insisto.

Existe o trabalho e a dedicação de uma gente destemida que não se entregou aos clamores de um período de crise que poderia muito bem justificar-lhe o fracasso, mas que preferiu lutar e vencer as crises, deixando aos incrédulos o ônus da explicação do seu sucesso.

Existe o esforço da tecnologia nacional, que foi capaz de colocar à nossa disposição os instrumentos modernos que nos permitiram vencer barreiras e, no Mato Grosso, chegar a esta safra recorde de oito milhões e meio de toneladas de soja. Um crescimento que se deve não apenas à ampliação da área cultivada, o que permitiu a incorporação de quase quinze por cento a mais de terras brasileiras ao processo produtivo, mas que foi também o fruto de um esforço de racionalização dos processos de produção. Este esforço nos permitiu um ganho de qualidade significativo na medida em que tornou possível produzir-se mais sem aumentar a área plantada.

Foi o que aconteceu com a safra de arroz do meu Estado que, mesmo tendo sua área plantada reduzida em quase nove por cento, produziu quarenta por cento a mais do que na safra anterior.

Isto se deveu, com certeza, à adoção de novas tecnologias, à modernização dos procedimentos, ao progresso empresarial que a cada safra nos enriquece e nos habilita a saltos cada vez maiores, e deixa sem argumentos todos os que pregaram durante anos e anos a nossa resistência às mudanças. O agricultor é resistente às mudanças irracionais e continua avesso às mudanças irresponsáveis ou infundadas. Mas é aberto e recebe com entusiasmo as mudanças que percebe como inteligentes e que sente serem produtivas, pois o produtor rural é antes de tudo um pragmático.

A mesma competência foi alcançada também na produção do milho no Mato Grosso, que registrou, segundo o IBGE, um crescimento de quase vinte e nove por cento, atingindo a produção de mais de onze mil toneladas na safra 92/93.

E o desempenho da agricultura mato-grossense promete repetir a façanha na próxima safra, pois, apesar da possível redução de área plantada com soja, em todo o Brasil, em cerca de dois por cento, isto pode ser compensado com um aumento de produtividade, o que acabamos de provar no caso do milho e que nada nos impede de repetir na produção da soja.

No contexto de uma arrancada nacional no rumo da prosperidade, o desempenho agrícola do Mato Grosso nos permite antever o momento em que o nosso Estado alcançará finalmente a liderança da produção agrícola no País. Como já se disse, terras, em qualidade e em quantidade, o Mato Grosso tem.

E como dizemos agora, competência administrativa e tecnologia o Mato Grosso também tem, e a capacidade de trabalho de sua gente não é em nada diferente da capacidade de trabalho do povo brasileiro, que acumula vitórias apesar dos pesares, coleciona sucessos apesar dos maus presságios e continua a fazer entre nós o milagre da construção e da produção de riqueza.

Isto será possível se os nossos governos forem capazes de um esforço suplementar para apoiar a atividade agrícola no Mato Grosso e colocar outra vez à disposição de quem planta a tecnologia adaptada às nossas condições, como se fazia até há pouco tempo, quando a EMATER era o veículo eficaz que colocava nas mãos do produtor rural os resultados da pesquisa, única explicação racional para o excepcional desempenho da agropecuária do Estado.

É preciso que o Estado do Mato Grosso possa dispor de um melhor sistema de armazenagem, de uma melhor utilização da rede existente, e também de mais armazéns e de mais silos.

É fundamental que haja mais e melhores estradas vicinais ampliando o campo de ação das grandes rodovias.

É preciso que haja um programa eficaz da eletrificação rural, que dê acesso à tecnologia de culturas irrigadas, o mais precioso passo para a grande arrancada de qualidade no campo.

Se a tudo isto se somar uma política realista e eficiente de preço mínimo, não tenho dúvidas, o Estado de Mato Grosso surpreenderá o Brasil mais uma vez e, junto com a nova safra que está sendo plantada agora com as primeiras chuvas, estará plantando também um novo tempo de prosperidade e de desenvolvimento no coração do Brasil.

Pois, junto com o Brasil, o Mato Grosso se orgulha de poder contribuir para a construção de um novo tempo em nosso País, quebrando seus próprios recordes de produção agrícola a cada safra, vencendo os desafios, superando expectativas, e preparando-se para assumir, finalmente, a liderança nacional na produção de grãos.

Para isto o Mato Grosso dispõe de um precioso estoque de terras férteis, além de um riquíssimo acervo de capacidade de trabalho, que é a marca de sua gente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema do desenvolvimento está atualmente na pauta de preocupações de todas as nações do mundo, sejam elas ricas ou pobres, situem-se elas em patamares superiores ou inferiores de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Aos olhos da comunidade internacional, o Brasil tem sido visto como um país problemático, dada a magnitude dos obstáculos que terá de enfrentar para retomar seu crescimento econômico e imprimir uma dinâmica correta no enfrentamento dos entraves que dificultam a garantia do bem-estar a seu povo.

Documento oficial da Organização das Nações Unidas – ONU, divulgado nos meios de comunicação há alguns meses atrás, denuncia o Brasil pelos perversos índices de desenvolvimento humano que apresenta, responsáveis por situá-lo no sexagésimo terceiro lugar entre os demais países, atrás do Chile, Costa Rica, Venezuela e México.

Não podemos dizer que as graves disfunções sociais diagnosticadas no Brasil sejam desconhecidas pelo Governo e pelas lideranças nacionais. A frieza dos números, entretanto, não enfraquece a visão terrível da miséria que nos cerca. Até porque o retrato cruel do largo hiato que separa ricos e pobres agride nossos olhos tanto no campo quanto nas cidades. Acompanhamos o alargamento progressivo da marginalização de contingentes expressivos de brasileiros. A existência de trinta e dois milhões de pessoas alijadas da faixa economicamente ativa da população é um dado sempre presente em nossa consciência de cidadãos responsáveis.

Diante dos dados divulgados pela ONU, no entanto, impõe-se uma reflexão necessária, porque crucial para situarmos a origem das desgraças que afligem as nações mais pobres, e, nestas, as camadas mais desprotegidas da população. Trata-se da infamante distribuição da renda, concentrada criminosamente em poder de minorias privilegiadas, que mais e mais operam para enclausurar bens e capital financeiro no círculo restrito de sua perversa sociedade.

Os números que ostentam a iniquidade da distribuição mundial de riqueza, Senhor Presidente, estão no Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esse relatório nos dá conta de que cerca de oitenta e três por cento (83%) da renda mundial se encontram hoje nas mãos dos vinte por cento (20%) mais ricos. Para os vinte por cento (20%) mais pobres, sobra menos de um e meio por cento. Na década de sessenta, os mais ricos ficaram com setenta por cento da renda mundial. Para os mais pobres, sobraram dois vírgula três por cento (2,3%).

Para o Brasil, os dados refletem o mesmo quadro perverso. Os vinte por cento (20%) mais bem aquinhoados recebem rendimentos trinta e duas vezes superiores àqueles vinte por cento (20%) de mais baixa renda. Na área da Educação, o analfabetismo, no Nordeste, é trinta e três por cento (33%) superior à média das demais regiões. Se agregarmos aos dados da ONU outros índices infamantes, teremos um retrato nada animador do nosso nível de desenvolvimento social. Consta que quinhentas pessoas são assassinadas por mês, em média, na Baixada Fluminense. Chega a um milhão o número de menores abandonados à sorte das ruas.

Diante desse quadro aniquilante, a retomada do desenvolvimento é iniciativa imperiosa e urgente.

É bem verdade que teremos de definir com clareza o tipo de desenvolvimento que queremos para o Brasil. Quando falamos em desenvolvimento, pensamos de imediato em crescimento econômico, como forma de reduzir o desemprego e oferecer melhores condições de vida para a população.

Homens do governo e homens de empresa reconhecem que a capacidade produtiva instalada no País não está sendo aproveitada em toda a sua potencialidade. O preenchimento dessa capacidade ociosa provocaria um imediato aumento dos níveis de produção, favorecendo, de resto, a ocupação de grande parcela da mão-de-obra desempregada. Em pouco tempo, aumentaria a oferta de bens e serviços, que, por sua vez, levaria a mais produção e maior oferta, cenário teoricamente favorável à solução do problema da inflação e do desemprego.

No entanto os próprios economistas admitem que esse desenhado de política econômica não leva necessariamente aos resultados visados. Nossas empresas amargaram um longo período de recessão, no qual aprenderam a maximizar os ganhos de produtividade. Operaram reorganizações gerenciais, recorreram à dispensa de pessoal e fizeram adaptação nos processos de produção. É possível, pois, que consigam aumentar a produção sem aumentar o emprego de mão-de-obra. A opção de fazer crescer economicamente um país pela via da ocupação máxima da capacidade produtiva instalada é uma medida de fôlego curto e de efeitos incertos sobre os níveis de emprego.

Temos de pensar, portanto, num crescimento a longo termo, que exija aportes de novos investimentos, incorpore novas formas de conhecimento e requeira inovações tecnológicas de grande alcance. Além disso, não podemos deixar de considerar os imperativos modernos de um crescimento econômico sustentável, com um mínimo de agressão ao meio ambiente. Para chegarmos a esse modelo, teremos de pensar o desenvolvimento como uma efetiva mudança de atitude e de mentalidade, para a qual a incorporação da noção de cultura é indispensável.

Proposta nesse sentido acaba de ser divulgada pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, entidade criada pela Organização das Nações Unidas e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

As responsabilidades da UNESCO, num mundo fragmentado atualmente por conflitos étnicos e nacionalistas, é de crucial importância. Agindo em favor da paz entre as nações, da redução da desigualdade entre elas, do avanço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais do ser humano, da utilização racional dos recursos naturais, da preservação dos bens culturais dos povos, do

fortalecimento da cooperação internacional, a UNESCO se credencia aos olhos do mundo todo como uma verdadeira ponte entre os povos dos diferentes continentes. O objetivo de buscar um equilíbrio econômico e sociocultural no mundo dirige suas ações para os requisitos mais fundamentais do futuro do gênero humano sobre a Terra.

Pois bem, a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU e UNESCO reconhece que para atingirmos o verdadeiro desenvolvimento humano, durável e solidário, temos de fundamentá-lo sobre abordagens, políticas e práticas novas, cuja expansão requer um aprofundamento dos vínculos entre cultura e desenvolvimento.

O atual presidente da referida Comissão, Javier Pérez de Cuéllar, chega a afirmar que a cultura, de fato, é que constitui a fonte e a finalidade do desenvolvimento, conferindo-lhe entusiasmo, qualidade, rumo e duração. Em matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, de treze de dezembro de 1992, são suas palavras:

"A dimensão cultural do desenvolvimento é hoje ainda mais crucial na medida em que a cultura e o saber tendem a ocupar um lugar cada vez mais importante no seio da produção, da economia e de toda atividade humana. Além disso, é a cultura que dá forma a nossos atos e a nossas condutas. Pois ela não inclui apenas o patrimônio físico ou simbólico. Ela não é a mera freqüentação elitista das obras do espírito: ela é linguagem, reflexão, inovação, criação, capacidade crítica e ação exercida sobre o mundo.

Todo esforço de desenvolvimento que não esteja apoiado no rico potencial criador oferecido pela cultura corre o risco, portanto, não apenas de estar destinado ao fracasso, mas também de atentar contra a diversidade das culturas e sua dinâmica, que se nutre do intercâmbio e do diálogo."

Compreendemos perfeitamente a importância dessas colocações no mundo atual, Senhor Presidente, porque presenciamos a todo momento o drama dos povos da ex-Iugoslávia e das nações recém-desmembradas da União Soviética.

Sabemos que o eixo principal dos conflitos internacionais não mais se dá no sentido Leste-Oeste. A ordem bipolarizada da Guerra Fria perdeu sua força desde que o mundo assistiu à dilaceração dos estados totalitários do Leste europeu. As maiores tragédias humanas estão agora localizadas em diferentes partes do globo e mostram uma nova face: a da luta étnica, racial, cultural.

Não basta pensarmos em superar o subdesenvolvimento de áreas tradicionalmente estagnadas, como alguns países da América Latina e grande parte da África, bem como guetos urbanos de muitos países ricos e desenvolvidos. Há que se pensar também numa forma de desenvolvimento que redunde no favorecimento à paz, no convívio harmonioso dos povos minoritários, na preservação das culturas nacionais.

Sabe o Senhor Pérez de Cuéllar que a tarefa da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento exige um hercúleo esforço de todas as nações. Entende ele que a comunidade internacional precisa orientar-se por uma meta comum, qual seja: lançar, às vésperas do século vinte e um, uma iniciativa mundial de crescimento sustentável sobre a base do desenvolvimento cultural. Chega a propor ele, em matéria publicada recentemente na *Folha de S. Paulo*, com data de vinte de fevereiro de 1994, que deveríamos operar uma espécie de Plano Marshall em nível planetário, em favor da cultura e do desenvolvimento.

Os meios para alcançá-lo foram enumerados pelo Senhor Michel Camdessus, diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, na Cúpula do Rio. As decisões devem envolver a redução dos gastos improdutivos, principalmente os gastos militares, em todos os países; a busca de otimização do gasto público; o estabelecimento de novas políticas de preços que integrem os custos não

econômicos, ambientais e culturais; a introdução de novas políticas fiscais; a negociação de novas políticas comerciais; a destinação de maiores recursos ao desenvolvimento humano e cultural, portanto à educação e à cultura; e o aumento da assistência pública e sua melhor distribuição.

A Comissão presidida pelo Senhor Pérez de Cuéllar persegue três objetivos estreitamente interligados: a promoção de novos modelos de desenvolvimento combinados com novas políticas culturais; a promoção da diversidade cultural; e a promoção de uma nova dinâmica cultural de transformação social.

Para alcançar seus intentos, a Comissão interpela todos os parceiros envolvidos para prestarem sua contribuição, dado que seus trabalhos serão financiados por contribuições financeiras voluntárias. O Senhor Pérez de Cuéllar dá-nos ciência de que a Noruega, os Países Baixos, a Alemanha, a Suíça e, mais recentemente, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Costa Rica e o PNUD já contraíram compromissos com a Comissão no montante de dois milhões e quatrocentos mil dólares. Somado à contribuição da UNESCO, o volume de recursos chega à metade do orçamento estipulado pela Comissão, que é de cinco milhões e oitocentos mil dólares.

Para agregar outras doações, os governos reunidos na Conferência Geral da UNESCO dirigiram convite aos Estados-membros, às instituições internacionais, aos organismos de assistência ao desenvolvimento, assim como às fundações e empresas privadas, para que se somem ao empreendimento comum.

Não será difícil para os países industrializados consagrarem percentual significativo do Produto Nacional Bruto à solidariedade internacional. Mas penso que os países em desenvolvimento, e, com mais razão, os países subdesenvolvidos terão enorme dificuldade em fazê-lo.

Lembro-me de uma frase do então Ministro Antônio Houaiss, ao comentar a irrisória porcentagem destinada ao Ministério da Cultura para a gestão de 1993, que beirava minguaços 0,04 por cento dos recursos globais da União. Dizia ele que os recursos seriam "risíveis, se não fossem irrisíveis". Numa comparação expressiva, o valor total dos recursos para atender as demandas de todas as entidades vinculadas ao Ministério, incluindo-se o Fundo Nacional de Cultura, era bem menor do que o valor despendido por Hollywood com a produção de um único filme, *O Exterminador do Futuro 2, que custou cem milhões de dólares. O montante destinado à Cultura não chegava a inteirar oitenta e cinco milhões de dólares.*

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não se pode conceber uma sociedade sem integrá-la a uma dimensão cultural. As transformações sociais não ocorrem sem mudanças culturais. É enganoso pensarmos inclusive em transformações econômicas sem pensarmos na modificação da mentalidade, dos costumes, das idéias, dos valores éticos.

O filósofo Leandro Konder, em artigo publicado no jornal *O Globo*, de 18 de abril de 1993, afirmou:

"A cultura é um nível absolutamente decisivo na atividade dos homens: atuando sobre a natureza, tanto como atuando uns sobre os outros, os sujeitos humanos se defrontam sempre com momentos nos quais sentem a necessidade de rever suas idéias, suas impressões; percebem que lhes convém reavaliarem suas representações, repensarem suas convicções. Dão-se conta de que precisam fazer escolhas, tomar decisões importantes, assumir riscos. A cultura é esse plano no qual os seres humanos exercem plenamente seu poder de invenção, sua criatividade maior, sua efetiva liberdade."

Incorporar a dimensão cultural em um novo perfil de desen-

volvimento humano para as nações do mundo, ao tempo em que se reconstrói a sociedade com base em princípios éticos, é requisito indispensável para o futuro do gênero humano. Uma sociedade reconstruída com base em princípios éticos e crescimento ecologicamente sustentável definirá como prioridade a educação, para que as gerações futuras sejam formadas de cidadãos instruídos e responsáveis.

Ao postular essa nova forma de desenvolvimento, o Senhor Pères de Cuéllar parafraseia um provérbio africano, que eu tomo a liberdade de reproduzir aqui, para encerrar meu pronunciamento. Os dizeres são estes: a cultura e o desenvolvimento, como o amor, são as únicas coisas que crescem quando são compartilhadas.

É o que tinha eu a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, muito me alegra vir hoje a esta tribuna para registrar o ingresso na prestigiosa Academia Brasileira de Letras do escritor, professor e jornalista Carlos Chagas.

Em solenidade realizada no último dia 19, presidida pelo Dr. Antonio Carlos Osório, no auditório do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o jornalista Carlos Chagas tomou posse na cadeira XIII da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Manuel Antônio de Almeida, autor de um dos maiores clássicos da literatura brasileira – o romance-folhetim *Memórias De Um Sargento De Milícias*. O ocupante anterior da cadeira de número XIII foi o saudoso e também jornalista e escritor Luiz Beltrão, nascido em Pernambuco.

No discurso com que saudou o recém-chegado, o acadêmico Kurt Pessek destacou a importância da existência de uma imprensa livre para o desenvolvimento de uma nação e ressaltou a atuação profissional de Carlos Chagas, um dos mais respeitados periodistas dos nossos dias.

Disse o escritor Kurt Pessek:

Tal Marcos Crasso, da Roma dos Césares, seu lema consiste no: "Malgrado murmurem todos direi aquilo que penso". Acrescido, evidente, do embaraço de Sócrates perante os algozes dele: "Digo a pura verdade, senhores, mas convencer-vos dela não me é fácil".

Ao discursar, o jornalista Carlos Chagas disse que a indicação para a Academia Brasileira de Letras representou um marco importante na sua vida. E falou da emoção que sentiu ao ser eleito:

Velhos pesadelos da infância, da juventude e até da maturidade coordenaram-se, avolumaram-se e, organizados, precipitaram-se sobre minhas horas de sono e vigília, tanto quanto irromperam sobre o atarefado dia-a-dia do exercício dessa profissão meio sublime e meio maldita que é a de informar a sociedade de tudo o que se passa nela, geralmente sem tempo para meditar, interpretar e analisar os fatos sempre acontecendo em ondas sucessivas.

E indagou de seu pares:

Serei eu obrigado a uma reciclagem completa, a uma volta de 180 graus em minha maneira de ser, existir e viver, por conta de integrar um conciliábulo de notáveis, de luminares, de sacerdotes do estilo, forma e da aplicação correta de tudo quanto a palavra deve representar?

A seguir, Carlos Chagas destacou a importância do periodismo na vida e na obra do patrono da cadeira que passava a ocupar:

Jornalista foi Manuel Antônio de Almeida, ousado dizer, antes mesmo de romancista. As *Memórias De Um Sargento De Milícias* não teriam feito as vezes de arfete precursor do realismo em nossas letras não fosse a experiência adquirida pelo autor nas sucessivas

crônicas em que descrevia tipos e costumes do Rio da primeira metade do século passado. As crônicas eram, naquele tempo, um pouco do que são hoje as reportagens.

Até pela singular coincidência de que as *Memórias* foram publicadas na forma de folhetim, em capítulos, de junho de 1852 a julho de 1853, sem assinatura, no *Correio Mercantil*, fica evidente a prevalência do repórter sobre o escritor. Daquele que registra sobre aquele que devaneia.

Falando de seu antecessor na cadeira XIII, o jornalista e escritor Luiz Beltrão, disse Carlos Chagas:

Beltrão foi um cultor dos fatos, um adorador do cotidiano, mesmo quando transportou a realidade para a ficção. A *Serpente no Atalho* é um primor de linearidade encontrada na Bíblia e projetada para os séculos que virão, num confronto entre o país dos Giants e o país dos Dínamos, imagem da anterior bipolaridade mundial que, para o autor, acaba sendo levada às estrelas e de lá retorna à Criação, com o primeiro Homem e a primeira Mulher.

E, mais adiante, aborda o fato de serem tanto ele quanto Beltrão jornalistas militantes:

O mestre no Recife, este discípulo no Rio de Janeiro, vivemos tempos distintos um cenário igual, fascinados ambos "por um grupo de indivíduos que se debruçavam sobre o cotidiano, sobre as ocorrências e as idéias surgidas todos os dias, utilizando o mágico instrumento da palavra". Essa comunidade a qual Beltrão se refere como "sedutoramente irresistível, não era constituída de visionários ou de profetas, não erguia os olhos ao firmamento para estudar a posição dos astros. Não se interessava pelas leis da Cabala, pelas vísceras dos animais mortos ou pelo vôo dos pássaros. Não mergulhava na visões de Nostradamus nem no Apocalipse de São João."

"Era, continua Beltrão, com sorriso desdenhoso que os jornalistas consideravam a ciência futuroológica. Mostravam um mundo eminentemente profano com heróis de carne e osso, indivíduos imperfeitos e inacabados, objetos de seus escritos diários. "Eram os repórteres, os "caçadores de notícia em permanente safári".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Carlos Chagas, que é hoje, incontestavelmente, um dos mais destacados jornalistas deste país, iniciou sua carreira profissional em 1958, no jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, onde foi repórter, redator e editor político. Em 1972, transfere-se para a sucursal de Brasília do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde permanecerá como diretor por dezesseis anos, até ingressar na Rede Manchete. Em 1969, exerceu o cargo de Secretário de Imprensa da Presidência da República.

Paralelamente a sua intensa atividade jornalística, sempre em cargos de relevância, Carlos Chagas exerce, desde 1978, o magistério na Universidade de Brasília, onde é professor titular. Ministra várias disciplinas no curso de pós-graduação.

É representante em Brasília, desde 1987, da Associação Brasileira de Imprensa e, nessa condição, participa como integrante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça.

Ganhador, em 1970, do Prêmio ESSO de Jornalismo, a mais cobiçada láurea de sua profissão, Carlos Chagas tem quatro livros publicados: *113 Dias de Angústia* (1970, LPM – 4a. edição em 1979); *Resistir é Preciso* (1974, Paz e Terra), *A Guerra das Estrelas* (1985, LPM) e *Explosão no Planalto* (1988, LPM).

Atualmente, Carlos Chagas exerce a importante função de editor, em Brasília, dos noticiosos da rede Manchete, que ilumina com seus comentários. Na verdade, ele já havia trabalhado em televisão anteriormente: entre 1963 e 1968 foi comentarista político da TV-Rio.

Levando em consideração a importância desse evento — a posse do jornalista Carlos Chagas na Academia Brasileira de Le-

tras — peço que sejam transcritos nos anais desta Casa o discurso com que o escritor Kurt Pessek saudou o novel acadêmico e o pronunciamento do jornalista Carlos Chagas naquela oportunidade.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:

Excelentíssimo Poeta Antônio Carlos Elizalde Osório, Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Honra-se sobremodo o encargo de fortuito panegirista desta Casa, incumbido a abrir as nossas portas ao recém-chegado confrade para o albergar neste tugúrio de letras e pensares. Distendem-se os fraternos braços, com os corações ledos, para cingir ao peito o amigo íntegro, o professor, o escritor, o analista político, o jornalista, o promotor público, o mineiro Carlos Chagas.

Azo maior inexistente para analtecer imprensa pátria — refiro-me à autônoma — donde nos chega o novel e espartano acadêmico. Pois ambos se enlaçam tal o ferreiro e o ferro, sem um dos quais parece a forja.

Esta é crônica de lutas e incumbe-me chamar à baila a sugestiva letra da música de Gilberto Gil e Torquato Neto:

"Vou fazer a louvação
Do que deve ser louvado,
Quem estiver me escutando, atenção!
Falo de peito lavado.

Louvo a vida merecida
De quem morre pra viver,
Louvo a luta repetida
Da vida pra não morrer."

A virtuosa imprensa brasileira foi herança lusa nascida do inconformismo ante o jugo absolutista. Não há contradizer. Destarte, enrijou-se na caldeira das paixões, impiedosa e chocarreira tal o famanado livro *A Arte de Furtar*. Bem distinta do tom ave-ludado e da postura genuflexa de sua irmã gêmea, a dos escribas turibulários.

Já em 1591, na diminuta Vila de Ilhéus, havia a praga — segundo os sacerdotes da Companhia — dos pasquins desaforados, dados à estampa no oitão da Sé. No entanto imprescindíveis conforme, em obra coeva, destacou Cervantes ao pendurar aos lábios de D. Quixote o dito: "se aos ouvidos do príncipe chegasse a verdade nua, sem as vestes da lisonja, outros séculos correriam". Na mesma tecla incide Gregório de Matos, o Boca-de-Inferno, a lembrar o estupro moral em calar-se ante a iniquidade. Vezo intoletável, para os do Poder. Interroga o altivo vate:

"Se estando lá na Corte, tão seguro
Do néscio in pertinente, que porfia,
A deixei por um mal que era futuro:

Como estaria vendo na Bahia
(Que das cortes do mundo é vil mentira)
Os roubos, a injustiça e a tirania?"

Caso sigamos a trilha da imprensa animosa, fadada ao gládio, iremos encontrar os destaques das assinaladas mutações em nossa história, vencidas com denodo, sacrifício, mortes e sempre escudadas o ímpeto patriótico. Veja a hercúlea determinação de José da Natividade Saldanha nos versos endereçados aos seus companheiros da revolta de 1817, em Pernambuco, ao lembrar-lhes, com a imagem dos brancos ossos dos bravos tombados em Guararapes a Surdir na relva a ventura deles em desfrutar do fidalgo exemplo legado.

"Esses que alvejam os campos, níveos ossos,
Dando a vida por nós constante e forte,
Inda se prezam de chamar-se nossos;
Ao fiel cidadão prospera a sorte:

Sejam iguais aos seus os feitos vossos,
Imitai nossos pais até a morte."

Trajano Galvão de Carvalho, maranhense de boa cepa, nos mostra com facécia, em fino despitque, a pobreza intelectual e ética da sabujas informações do mando:

"Festivais repicam sino,
Troa no forte o canhão,
Correm velhos e meninos,
Ferve todo Maranhão:
E os públicos empregados
Com seu ilustre inspetor.
Por que acorre tanto o povo,
Chegou presidente novo,
Nosso Deus, nosso Senhor..."
Triste, não?

A vida é muito curta para atravessá-la de rojo. Até as marcas da luta, quando nobilizantes, não orgulho a quem obstina. Veja aquele combatente riscado pelo gilvaz indelével ou o coxo a manquejar desairoso com a bandeira às mãos nos desfiles do dia da pátria. Ufanam-se das suas cicatrizes e deformidades advindas de justa lide. São para eles as mais distintas medalhas, em face disto estadeiam ao povo os seus ferimentos. Bem o contrário do injuriado um gesto infamante, sempre ansioso a encobrir os sinais capazes de revelar suas baldas, a ressumar vergonha. Tormento de Sísifo. Os antigos doutrinavam: "O mal e o bem à face vêm".

A luta honrada consiste no verdadeiro ordálio dos resolutos. Di-lo Frei José de Santa Rita Durão em sua notável ode a Caramuru:

"Do filho do trovão denominado
Que o peito domar soube à fera gente,
o valor contarei na adversa sorte,
Pois só conheço herói quem nela é forte."

Senhores!

Falo-lhes da imprensa da réplica incessante pela exatidão. E, por isso mesmo, sempre mal ajuizada. Voltaire, em desabafo, manifestava-se: "É triste que, muitas vezes, para ser bom patriota se seja inimigo do resto dos homens". Nesta frase se resume o brioso destino dos eleitos a questionar-se quando em vez, para adiante afrontar o universo. Tornam-se insígnies esgrimistas no campo da lógica, a destacar-se dos abúlicos, amorfos, aos quais Epicteto fulminou ao os rotular de "pequenas almas a carregar seus cadáveres". São os mesmos espíritos — segundo Dante Alighieri — acotovelados à porta do reino do Cão, sem direito a purgar-se pois nunca opinaram enquanto vivos sobre qualquer assunto. Alguns os chamam de cinzentos.

A imprensa do Dr. Carlos Chagas é a das asas largas, alta-neira, de olhos de linco, cerviz ativa e desafiante, bem ao modo descrito no ambíguo poema *Desejo de Junqueira Freire*.

"Que de arrostar as dores desta vida,
Quase pareço eterno!
Estou cansado de vencer o mundo,
Quero vencer o inferno!"

Cabe-me, neste solene ensejo, lembrar a todos do nome daquele Anteu da pena, cuja vida inteira, sem tréguas, foi dedicada ao combate pelo nativismo. Sua incomensurável fé o amparou para triunfar às prisões, às afrontas, à fome, aos martírios de toda sorte e jamais corromper seus conceitos, ou ainda derrear-lhe o recacho cavalheiresco. Chamou-se Cipriano José Barata de Almeida e sobre ele repousa, densa e implacável, a pátria da história. Foi o fundador do — à época celeberrimo — *Sentinela da Liberdade*, e editava o jornal com a petulância necessária para irritar os donos do barão e do cutelo. Eis simples exemplo. Certa feita, o título do seu periódico estampava: "Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada Reunida".

Cipriano Barata foi o modelo patente da inépcia da violência perante as convicções. Muitos anos após, o cantador Anselmo Vieira de Souza, o Bem-Te-Vi, nos ensinou:

"Avoa, meu Caboré,
Penéra, meu Gavião,
Palmatória quebra dedo,
Palmatória faz vergão,
Quebra osso e quebra carne
Mas não quebra opinião."

As respostas à tirania apresentavam-se muitas vezes de forma jocosa. O *Correio do Rio de Janeiro*, em seis de novembro de 1823, comenta a tunda aplicada ao redator do jornal de Luiz Augusto May, O Malaqueta, que por pouco não despacha o infeliz aos quintos. A sova fora incumbida pelo Ministro da Independência, o Patriarca José Bonifácio de Andrada. Reza o texto:

"Chamam servis os Andradas,
É calúnia, é falso, é peta;
São liberais a matar
E que o diga o Malagueta."

Nos tempos modernos, o Poder aprendeu a conviver com a descoroçoada imprensa, inclusive a manipular grande parte dela.

Goethe, no *Fauto*, esclarece a astúcia de confundir-se o público com engenho e arte. Pontifica Mefistófeles:

"Que uma contradição completa e boa
É de mistério igual para um sábio e um simplório.
É velha e nova, amigo, a arte;
Semear o erro em vez da verdade,
Por três e um, e um por três, em toda parte
Tem sido uso, e em qualquer idade,

.....
E os homens quando estão a ouvir frases de estilo,
Pensam que deve haver o que pensar naquilo."

No pódio dos nobres jornalistas, o observador atento poderá entrever a quase apagada frase da epístola de São Tiago:

"Sede pois fazedores da palavra e não ouvintes..." Seguida do compromisso de São Paulo aos romanos. "Porque vos digo a vós, ó gentios: enquanto eu for apóstolo das gentes honrarei meu ministério". Desta fornada de homens resolutos e íntegros brotou o outro Carlos, o inesquecível Carlos Castelo Branco, em vida reputado papa do jornalismo no Brasil e hoje a desfrutar a paz elísica. A quem, neste momento, lanço preto e saudade.

Diz o patriarcal aforismo: "Quem boa árvore arrima, boa sobra terá". Deveríamos, senhores acadêmicos, oferecer graças à mitológica Láquesis, a travessa fiandeira do Olimpo, a mercê de nos obsequiar com o novo confrade, enrijecido na pugna do mais sublime direito. Abarbou, inclusive, o período mavórtico, nos espinhosos idos da gargalheira, quando o Poder se estribava nas lições de Amaro Juvenal, no singular poemeto Antônio Chimango.

"Predominar sobre todos
E mandar com muito arrojo;
Da adulação não ter nojo,
E dela tirar partido.
Fica disto convencido:
Quem ordenha bebe o apoio."

Naquelas trevosas épocas, vigeu para a imprensa imaleável o ensinamento do adágio: "O corcunda sabe como se deita". Não há pois admirar ter-se ressuscitado os expedientes costumeiros no Império, dos quais fisgo o exemplo histórico a seguir. A *Gazetinha* dos sábados comenta a audaciosa barretada do constituinte Antônio Carlos ao canhão fincado defronte ao prédio. Com chalaça, rememora o jacundo autor dos versos:

"Lá se foi a Constituinte,
E Antônio Carlos de Andrada
Achou-se de frente em frente
Com a peça ali postada.
Riu-se e tirou o chapéu,
E com respeito profundo
Cumprimentou muito amável

A soberana do mundo.
A boca daquela peça
Era uma boca eloqüente!
Nem há boca neste mundo
Que convença mais a gente."

Caríssimo Dr. Carlos Chagas, amigo. Nós nos enobrecemos com sua presença. Conheço-o bem. Tal Marcos Crasso, da Roma dos Césares, seu lema consiste no: "Malgrado murmurem todos di-rei aquilo que penso". Acrescido, evidente, do embaraço de Sócrates perante os algozes dele: "Digo a pura verdade, senhores, mas convencer-vos dela não me é fácil."

Senhor Presidente.

Sirvo-me dos versos de Antônio Peregrino Maciel para exaurir nossa louvação. Bem-vindo seja Dr. Carlos Chagas,

"Pequeno é meu tributo: ei-lo qual posso,
Qual me é dado honrar-lhe* reverente.
Não o dom opimo do opulento
É sim a escassa ofrenda do indigente."

Muito Obrigado!

Kurt Pessek

(*pagar-vos, no original)



Academia Brasileira de Letras

A Academia Brasileira de Letras tem a honra de convidar V. Exa. e família para a sessão solene de posse do escritor e jornalista Carlos Chagas, na Cadeia n.º XIII que tem como patrono Manuel Antonio de Almeida e cujo último ocupante foi o saudoso jornalista Luiz Beltrão.

A solenidade terá lugar no auditório do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dia 19 de outubro próximo, 2.ª-feira, às 20 horas, e o recipiendário será saudado pelo acadêmico Kurt Pessek.

*Antonio Carlos Cezar
Presidente*

Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras, caro amigo, Antonio Carlos Osório,
Senhores acadêmicos,
Senhores convidados:

Existem momentos, raros, na vida de todos nós, em que o tempo parece interromper-se. O que era, deixou de ser. O que será, ainda não é. Tem-se a impressão de que o passado terminou e o futuro ainda não começou. Adquire, o presente, as características do eterno.

Até pouco, pareceu-me que este seria um desses momentos. Imaginei que ingressar na Academia Brasileira de Letras levar-me-ia a abandonar o alegre, descompromissado e às vezes leviano convívio que, como jornalista, sempre mantive com a palavra escrita. Supus que estaria obrigado, encerrada esta cerimônia, ao culto obstinado, permanente e quase messiânico do vernáculo, da semântica e até da gramática vetusta e emperdenida.

Entristeci-me nos preparativos para esta noite, quando deixaria de ser e começaria a ser, no breve espaço destas palavras e daquelas que gentil e imerecidamente acabo de receber do amigo Kurt Pessek. É possível que esse sentimento misto de remorso, arrependimento e consciência do próprio despreparo me tenha atingido desde a hora em que, irresponsável que sou, atrevi-me a dis-putar uma cadeira para a qual, evidentemente, não estava à altura.

Velhos pesadelos da infância, da juventude e até da maturidade coordenaram-se, avolumaram-se e, organizados, precipitaram-se sobre minhas horas de sono e vigília, tanto quanto irromperam sobre o atarefado dia-a-dia do exercício dessa profissão meio sublime e meio maldita que é a de informar a sociedade de tudo o que se passa nela, geralmente sem tempo para meditar, interpretar e analisar os fatos sempre acontecendo em ondas sucessivas.

Seria eu obrigado a uma reciclagem completa, a uma volta de 180 graus em minha maneira de ser, existir e viver por conta da honra de integrar um conciliábulo de notáveis, de luminares, de sacerdotes do estílo, da forma e da aplicação exata de tudo quanto a palavra deve representar?

O mínimo que me aconteceria seria ficar desempregado, mas muito pior ficariam os padrões mentais a que me acostumei adotar por força da prática continuada do jornalismo, já se vão 36 anos.

No próprio jornalismo, porém, encontrei forças, mecanismos, caminhos e soluções para exorcisar o fantasma que me pareceu implacavelmente destinado a assombrar esta noite, lançando seu gélido hálito e seu obscuro manto sobre esta tribuna.

Jamais eu chegaria ao exagero de concordar com Truman Capote, para quem a única fonte de inspiração que resta à literatura está no jornalismo. O problema é que para mim talvez estivesse, ou sempre esteve, na medida em que minha débil produção literária vem calcada essencialmente na reportagem jornalística.

Confesso que meus pesadelos começaram a se desfazer, ironicamente, também na preparação para esta noite. Na pesquisa sobre o patrono da cadeira que irei ocupar, Manoel Antonio de Almeida, e sobre o ilustre e saudoso ocupante que me antecedeu, Luiz Beltrão.

O rumo, ou melhor, a chave para decifrar o enigma, o fio para que não me perdesse no labirinto, a luz no fim do túnel, surgiram precisamente da pesquisa sobre a vida e a obra desses dois ilustres literatos.

Manoel Antonio de Almeida foi, antes de tudo, um jornalista. Mais do que médico, que era, acima de funcionário da secretaria dos Negócios da Fazenda, além de diretor da Tipografia Nacional e da Ópera Nacional, funções por ele exercidas até a morte prematura aos 31 anos de vida, ironicamente no litoral da cidade onde nasceu, Macaé, num dos trágicos e mais do que frequentes naufrágios da época.

O mar, que também levou Gonçalves Dias, não parecia de boas relações com a literatura, naquela quadra.

Jornalista foi Manoel Antonio de Almeida, ousou dizer, antes mesmo de romancista. As "Memórias de Um Sargento de Milícias" não teriam feito as experiências adquirida pelo autor nas sucessivas crônicas em que descrevia tipos e costumes do Rio da Primeira metade do século passado. As crônicas eram, naquele tempo, um pouco do que são hoje as reportagens.

Até pela singular coincidência de que as "Memórias" foram publicadas na forma de folhetins, em capítulos, de junho de 1852 a julho de 1853, sem assinatura, no **Correio Mercantil**, fica evidente a prevalência do repórter sobre o escritor. Daquele que registra sobre aquele que devaneia.

Antepondo-se à fantasia de tantos Peris e Cecis que povoavam nossa literatura, Manoel Antonio de Almeida introduziu no palco, para não mais saírem, personagens de carne e osso como o major Vidigal, como o barbeiro, o cego mestre de rezas, os mendigos e os meirinhos, picarecos quase todos, mas reais, até por que, em ação desenrolada "nos tempos do rei", como advertia o autor. O Leonardo das múltiplas peripécias, dissabores e pequenas alegrias era alguém como nós. Alguém como ele.

A caracterização de tipos e a descrição de costumes não fre-

qüentavam a maioria dos textos de nossos escritores, até então, sendo Manoel Antonio de Almeida, antes de Machado, dos primeiros a retratar a realidade sem falsear ou embelezar, mostrando-a em sua inteireza cruel e bela, à margem das deformações. Sem correr o risco de um sacrilégio, posso afirmar ter sido Manoel Antonio de Almeida alguém condenado a viver antes de seu tempo, um jornalista do Século XX preso às engrenagens do relógio de parede do Século XIX. Talvez por isso tenha sido de início desprezado pelos literatos e ignorado pelos editores. Foi, cem anos antes, guardadas as proporções, o Nelson Rodrigues de sua época, mostrado a vida como ela era.

A esse patrono ilustre rendo minhas homenagens, como homenagens deveriam render-lhe as levas mensuráveis de jornalistas anônimos, esses pedreiros humildes da arte de informar, desconhecidos e esquecidos que são pelos informados. Manoel Antonio de Almeida não pode assinar as "Memórias de um Sargento de Milícias". Quando as reuniu em livro, preferiu o pseudônimo de "Um Brasileiro". Só depois de sua morte as sucessivas edições, hoje em número de cinquenta, fizeram e fazem justiça a quem, tanto quanto à literatura, honra o jornalismo nacional.

Seria extraordinário, se não fosse natural, registrar o que aconteceu com o saudoso Luiz Beltrão, ocupante da cadeira de Manoel Antonio de Almeida nesta Academia, de 1970, quando se empossou, a 1986, quando partiu. A vida, com toda certeza, é muito mais fantástica do que a ficção. Beltrão foi cultor dos fatos, um adorador do cotidiano, mesmo quando transportou a realidade para a ficção. A "Serpente no Atalho" é um primor de linearidade encontrada na Bíblia e projetada para os séculos que virão, num confronto entre o país dos Giants e o país dos Dínamos, imagem da anterior bipolaridade mundial que, para o autor, acaba sendo levada às estrelas e de lá retorna à Criação, com o primeiro Homem e a primeira Mulher.

"A Greve dos Desempregados" pareceu uma espécie de premonição sobre o que aconteceria no Brasil. Não tenho dúvidas de que Beltrão, lá do céu, onde se encontra, estará com um exemplar de seu último romance, à maneira da pauta sobre a mesa de um chefe de reportagem, conferindo os episódios aqui acontecidos com o roteiro onde os previu.

Não posso deixar de registrar profunda identidade nas origens de Beltrão e nas minhas, nos idos da infância e da juventude. Ele, no Seminário de Holanda, com os jesuítas, e eu, num rigoroso internato para meninos, gerido pelos Irmãos Maristas - e aqui faço minhas as palavras de Beltrão - "repetíamos os mesmos salmos e orações, tínhamos os mesmos professores, jogávamos os mesmos jogos, comíamos os mesmos alimentos e pecávamos os mesmos pecados".

Beltrão contou, no discurso de posse, como no Seminário até os "Lusiadas" de Camões eram censurados e substituídos por asteriscos, nos versos referentes às aventuras dos "Barões Assinalados" na ilha dos Amores ou às relações proibidas de Nifes de Castro. Muito próximo dessa limitação estive quando ouvia dos mestres o alerta permanente para fugir do Padre Amaro, pois de jamais poderia ter existido, ou para esquecer que Eurico e Hermengarda poderiam ter sido felizes se tivessem tido coragem.

Beltrão descobriu, abandonando o Seminário, "que a mutação é permanente no ser humano, capaz de todas as dedicações e de todas as fugas, de todas as afirmações e de todas as negativas". Esse impacto, eu também recebi ao deixar o internato São José e perceber que a realidade fora daquelas muralhas conduzia à tolerância, à compreensão, à dúvida e aos questionamentos, muito mais do que à rigidez das verdades absolutas.

É preciosa a observação de Beltrão de que, enquanto durara o seu retiro, as fitas de cinema tinham adquirido voz. Para mim,

décadas depois igual choque sobreveio quando percebi que as notícias do jornal do dia começavam a ser mostradas na véspera, pela televisão, e andando.

O mestre, no Recife, este discípulo, no Rio de Janeiro, vivemos tempos distintos num cenário igual, fascinados ambos "por um grupo de indivíduos que se debruçavam sobre o cotidiano, sobre as ocorrências e as idéias surgidas todos os dias, utilizando o mágico instrumento da palavra". Essa comunidade, à qual Beltrão se refere "como sedutoramente irresistível, não era constituída de visionários ou de profetas, não erguia os olhos ao firmamento para estudar a posição dos astros. Não se interessava pelas leis da Cabala, pelas vísceras dos animais mortos ou pelo vôo dos pássaros. Não mergulhava nas visões de Nostradamus nem no Apocalipse de São José".

Era, continua Beltrão, "com sorriso desdenhoso que os jornalistas consideravam a ciência futuroológica". "Mostravam um mundo eminentemente profano com heróis de carne e osso, indivíduos imperfeitos e inacabados, objetos de seus escritos". Eram, os repórteres, os "caçadores de notícias em permanente safari".

Naquele instante prolongado de percepção, Luiz Beltrão ingressou no jornalismo, começando a participar, como escreveu, "da aventura da notícia". Tudo o que ele desejava para preencher o vazio que a deserção do Seminário deixara em seu espírito. Confesso que sentimento igual apoderou-se de mim quando percebi poder transformar um momento de angústia de algum sofredor num grito de alerta para a comunidade. Foi num dia de poucas notícias em que, passando pela praia do Flamengo, notei movimento numa dessas manilhas enormes jogadas ao léu, refugio antecipado das obras mal iniciadas do futuro Aterro do Flamengo. Dentro daquele cano de vastas proporções morava um homem. Lá, ele guardava farrapos, restos de comida e a descrença no mundo. Mas também guardava livros, sabe-se lá quando podendo lê-los, porque sabia ler e confessou que era poeta.

As primeiras lições de objetividade jornalística, Luiz Beltrão adquiriu de Aníbal Fernandes, Gomes Maranhão e Odorico Tavares, no *Diário de Pernambuco*, e de Gilberto Freire, na "Província", como eu as pude adquirir décadas mais tarde, no *Globo*, de Alves Pinheiro e Lucílio de Castro. Em Pernambuco, como no Rio de Janeiro, jovens focas, nos imaginávamos literatos por conta de um parágrafo publicado na página policial, e por isso ficávamos proibidos de chamar pai de genitor, hospital de nosocômio, padre de prelado, comandante de navio de lobo-do-mar, caranguejo, de crustáceo, e mulher, de esposa.

É o uso do vocábulo corrente que difere o jornalista do escritor. A personalidade do destinatário, diria depois Beltrão, num de seus múltiplos livros sobre jornalismo, determina a mensagem do emissor. É incrível como isso foi percebido cem anos antes por Manoel Antonio de Almeida.

Torna-se desnecessário referir a obra de Beltrão em seus detalhes. "Senhores do Mundo", "Iniciação à Filosofia do Jornalismo", "Quilômetro Zero", "Itinerário da China", "As Sombras do Ciclone", "Técnica de Jornal", "A Imprensa Informativa", "A Imprensa Interpretativa", "Comunicação de Folclore" e "A Opinião no Jornalismo" constituem peças valiosas para quem quiser trilhar a via da ética, da competência e do verdadeiro sentido de função pública que possui a imprensa.

Impossível seria relatar aqui a vida profissional e as andanças do saudoso mestre, que até na China foi parar, em meados da década de cinquenta, quando insidiosamente a propaganda do mundo ocidental garantia que os chineses comiam crianças e que o presidente Mao transmitia pelo contágio o germe do comunismo. Reorganizador da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, professor de outras universidades, funcionário pú-

blico e conferencista emérito, Luiz Beltrão merece muito mais do que estas simples citações, pois ampla biografia. Ninguém mais preparado para escrevê-la do que nossa querida Dona Zita, aqui presente, a outra face dessa moeda brilhante incrustada nos anais da Academia.

Mais do que para uma festa, uma comemoração ou o conagraçamento de uns poucos abnegados ou doidos que, em Brasília, ousam dedicar-se ao culto das letras, abre-se esta noite a oportunidade para um reconhecimento e um alerta. Talvez um desabafo. Falo da imprensa, é claro. De suas virtudes e de seus vícios.

Reconheçamos, de início, que a ética vem sendo praticada em lenta mas segura progressão por nossos meios de comunicação. Cada vez mais, utiliza-se a liberdade de informar para que a sociedade, informada, possa formar-se. É profunda a diferença de padrões e critérios éticos aplicados por nossos jornais, hoje, e pelos jornais do passado, onde o figurino panfletário se sobrepunha ao modelo empresarial. Se ainda temos um universo a alcançar, será de justiça proclamar que a imprensa brasileira vive um momento ético de grande densidade. Esperamos que outros ainda mais profundos venham seguir-se.

Outra característica de nossos jornais, revistas, televisões e rádios foi a de terem conquistado a liberdade através de resistência e da não aceitação da censura, quando praticada no recente período autoritário. Não fomos nós, da imprensa, humilhados e bem comportados, que recebemos como benesse, prêmio ou presente de papai Noel a liberdade de informar, mas, pelo contrário, fomos nós que a arrancamos presa do ninho do arbítrio através de permanente assédio às trincheiras do obscurantismo. Se dispomos de liberdade, hoje, terá sido por conta de nossa resistência, ainda que exceções sempre possam ter existido.

A coragem que a imprensa vem tendo de assumir sua função pública, de ampliar os serviços prestados à sociedade, de debater problemas, mazelas e quistos sociais, econômicos e políticos é também digna de registro. Décadas atrás seria impossível assistir repórteres questionando a lisura de uma operação financeira oficial, a apresentação de emendas ao Orçamento da União ou até mesmo refeições oferecidas por alguma eventual primeira-dama, às suas amigas.

Não será vaidade registrar que sem a imprensa muito pouco da história recente do Brasil teria sido alterada como foi. Em suas múltiplas formas de atuação, a imprensa ouviu irmãos, motoristas, secretárias, assessores e prestadores de serviço, muito antes que os ouvissem juízes e parlamentares, mandando o rumo de decisões judiciais e legislativas. Teve a imprensa a coragem de chegar primeiro, de não esconder nada, de revelar tudo.

Importa acentuar, também, constituir-se a honestidade uma das virtudes buscadas pelos meios de comunicação. Vale a ressalva permanente, a respeito das exceções de sempre, mas cultiva a honestidade aquele jornalista que não se deixa levar por pesquisas enganosas e quase sempre tendenciosas de opinião tanto quanto não se intimida pelo zurrar de pequenas e sectárias multidões, sempre propensas a impor pela força os seus conceitos e as suas verdades. Abrir o leque, ouvir sempre as duas ou mais partes de um determinado fato constitui cartilha que a imprensa busca ler com crescente intensidade.

A capacidade torna-se outra virtude a cultivar, na medida em que jornalistas, como médicos, engenheiros, advogados, empresários e tantos mais precisam estar em permanente reciclagem, conhecendo e dominando as técnicas em mutação sucessiva. Entramos no fascinante mundo do conhecimento cibernético e eletrônico, e hoje, palavra de honra, fica muito mais fácil encontrar jornalistas num curso noturno de computador do que no bar da esquina.

O respeito à pessoa humana também começa a emergir nes-

se mar revolto de mudanças nos meios de comunicação. Cada dia fica mais rara aquela mentalidade que nos assolava a todos, sobre em cada esquina esconder-se um suspeito e em cada sorriso, uma armadilha. Até aprendemos a não editar mais títulos a respeito da "mulher que pulou da ponte", titulada assim a matéria apenas por se referir a uma mulher, já que nunca se viu a recíproca isto é: "Homem jogou-se no poço". Classes, raças, profissões, doutrinas e credos vêm sendo discriminados cada vez menos nas colunas impressas ou através de câmeras e microfones. Vai-se reduzindo o preconceito, como por exemplo aquele que ouvíamos há quinze ou vinte anos do dono de um certo vespertino: "Índio não entra no meu jornal", dizia ele com aquela arrogância própria das elites empedernidas. E não entravam mesmo, os índios, ainda que fossem notícia de primeira página nos concorrentes. Ele vetava sistematicamente, fazendo a única concessão ao cronista de cinema, autorizado a elogiar o roteiro dos filmes sobre a vida do general Custer...

Por fim, entre as virtudes que devemos reconhecer estarem vicejando na imprensa moderna, sobressai o chamado "limite da informação". Porque existem exceções para o princípio de que a sociedade deve ser informada sobre tudo o que se passa nela. A notícia não pode induzir nem transformar-se numa escolha preparatória da violência, do tóxico ou da obscenidade, ainda que nenhuma abertura se deva dar aos falsos moralismos ou aos puritanismos fajutos. O campo a semear é vasto e ainda se estende árido à nossa frente, mas importa referir a progressão sempre ascendente. A última campanha presidencial demonstrou isso.

Há que prosseguir, no entanto. Diante dessas Sete Virtudes Capitais da imprensa que são a ética, a liberdade, a coragem, a honestidade, a capacidade, o respeito à pessoa humana e o limite da informação, levantam-se Sete Pecados Capitais, aqueles que podem conduzir os meios de comunicação à negação de seus princípios fundamentais. Por mais estranho que pareça, esse germe capaz de infeccionar todo o organismo, com suas sete cabeças, atua numa hora em que mais nos valem da alta tecnologia e das maravilhas computadorizadas.

A ganância surge como o primeiro vício a conspurcar certos veículos de informação da atualidade. Cada vez mais a atividade informativa se vê concentrada em mãos de grupos tão reduzidos quanto poderosos, conglomerados que ao visar exclusivamente o lucro rompem de forma gradativa os compromissos com a informação.

Notícia passa a ser o que dá lucro. O que faz crescer a publicidade, a circulação e a audiência. Mas o que dá lucro nem sempre é notícia, muito pelo contrário. Cercear, omitir e distorcer a informação torna-se prática comum, mecanismo para aumentar faturamentos, privilégios e poder dos responsáveis maiores por determinados meios de comunicação.

Importa indagar a quem pertence a notícia. Não é ao jornalista, nem ao dono do jornal, porque ao lado da liberdade de informar acopla-se a liberdade de ser informado, que não se restringe aos informadores, pois direito inequívoco de sociedade. É ela a dona da notícia.

É evidente que as empresas jornalísticas, no sistema que vivemos e adotamos, precisam sobreviver, mas a ninguém será dado desprezar os valores essenciais do indivíduo e da coletividade pela conclusão de que, para a sobrevivência das empresas, deve ser tolerada e até estimulada a morte da notícia.

A prevalência dos departamentos comerciais das empresas jornalísticas sobre as redações, os múltiplos interesses dos proprietários que se dedicam às mais variadas atividades ou até daqueles que, por dispor dessas variadas atividades, julgam oportuno tornar-se também proprietários de meios de comunicação – tudo se exprime numa palavra, a ganância. A sofreguidão de multiplicar o

patrimônio às custas da informação ameaça virar regra impulsivada pelas facilidades com que a tecnologia alimenta a arte de informar.

O resultado é que ao invés da formação a ser determinada através da informação, sobrevém a deformação, primeiro da notícia, logo depois da sociedade.

Os exemplos são variados. Muitos jornais medem, hoje, o valor do indivíduo, não por méritos ou virtudes do espírito, nem por serviços prestados à coletividade, mas pelo tamanho de sua conta bancária ou o número de suas propriedades. Uma nação é respeitada pelo poder de que dispõe de submeter e interferir na soberania ou na independência das outras, até pelas invasões armadas, muito mais do que pela contribuição que possa dar à paz, à ciência, às artes ou ao bem comum.

Como disse ainda há dias um dos mais brilhantes e por isso mesmo dos mais segregados jornalistas da nossa atualidade, Alberto Dines, "as verdadeiras armadilhas antepostas à missão de informar com sobriedade situam-se na concentração das empresas jornalísticas em poder de empresários que nunca estiveram no negócio da informação, e, portanto, não possuem os indispensáveis compromissos institucionais com a indústria cultural". Pior ainda, também conforme Dines, executivos não especializados, inabilitados, entregam-se a desvairado canibalismo.

Fica mais grave o quadro quando assistimos aqueles que possuíam os indispensáveis compromissos institucionais curvarem-se e trocarem a dignidade por um prato de lentilhas. Por migalhas de um poder efêmero ou por quinze minutos de fama ilusória e inconsistente.

Há que prosseguir. A arrogância é outro germe inserido no rol dessa enfermidade que nos assola e cresce em progressão geométrica na medida em que se sucedem as gerações. Não há porque condenar as chamadas empresas familiares porque não há melhor escola de aprendizado do que o exemplo de trabalho e de capacidade dos mais velhos. O fato de o avô ter sido excepcional jornalista, bem-sucedido na tarefa de fundar e administrar um jornal, não raro permite que pais, filhos e até netos adquiram, mais pelo exemplo e pela experiência, menos pela genética, as condições necessárias para seguir-lhe os passos. Esse fenômeno natural pode ser observado na medicina, na advocacia, na magistratura e num sem-número de outras atividades. No jornalismo, também.

É preciso, no entanto, tomar cuidado com a recíproca. Não constitui dever das árvores genealógicas exaurir suas raízes. Legados patrimoniais não podem condicionar funções de mando e direção sem considerar inclinações e competências.

Porque quando as incompetências se multiplicam, o primeiro resultado surge no vasto conflito antropofágico a que se entregam, ante-sala da morte anunciada até de vetustas e centenárias estruturas jornalísticas.

Quantos talentos se terão perdido pela aceitação desse moderno direito divino de reizinhos iluminados e de pimpolhos presunçosos que poderiam ter sido excelentes músicos, engenheiros, até padeiros, ao invés de péssimos jornalistas. Muitos deles nem sequer a humildade de procurar aprender possuem. Nasceram sabendo tudo, morrem sem ter entendido nada. Mas costumam levar com eles os escombros das estruturas que dilapidaram por conta de uma arrogância infinita, empenhados em reinventar a roda ou, pior ainda, em ignorá-la.

A arrogância, é claro, não se limita à hereditariedade. Não é patrimônio de gerações sucessivas. Aparece também como câncer naqueles que por determinadas circunstâncias ou situações passageiras se vêm guindados a posições de mando ou direção. Exemplo mais perfeito assistimos repetir-se todos os dias naqueles meios de comunicação despojados da humildade de reconhecer er-

ros eventuais ou, mais ainda, de penitenciar-se deles. Alguns chegam à pretensão de afirmar que não corrigem, mas explicam. Outros, de que se o seu periódico não noticiou determinado evento, esse evento não é notícia. Pobres sabujos, nem assim conseguirão mais do que simples migalhas no banquete dos proprietários.

Tem mais. Passemos à frivolidade com que a imprensa procura disputar o leitor, o telespectador e o ouvinte. Muitos ainda partem da premissa de que todo político é ladrão, todo funcionário público, corrupto, e todo cidadão, culpado se não conseguir provar inocência. Inverte-se o milenar princípio de Direito. Acresce que se a honra de alguém é denegrida na primeira página, no máximo o infeliz receberá a retratação num canto da décima-quinta página. Ou nas "Cartas dos Leitores". O mal causado por um abuso praticado através dos meios de comunicação é infinitamente maior do que o perpetrado num círculo restrito. Antes que determinado fato aconteça, muitos frívolos exigem de seus repórteres como querem que a reportagem relativa a esse fato venha a ser escrita. Maus aprendizes de Jean Jacques Rousseau, quando ponderados a respeito de os fatos se terem passado de forma diferente, dão de ombros e respondem apenas: *Les faits? Tan pis por les faits...*

O caminho mais fácil do escândalo, do sensacionalismo, do choque e da irresponsabilidade também vem sendo trilhado pelos nossos meios de comunicação, nessa cumplicidade óbvia entre a ganância, a arrogância e a frivolidade. Fazer tudo por dinheiro sobrepõe-se como gorda e fatídica olimpíada à necessidade de informar corretamente o meio social. De uma viúva em pleno velório do marido costuma-se indagar, microfones em punho, sobre o que está sentindo naquela hora. Chega-se a vasculhar o lixo de autoridades. E a tornar públicas e universais confidências feitas ao pé do ouvido e em confiança. Até pelas parabólicas.

São, ainda por conta da frivolidade, programas de grande audiência na televisão os que induzem à violência e os que exploram o sexo, obviamente que embasados pela ditadura das pesquisas e sustentados pela parte inconsequente da publicidade. Sem falso puritanismo, vale registrar que até hoje, passados seis anos da promulgação da nova Constituição, o Congresso não encontrou coragem para regulamentar o artigo que manda defender o cidadão e a família dos excessos dessa programação abjeta. Muito menos foi regulamentado o preceito que determina restrições à propagação de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias. Muitos jornais tomam o rumo do jardim zoológico, transformando-se em verdadeiras araras, coloridas e autopromocionais, imaginando que a forma deve sobrepor-se ao fundo, como se o leitor fosse um bobo ou um imbecil.

Importa abordar, também, a competição desvairada em que se lançam, umas contra as outras, determinadas empresas de comunicação. Sem esquecer que parte dos profissionais de imprensa segue-lhes os exemplos. A salutar disputa pela circulação transforma-se em guerra sem quartel quando os veículos dispõem vastos recursos e preciosos espaços, até páginas inteiras, para tentar iludir os incautos sobre venderem mais exemplares do que o concorrente. Páginas e espaços que poderiam estar sendo utilizados em benefício da comunidade com informações, reportagens, análises e debates sobre as causas da fome, da miséria e da doença. Fica pior quando iludem, enganam e mistificam o leitor com números falsos sobre estarem sendo lidos, vistos e ouvidos por milhares de cidadãos inexistentes. Torna-se imprescindível detonar a ditadura dos íbopes, porque, nessa competição, perdem todos, a começar pela sociedade.

A vida, nela incluída a vida da informação e da notícia, não pode ser reduzida a um campo de batalha, a um tablado de luta-livre ou a uma floresta povoada de predadores, onde vence quem possui garras mais afiadas ou presas mais compridas. Nesse confli-

to, o objetivo maior deixa de ser a própria preservação para transformar-se na destruição do concorrente.

Num mundo de feras, a comunicação social sente necessidade de também ser fera. O beijo torna-se a véspera do esgarço.

Vale essa crítica para nós, jornalistas. O sucesso do companheiro do lado é imperdoável. Incomoda de tal maneira que a grande meta torna-se diminuí-lo, ao invés da busca do próprio crescimento. A inveja dita iniciativas inimagináveis, servindo à mediocridade como padrão permanente de comportamento.

Houve tempo, no longínquo 1958, quando me iniciei na profissão, em que os jornalistas eram tratados como categoria de segunda classe. Não poucos, ao referir-se a nós, faziam o tradicional gesto de quem tange galinhas. Até aquela época, ser jornalista era um trampolim para a conquista de empregos públicos, cartórios ou até sinecuras. Orgulho-me de pertencer a uma das primeiras gerações daqueles que para viver não precisaram ser nomeados para cargos no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Daquelles que à custa da organização, da luta e da resistência, conseguiram manter-se na profissão. Essa conquista pouco depois se afirmou com a criação ordenada dos cursos de jornalismo e das faculdades de Comunicação. Diploma que, aliás, não possuo, mas que vem proporcionando às gerações seguintes mais dignidade e menos piores condições de trabalho.

Tema que nos conduz a outra de nossas mazelas, o despreparo. Não é pelo fato de ter ou não ter diploma que os profissionais da imprensa incorrem em erros flagrantes, todos os dias. A obrigatoriedade do diploma, é inegável, constitui-se num avanço. Numa grande conquista para a classe, porque além do conhecimento sistematizado das diversas etapas da produção jornalística, deu aos mais jovens condições de unidade, de reivindicação e de diálogo junto às direções. Já saíram pelo ralo alegações inocentes, de uns, e matreiras, de outros, como a que saber escrever é um dom de Deus ou da natureza, devendo o jornalismo, assim, ser exercido por quem detiver esse dom, sem estudo universitário ou com diplomas variados. Se ser jornalista é profissão para quem tem o dom de escrever, porque não permitir ao "seu" Manoel, do açougue ali da esquina, um craque na arte de cortar filés e alcatras, o direito de vestir o jaleco, entrar no Hospital Distrital, operar alguém de apendicite e exercer a Medicina? Se o dom da palavra bastasse para formar advogados, que tal oferecer a bica ao camelo da Estação Rodoviária, exímio na arte de vencer os incautos, e permitir-lhe defender causas no Supremo Tribunal Federal?

O despreparo é uma realidade, mas não será retirando o sofá da sala que se acabará com o adultério. Suprimir a obrigatoriedade do diploma ou até extinguir as faculdades de Comunicação jamais implicará em solução. Importaria, no entanto, uma revisão completa nos cursos, um caudal de exigências à altura das responsabilidades da profissão. Mesmo sabendo da penúria do ensino médio, anterior ao universitário, estamos nós, jornalistas, devendo à sociedade a obrigação de não permitir que um companheiro escreva sal com cê cedilha, ou que um radialista transmita que Washington Luís governou o Brasil em 1034.

Importa concluir. Se Rui Barbosa lembrou um dia ser a imprensa o respiradouro da consciência nacional, é com pesar que registramos, hoje, estar a nossa profissão correndo o risco da poluição que entra pelo próprio respiradouro. Esse retrocesso também se deve ao sectarismo de que boa parte dos profissionais se encontra imbuída. Em especial, até, os mais jovens. Aqueles para os quais a notícia deve servir a ideologias, doutrinas, interesses e até candidaturas políticas. Por ironia, assistimos esse fenômeno acentuar-se agora, depois de banidos 21 anos de ditadura, que não esqueceremos nem perdoaremos, onde a censura nos violentou mais do que a repressão. Restabelecida a democracia, partiram alguns

de nós para o excesso oposto. Muitos que não tiveram oportunidade de lutar contra o arbítrio lutam agora contra a própria profissão. Verificou-se a eterna teoria pendular. Preso num dos lados, quando solto, o pêndulo ganhou o lado oposto. Fatos são distorcidos, notícias omitidas, informações inventadas, não apenas por conta da ganância, da arrogância, da frivolidade, do despreparo e da competição desvairada, mas, também, em função do **sectarismo**.

A imprensa não é mecanismo para a concretização de objetivos doutrinários, ideológicos, políticos ou partidários. E, não tenham dúvidas, as que pretendem os meios de comunicação como linha auxiliar desses objetivos, aqueles que tanto criticam e tanto protestam quando não leem nos jornais tudo o que gostariam de ler, aqueles são os que não hesitariam em decretar a censura à imprensa, se tivessem esse poder.

Por último, o derradeiro vício a assolar nossa atividade, talvez o mais pernicioso, porque síntese dos demais. Trata-se da **autocensura**, daquilo que acontece quando mesmo dispondo de condições para cumprir o dever de informar, não informamos. Quando, por razões pessoais, econômicas, políticas, emocionais ou até criminais, falseamos a verdade. O mal que a autocensura faz ao jornalismo é o pior de todos, porque para adotar ou extirpar essa praga, só depende de nós. De nossa organização, quem sabe de nossa capacidade de nos indignarmos.

Penitencio-me por ter apresentado e até ampliado virtudes e vícios da única atividade à qual me tenho dedicado por toda a vida, nesta noite que deveria ser apenas de festa. Mas como chego a esta casa por ser essencialmente jornalista, reivindico com humildade o direito de ter dito o que disse. Existimos, nós jornalistas, para servir à comunidade. Não para servi-nos dela. O passado não está aí nem se deu ao trabalho de passar para que o neguemos. Nosso maior tesouro é o tesouro de nossos erros anteriores. O passado não nos dirá o que fazer, mas o que devemos evitar.

Tenho a certeza de que os jornalistas Manoel Antonio de Almeida e Luiz Beltrão, lá em cima, concordarão comigo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PP-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, entre as primeiras dificuldades apontadas para a estruturação de sua equipe de governo, o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso relaciona recrutamento de pessoal técnico especializado. À vista do nenhum atrativo das tabelas de retribuição do Executivo, não há quem se aventure ao sacrifício de trocar uma posição financeiramente estável na atividade privada, para aqui se pôr, expondo-se a prejuízos de significativa monta, à disposição do Serviço Público.

Recente estudo sobre a realidade salarial do mercado de emprego no país demonstra que a retribuição paga pela Administração Pública é muito inferior àquela praticada pelas empresas de capital particular. A não ser no caso dos empregos dos níveis auxiliares, nos quais os salários mantêm-se abaixo daqueles pagos pelas repartições públicas, a remuneração média na iniciativa privada invariavelmente é superior à estipulada pela União, crescendo na medida em que aumentam as exigências de especialização.

É indesmentível, também, a fuga dos profissionais técnicos especializados, que deixam, em grande quantidade, as repartições. Rumam para as empresas privadas, em busca, no mínimo, de melhor retribuição, provocando o esvaziamento dos quadros superiores da Administração. Em muitos casos, essa mão-de-obra, formada, treinada e aperfeiçoada no Serviço Público, é perdida em favor de empregos na empresa particular, com a virtude primeira de ser condignamente remunerada.

Portanto, o apontado problema, que aflige o futuro presi-

dente, relaciona-se com os baixos salários pagos aos servidores civis e militares. Estando próximo o mês de janeiro, data-base da categoria, não se acena com melhorias substanciais das tabelas de remuneração e, muito menos, se cogita da devolução, ao funcionalismo, das parcelas correspondentes às perdas inflacionárias.

De janeiro do ano em curso, e até outubro, as perdas salariais do funcionalismo civil e militar alcançavam o percentual de 188 por cento. Pelas projeções divulgadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais – SINDISEP, estima-se que, em janeiro vindouro, esse número venha a atingir a marca dos 300 por cento.

Já se considera, aí, o reajuste providos pela Medida Provisória nº 583/94, que deu início ao processo de isonomia entre os três poderes. Nesse ato, previa-se a renegociação de uma segunda e complementar parcela, a ser concedida ainda no mês corrente, porquanto os reajustes médios que então se concediam, para servidores civis e militares, fixavam-se tão-somente entre 12,50 e 23 por cento.

Não são conhecidos, no entanto, os estudos direcionados à concessão desse reajuste, na data aprazada. Se naquela oportunidade a equipe econômica alegava insuficiência de receita, agora afirma que o Tesouro, uma vez mais, encontra-se por inteiro impossibilitado de atender a qualquer eventual crescimento da despesa.

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou advertência de que há, neste exercício, um déficit de 1 bilhão e 860 milhões de reais nas verbas reservadas à folha de pagamento do funcionalismo, a despeito da notável elevação observada no recolhimento das receitas, o que, desde logo, anula a disponibilidade de recursos para a concessão de reajustes.

Além disso, a autoridade fazendária alinha o argumento de que a defesa das diretrizes do Plano Real, hoje ameaçado pela explosão do consumo, constitui obstáculo inarredável ao deferimento de majoração salarial para os servidores públicos, pois que esse seria um fator a contribuir para o agravamento da difícil situação do quadro econômico.

Repete-se, então, o que comentamos aqui em oportunidades anteriores: o funcionalismo público, civil e militar, como sempre, é convocado para nova renúncia dos seus direitos, contribuindo assim para que o País venha a superar as dificuldades econômicas que há tanto o afligem.

Consignando nossa integral solidariedade à luta do funcionalismo público, temos recomendado que o Governo, em lugar de prender-se a esse tipo de comportamento, deveria atender a uma pauta mínima de reivindicações, nas quais incluem-se, em ordem prioritária, o aumento satisfatório e tempestivo das remunerações, a reposição das perdas salariais passadas e a instituição de uma política remuneratória de caráter permanente.

Por sinal, o Presidente Itamar Franco, no início de seu Governo, assumiu o compromisso público de criar uma política salarial para o funcionalismo civil e militar da União, uma vez que, segundo estudos técnicos da época, não haveria como transplantar para os servidores as regras vigentes para os trabalhadores, face às peculiaridades justificadoras dos métodos diferenciados de remuneração.

Em resumo, Sr. Presidente, o problema consiste em que os seguidos planos econômicos, com suas práticas recessivas intermináveis, têm determinado perdas cada vez maiores do poder aquisitivo do funcionalismo público. Nessas circunstâncias, não sabem os servidores quando terão um autêntico reajuste de vencimentos, porquanto, até hoje, os governos não lograram sequer efetivar as reposições devidas, correspondentes aos índices acumulados da inflação.

Conseqüentemente, a nossa intervenção quer enfatizar que a questão remuneratória dos servidores civis e militares exige urgen-

te revisão, com a finalidade precípua de repor as antigas perdas salariais, seguindo-se à imediata majoração das tabelas de vencimentos, em todos os seus níveis e graduações.

A par disso, contamos com que o Presidente da República determine o pagamento, ainda ano corrente mês, da parcela remanescente do reajuste concedido, a título de isonomia, pela Medida Provisória 583/94. Para a data base da categoria, que Sua Excelência decrete percentuais justos de aumento, devolvendo ao funcionalismo, enfim, as garantias de dignidade que devem caracterizar o exercício da função pública.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Aureo Mello – Eduardo Suplicy – Josaphat Marinho – Marco Maciel – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária de amanhã, às 15h., a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1994 (nº 4.672/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1994 (nº 4.468/94, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém – PA, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1994 (nº 4.604/94, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que inclui as categorias funcionais de Auxiliares de Transporte, Administrativo, de Vigilância e Artesanato no Nível de Assistente, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 4 -

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 681, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 681, de 1994, do Senador Júlio Campos, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 56, de 1994, de iniciativa da Comissão Diretora, que ratifica a incorporação de vantagens dos servidores do CEGRAF E PROSASEN.

- 6 -

REQUERIMENTO Nº 762, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 762, de 1994, do Senador Dario Pereira, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1994 (nº 2.981/93, na Casa de origem), que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura já se acha esgotado.

- 7 -

REQUERIMENTO Nº 792, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 792, de 1994, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1994, de sua autoria, que dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção da saúde de seus empregados e dá outras providências.

- 8 -

REQUERIMENTO Nº 794, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 794, de 1994, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1992, de sua autoria, que define crimes contra a apuração de fatos em Comissão Parlamentar de Inquérito e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h54min)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MAURO BENEVIDES NA SESSÃO DO SENADO DE 25.10.94, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES:

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao longo da minha atuação parlamentar, tive sempre a preocupação de me vincular às capitais brasileiras. V: Ex^o bem se recorda, Sr. Presidente, de que em determinados momentos de dificuldades político-institucionais, quando se conspurcava do eleitorado das capitais a prerrogativa de escolher, por voto direto e secreto, os seus prefeitos, eu desfaleci, nesta tribuna do Senado Federal, com ampla ressonância na outra Casa e junto à opinião pública do País, a bandeira autonomista, a fim de se restituir a um eleitorado de escol a prerrogativa de escolher exatamente os seus dirigentes, ou seja, os prefeitos das capitais.

Depois de sucessivas apresentações de Emenda à Constituição brasileira, vimos concretizar-se aquela reivindicação que restituiu, no texto da nossa Carta Maior, exatamente essa faculdade, esse direito de o eleitorado nas capitais escolher o seu dirigente, o seu prefeito, pelo voto direto e secreto.

Sr. Presidente, a minha presença na tribuna, na tarde de hoje, também se vincula às capitais do País, exatamente para reclamar do Governo Federal uma postura estranha e injusta em relação a essas maiores cidades brasileiras, no momento em que se negou, na votação do Orçamento da União, a reposição das perdas em Unidade Real de Valor – URV, decorrente da transferência dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

V. Exª estava presente à reunião de Lideranças, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, quando ali se discutiu a sistemática de votação do Orçamento de 1994. Naquele ensejo, para a superação do impasse com que se defrontava o Congresso, praticamente as Lideranças admitiam a aprovação de três emendas: uma que favorecia o Ministério da Educação; outra, ao Ministério de Ciência e Tecnologia; e uma outra que iria permitir exatamente essa reposição em URV reclamada pelos Municípios brasileiros.

O que me pareceu profundamente estranho, Sr. Presidente, é que nessa reposição fossem excluídas as capitais de todo o país. Aquelas grandes cidades que têm imensos problemas a solucionar foram marginalizadas na proposta. O Relator-Geral, Luiz Carlos Santos, em gestões procedidas junto ao Ministro do Planejamento, Senador Beni Veras – que estava presente ostensivamente no plenário do Congresso Nacional, para participar daquela votação e que teve a sua presença até destacada pela Presidência da Casa – ainda tentou abrangê-las. Houve da parte do Ministro do Planejamento uma recusa frontal, formal, persistente, obstinada à inclusão das capitais nessa reposição da URV.

Em razão disso, Sr. Presidente, os prefeitos das capitais se arregimentaram no sentido de tentar, de qualquer forma, através do processo da sistemática de suplementação, a correção dessa injustiça clamorosa contra elas perpetrada.

Há quem diga, Sr. Presidente, que pelo fato de o Município de Fortaleza, terra natal do Ministro Beni Veras, ser dirigido por um prefeito do PMDB, isso certamente teria estimulado o Ministro do Planejamento a se posicionar de forma tão decididamente contrária ao acolhimento da sugestão para estender às capitais esse ressarcimento que se garantiu aos demais Municípios brasileiros. Veja V. Exª que isso realmente é um absurdo e teria que contar, como conta neste instante, com a nossa reação indignada, porque não podemos preterir as capitais desses recursos que vão favorecer, com justa razão, os Municípios brasileiros, excluindo-se apenas as grandes cidades que são as capitais dos Estados brasileiros.

Portanto, era uma reação que eu teria que tomar pública neste instante, através da tribuna do Senado Federal, para ver se sensibilizamos o próprio Presidente da República, que realmente não mora na capital do seu Estado, mora em Juiz de Fora, mas que tem visão bastante para entender essa marginalização a que foram submetidas as capitais de todo o país.

O Sr. Jutahy Magalhães – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Ouço V. Exª.

O Sr. Jutahy Magalhães – Senador Mauro Benevides, desejo apenas solidarizar-me com V. Exª e também manifestar minha estranheza quanto a essa decisão, porque essas capitais, inclusive, são as que mais necessitam de recurso para fazer frente aos inúmeros problemas que cada uma tem. Por essa razão, sei que lá em Salvador a Prefeita Lídice da Matta...

O SR. MAURO BENEVIDES – V. Exª não pode se queixar porque ela é do PSDB do Ministro Beni Veras. Não sei por que V. Exª se queixa.

O Sr. Jutahy Magalhães – V. Exª sabe muito bem que o PSDB da Bahia é diferente do PSDB nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES – V. Exª me desculpe, não me lembrava dessa dissidência. Até para os dissidentes do Partido, o Ministro se contrapunha, nessa delicada matéria orçamentária.

O Sr. Jutahy Magalhães – Sei perfeitamente que V. Exª não se lembrava, mas esse fato é reconhecido e temos muita satisfação em proclamar que não aceitamos aquela aliança espúria, feita nacionalmente. Solidarizo-me com V. Exª, porque sei que a Prefeita Lídice da Matta muito esforço tem feito no sentido de que também fossem estendidas às capitais as medidas que beneficiaram justamente os demais Municípios brasileiros, mas, infelizmente, ainda sem êxito. Talvez V. Exª tenha razão quando diz que a discriminação ainda possa estar existindo. Estamos acostumados às discriminações que são feitas com relação à Bahia. E, como agora as ligações do Governo Federal com o Sr. ex-Governador da Bahia são muito estreitas, é possível, talvez, que S. Exª esteja fazendo força para discriminar Salvador – o que lamento profundamente.

O SR. MAURO BENEVIDES – Muito grato a V. Exª pelo aparte esclarecedor, nobre Senador Jutahy Magalhães, e lamento que a sua cidade, cidade de Salvador, a minha, Fortaleza, e as outras capitais do País tenham sido discriminadas na reposição desses recursos. Não tem sentido que o Presidente Itamar Franco compactue com esse tipo de discriminação contra as capitais de nosso País.

E eu que desde o início da minha atividade no Congresso Nacional me posicionei em favor das capitais, defendendo-lhes, naquela ocasião, a autonomia política, agora também venho reivindicar aquilo que, do ponto de vista financeiro, representa um direito líquido e certo das capitais brasileiras.

De qualquer forma, Sr. Presidente, fica aqui o nosso apelo no sentido de que se reponha esse dinheiro e, através de uma suplementação orçamentária, se garanta às capitais brasileiras aquilo que lhes é devido e que, inexplicavelmente, na votação do Orçamento lhes foi inteiramente negado.

O Sr. Jacques Silva – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Ouço o aparte do nobre Senador Jacques Silva.

O Sr. Jacques Silva – Nobre Senador Mauro Benevides, se é verdade que as capitais, pelo menos a do meu Estado, têm um maior volume de arrecadação, também é verdade que ali estão os maiores problemas. Portanto, é evidente que necessitam de recurso. Essa é uma discriminação odiosa. Mas queria, nobre Líder, aproveitando o discurso de V. Exª, já que estamos falando de capital, lembrar que a capital do meu Estado, Goiânia, que precisa desse recurso, ontem completou 61 anos de sua fundação. Falando daquela cidade, quero reverenciar a memória de Pedro Ludovico, bravo Senador e Governador de Goiás, que teve a coragem de trazer da cidade de Goiás Velho para o centro do Estado a nova capital, que hoje, sem qualquer dúvida, deu outra dimensão àquele Estado. Quero parabenizar também o ilustre Prefeito de Goiânia, Prof. Darci Accorsi, que vem administrando com brilhantismo aquela cidade e que ontem promoveu uma belíssima festa para comemorar o aniversário de fundação da cidade. Congratulo-me com V. Exª.

O SR. MAURO BENEVIDES – Agradeço, nobre Senador Jacques Silva, a intervenção de V. Exª que, ao defender essa mesma tese que postulo em nome das capitais brasileiras, homenageia Goiânia, o dinamismo de seu prefeito e a clarividência do grande Pedro Ludovico, que é, realmente, um nome que transpôs a fronteira de Goiás para se projetar como um dos grandes brasileiros, merecedor, portanto, do nosso respeito, da nossa admiração e do nosso reconhecimento.

Mas, Sr. Presidente, recebi, do Prefeito de Fortaleza, sobre esse assunto, Dr. Antônio Elbano Cambraia, Coordenador da Frente Nacional de Prefeitos, o seguinte expediente, ainda de 19 de outubro:

Sr. Líder,

Está sendo apresentada, pelo Poder Executivo, emenda à proposta do Orçamento da União de 1994, que permite o ressarcimento aos Municípios, que não sejam capitais de Estado, das perdas em Unidade Real de Valor – URV, decorrente da transferência dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

Por não aceitarmos tal discriminação, considerando que, na realidade, foram as capitais que mais sofreram com a referida omissão, haja vista a gama enorme de encargos que recaí sobre suas responsabilidades, solicitamos ao nobre Congressista, Líder de sua bancada, seja revista tamanha injustiça, não concordando com a aprovação da citada emenda sem que sejam incluídas em seus efeitos as capitais brasileiras.

Vale salientar que as capitais enfrentam, no presente momento, sérias dificuldades financeiras, provenientes do não-repasso de tais recursos no devido tempo.

Certos de contarmos com a compreensão e espírito público que sempre mostraram as decisões de V. Ex^a, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Antônio Elbano Cambraia,

Coordenador-Geral da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeito de Fortaleza.

Portanto, Sr. Presidente, com base neste documento, fiz questão de vir à tribuna do Senado Federal, no dia de hoje, para estranhar a posição intolerante assumida pelo Governo, e, mais do que isso, protestar, diante dessa discriminação que, implacavelmente, atingiu as capitais de nosso País.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Ouço o aparte do nobre Senador Cid Saboia de Carvalho.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – Quero apartear V. Ex^a, com rapidez, apenas para hipotecar solidariedade ao seu pronunciamento, haja vista que o tema trazido ao conhecimento do Senado é da maior importância. O Governo, realmente, não se comportou de um modo digno com relação às capitais, através dessa providência impugnada hoje no brilhante discurso de V. Ex^a. Receba, portanto, a minha solidariedade, e tomo o seu discurso qual se fora um pronunciamento meu, por concordar com todas as linhas, com todas as frases e orações que estão sendo proferidas por V. Ex^a, neste momento, no Senado Federal.

O SR. MAURO BENEVIDES – Agradeço a V. Ex^a, nobre

Senador Cid Saboia de Carvalho, que deve ter recebido também a manifestação do Prefeito de Fortaleza, que é o Coordenador da Frente de Prefeitos das Capitais de nosso País, diante dessa decisão do Congresso. V. Ex^a poderá indagar por que não se protestou, através do pedido de verificação de **quorum**, na ocasião em que se votava o Orçamento? A resposta que daria a V. Ex^a e à própria opinião pública do Brasil é que, se obstaculizássemos a votação do Orçamento, não há dúvida de que o prejuízo seria maior para os outros Municípios, pois não receberiam as capitais, nem receberiam as outras comunas interioranas. E, por entender assim essa questão, é que não buscamos deslindá-la através do pedido de verificação de **quorum**. Esperamos a oportunidade, que agora se nos oferece, de levar o nosso protesto indignado ao próprio Presidente da República, na expectativa de que Sua Excelência consiga superar o embargo do Sr. Ministro do Planejamento e garanta os recursos destinados às capitais de nosso País.

Portanto, em nome de milhões de brasileiros que residem nas capitais, e que são prejudicados com essa discriminação, apelo não para o Ministro do Planejamento nem para o Ministro da Fazenda – praticamente, falando com um estaria falando com outro, pela simbiose partidária que os aproxima –, mas, sobretudo, ao Presidente da República que quando deseja decidir sozinho sabe fazê-lo, e as capitais esperam que nesse episódio assim proceda o Presidente Itamar Franco. (Muito bem!)

ATO Nº 337/94

DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato em vista o que consta dos Processos nºs 730/92-0, 1585/93-2, 1.070/93-2 e 971/94-4, resolve alterar os Atos desta Presidência nºs 469, de 1992, publicado no DCN, Seção II, de 12-12-92 e 528, de 1993, publicado no DCN, Seção II, de 6-11-93, para considerar o servidor Osires de Castro Passos, matrícula 1934, aposentado nos termos do art. 40, Inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a, e 193, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 8 de novembro de 1994. – **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líder

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes		
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluízio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Máio Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes		
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluízio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Marluce Pinto	RR-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes		
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluízio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras CE-3242/43/44 Almir Gabriel PA-3145/47
 José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80
 Mário Covas SP-3177/78 Vago

PTB

Afonso Camargo PR-3062/63 Louremberg N. Rocha MT-3035/36
 Valmir Campelo DF-3188/89/4061 Luiz A. Oliveira PR-4059/60
 Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RR-4062/63

PDT

Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40

PRN

Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18
 Ney Maranhão PE-3101/02 Aureo Mello AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão GO-3136/37/3522 Gerson Camata ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24

PP

Meira Filho DF-3222/05 Irapuan C. Júnior GO-3089/90

PT/PSB

Eduardo Suplicy 3213/15/16 José Paulo Bisol 3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
 E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito MG-3039/40 Mauro Benevides CE-3052/53
 Alfredo Campos MG-3237/38 Flaviano Melo AC-3493/94
 Nelson Carneiro RJ-3209/10 Garibaldi A. Filho RN-4382/92
 Divaldo Suruagy AL-3185/86 Mansueto de Lavor PE-3182/83
 João Calmon ES-3154/55 Gilberto Miranda AM-3104/05
 Ruy Bacelar BA-3160/61 Cesar Dias RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira AL-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/34
 Hydekel Freitas RS-3064/65 Josaphat Marinho BA-3173/74
 Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3200/3201
 Álvaro Pacheco PI-3085/86 Marco Maciel PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72
 José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89
 Marluce Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75

PRN

Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215

PDC

Gerson Camata ES-3203/04 Epitácio Cafeteira MA-4073/74

PP

Irapuan Costa Júnior 3088/3089 Pedro Teixeira 3127/3128

PDS

Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
 INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dario Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo AC-3493/94 Amir Lando RO-3110/11
 Mauro Benevides CE-3194/95 Ruy Bacelar BA-3161/62
 Aluizio Bezerra AC-3158/59 Ronaldo Aragão RR-4052/53
 Onofre Quinan GO-3148/49 Ronan Tito MG-3039/40
 Gilberto Miranda AM-3104/05 Juvêncio Dias PA-3050/53
 Alfredo Campos MG-3237/38 Antonio Mariz PB-4345/46
 Marcio Lacerda MT-3029/30 Wilson Martins MS-4345/46
 Vago

PFL

Dario Pereira RN-3098/99 Raimundo Lira PB-3201/02
 Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72
 Elcio Alvares ES-3131/32 Carlos Patrocínio TO-4068/69
 Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AL-3245/46
 Hydekel Freitas RJ-3082/83 Vago

PSDB

Dirceu Carneiro SC-3179/80 Beni Veras CE-3242/43
 Teotônio V. Filho AL-4093/94 Jutahy Magalhães BA-3171/72
 José Richa PR-3163/64 Vago

PTB

Louremberg N. R. MT-3035/36 Afonso Camargo PR-3062/63
 Marluce Pinto RR-4062/63 Vago

PDT

Lavoisier Maia RN-3239/40 Magno Bacelar BA-3074/75

PRN

Saldanha Derzi MT-4215/18 Albano Franco SE-4055/56

PDC

Gerson Camata ES-3203/04 Moisés Abrão TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella PI-3055/56 Esperidião Amin SC-4206/07

PP

João França RR-3067/68 Meira Filho DF-3221/22

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121